



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Ana Luísa Catanho Vítor

**AS POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL ATRAVÉS DO USO DOS
RECURSOS DIGITAIS**

**UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3.º CICLO DO ENSINO
BÁSICO**

Dissertação de Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, orientada pela Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro e coorientada pela Professora Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade, apresentada ao Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2023

FACULDADE DE LETRAS

AS POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DO USO DOS RECURSOS DIGITAIS

UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	As Potencialidades da Educação Patrimonial através do uso dos recursos digitais
Subtítulo	Um estudo de caso com alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico
Autor/a	Ana Luísa Catanho Vítor
Orientador/a(s)	Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro Professora Doutora Sara Marisa Da Graça Dias do Carmo Trindade
Júri	Presidente: Alexandre Guilherme Barroso Matos Franco Sá Vogais: 1. Maria Helena Mendes Nabais Pinto 2. Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Identificação do Curso	2.º Ciclo em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Área científica	Formação de Professores
Especialidade/Ramo	Ensino de História
Data da defesa	19-10-2023
Classificação do Relatório	17 valores
Classificação do Estágio e do Relatório	17 valores



Agradecimentos

Na vida, entre as adversidades e as vicissitudes que inibem os progressos e os sonhos, cruzamo-nos com pessoas que, pela sua essência, prudência e amizade, presenteiam-nos com uma realidade inabalável. É imprescindível mencioná-las, em virtude de terem tornado o desafio mais aliciante, escrevendo-lhes uma sincera palavra de gratidão.

À Professora Manuela Carvalho, a minha Orientadora de Escola, pelo seu carácter altruísta e pela sua excelência humana. Pela manifestação de incondicional apoio e disponibilidade, pelo carinho quase maternal nos momentos de maior ansiedade, pelos conselhos assertivos e pelos estímulos constantes, que muito contribuíram para a formação das minhas qualidades enquanto futura docente.

Às Professoras Doutoradas Ana Isabel Ribeiro e Sara Dias-Trindade, as minhas Orientadoras da Faculdade, pela orientação exemplar pautada por um admirável nível científico, pela excelência de qualidade técnica, pelas fontes inesgotáveis de apoio e pela prontidão ilimitada durante todo o processo.

À Professora Doutora Maria José Azevedo, pelo seu testemunho de ensinar com Amor e Sabedoria. Pela sua constante delicadeza e amabilidade.

À Professora Catarina Correia, a minha fonte de inspiração, pelo privilégio de me inculcar os valores para abraçar o mundo da Educação. Pelo despertar do meu sonho e pela inspiração profissional e humana, qualificada pelos princípios em prol da empatia, justiça e sabedoria.

Aos meus Avós, Jacinto e Irene, com prata no cabelo e ouro no coração, pelas minhas relíquias de valores, pelo meu porto-seguro. Por serem os meus tesouros.

Aos meus Pais, Nélio e Sílvia, por fazerem o sol brilhar nos dias gélidos. Por acreditarem incondicionalmente em mim. Por desconsiderarem a distância e honrarem as minhas vontades. Por valorizarem o melhor de mim.

Às minhas Primas, Catarina e Mariana, pelos sorrisos e pela amabilidade.

Ao Leonardo Ferreira, a quem eu confio o meu suporte antes de abraçar a incógnita, pela partilha do seu coração de ouro. À Rafaela, à Inês e ao João Tomás, pelos abraços-casa. Aos meus amigos de infância, Ana, André, Catarina, Cristina e Sofia, pela cumplicidade, pelas confidências e pelo jeito de fazer tudo valer a pena.

A todos Vós, a minha sincera Gratidão!

RESUMO

A educação patrimonial é uma didática que recorre ao Património Cultural como fonte primária do conhecimento, reforçando temas como cidadania, memória e identidade. Ao compreender o quão significativo pode ser o ensino-aprendizagem orientado para a conservação, preservação e valorização deste Património, pensou-se em como desenvolvê-lo, através dos recursos digitais, nas aulas de História. O estudo apresentado foi realizado com uma turma do 7.º ano de uma Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos da Região Centro e seguiu a metodologia de investigação que pertence ao paradigma fenomenológico do Estudo de Caso, com recurso a instrumentos de avaliação qualitativa. Assim, pretende-se compreender *de que forma a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em História?* A essa questão encontram-se objetivos relacionados com a aplicação do tema em âmbito escolar, como (i) verificar se o trabalho com o Património Histórico-Local pode potenciar as aprendizagens dos alunos na aula de História; (ii) reforçar o conhecimento do Património Histórico-Local e a sua articulação com as *Aprendizagens Essenciais* através de recursos digitais; (iii) e conhecer a opinião dos alunos sobre a relevância do estudo do Património Histórico-Local perante as atividades realizadas. Os resultados obtidos revelam que a utilização desta estratégia pedagógica é favorável ao desenvolvimento do conhecimento histórico dos alunos e de um conjunto de competências que se inserem nas *Aprendizagens Essenciais* (AE) de História e no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO), como a interpretação de fontes históricas, a sensibilidade estética e a análise das diversas realidades que encaram. São competências que conciliam a importância da disciplina com a formação de cidadãos ativos e críticos, numa sociedade que, progressivamente, procura formar este modelo de cidadão. Os alunos demonstraram capacidade de mobilizar os seus conhecimentos e revelaram-se conscientes da importância de conservar, preservar e valorizar o Património Histórico-Local, através da aprendizagem ativa durante as atividades, depositando um forte empenho nas mesmas, devido à possibilidade de contactarem e interagirem com o local e de terem uma noção mais clara da dimensão do espaço que os rodeia.

Palavras-chave: História; Educação Patrimonial; Património Histórico-Local; Recursos Digitais.

ABSTRACT

Heritage Education is a didactic that uses Cultural Heritage as a primary source of knowledge, reinforcing themes such as citizenship, memory and identity. By understanding how significant teaching-learning oriented towards the conservation, preservation and enhancement of this Heritage can be, we thought about how to develop it, through digital resources, in History classes. The study presented was carried out with a 7th grade class of a Middle School of 2nd and 3rd cycles in the Central Region and followed the research methodology that belongs to the phenomenological paradigm of the Case Study, using instruments of qualitative assessment. Thus, it is intended to understand “How Heritage Education, through digital resources, can contribute to the development of learning in History?” In this question, there are objectives related to the application of the theme in the school environment, such as (i) verifying whether the work with the Local-Historical Heritage can enhance student learning in History class; (ii) reinforce knowledge of Local-Historical Heritage and its articulation with Essential Learning through digital resources; (iii) and to know the students' opinion about the relevance of the study of Local-Historical Heritage and in view of the activities carried out. The results show that the use of this pedagogical strategy is favourable to the development of students' historical knowledge and also to the development of a set of skills that are part of the Essential Learning of History and the Profile of Students Leaving School Mandatory, such as the interpretation of historical sources, aesthetic sensitivity and analysis of the different realities they face. These are competences that reconcile the importance of the discipline with the formation of active and critical citizens, in a society that progressively seeks to form this model of citizen. The students showed the ability to mobilize their knowledge and proved to be aware of the importance of conserving, preserving and valuing the Historical-Local Heritage, through the active learning they had during the activities, depositing a strong commitment in them, due to the possibility of contacting and interact with the place and have a clearer notion of the size of the space that surrounds them.

Keywords: History; Heritage Education; Historical-Local Heritage; Digital Resources.

Que melhor meio para ajudar o jovem a conhecer o mundo em que vive do que os sinais (as pistas em linguagem de detective, os vestígios em linguagem de historiador) que os homens ao longo dos tempos foram deixando no espaço que ele agora habita?

(Lucena, 2000, p. 14)

Índice

Lista de abreviaturas	11
Introdução	12
Capítulo I — Estágio Pedagógico Supervisionado	14
1.1. A Escola	14
1.2. As turmas	15
1.3. Reflexão crítica sobre o percurso formativo	16
Capítulo II — Enquadramento teórico	22
2.1. A História Local na Didática da História — potencialidades didático-pedagógicas do meio.....	22
2.2. Evolução conceptual de Património.....	25
2.3. O Património Histórico-Local na didática da História e as suas potencialidades..	28
2.4. Os recursos digitais como estratégia de ensino-aprendizagem	32
2.4.1. O perfil do aluno de hoje e as competências do futuro — “narrativa” do século XXI	32
2.4.2. A importância dos recursos digitais como estratégia didática do Património e História Local	37
Capítulo III — Enquadramento metodológico.....	41
3.1. Questão de investigação e objetivos	41
3.2. Metodologia de investigação.....	42
3.3. Caracterização dos participantes	43
3.4. Instrumentos de recolha de dados e análise e discussão dos resultados	44
3.4.1. Questionário I — Património Histórico-Local	47
3.4.2. Questionário II — Literacia Digital	53
3.4.3. Primeira intervenção pedagógica	55
3.4.3.1. Etapa A	56
3.4.3.2. Etapa B	57
3.4.3.3. Etapa C	59
3.4.3.4. Etapa D	60

3.4.4. Questionário de opinião sobre a Visita de Estudo.....	65
3.4.5. Primeiro questionário de competências de autoaprendizagem e de auto percepção dos alunos — Visita ao Museu Monográfico de Conímbriga.....	71
3.4.6. Segunda intervenção pedagógica	79
3.4.6.1. Segundo questionário de competências de autoaprendizagem e de auto percepção dos alunos — Mosteiro de São Paulo de Almaziva.....	82
Considerações finais.....	93
Bibliografia/Fontes consultadas	99
ANEXOS.....	106
Anexo I – Plano Individual de Formação (PIF)	II
Anexo II – Primeiro teste de Avaliação Sumativa do 7.º X.....	III
Anexo III – Matriz do primeiro teste sumativo do 7.º X.....	V
Anexo IV – Questionário de diagnóstico – Património Histórico-Local	VI
Anexo V – Questionário de diagnóstico – Literacia Digital	VIII
Anexo VI – Questionário de auto e heteroavaliação.....	IX
Anexo VII – Questionário de autoaprendizagem e de auto percepção dos alunos sobre a visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga e a construção de um roteiro virtual.....	XI
Anexo VIII – Questionário de autoaprendizagem e de auto percepção dos alunos sobre o <i>ebook</i> – Mosteiro de S. Paulo de Almaziva	XII
Anexo IX – Etapa A – <i>Quiz</i>	XIII
	XV
Anexo X – <i>Flyer</i> da Visita de Estudo	XVI
	XVII
Anexo XI – <i>Peddy-paper</i> da Visita de Estudo	XVIII
Anexo XII – Resultados do <i>peddy-paper</i>	XIX
Anexo XIII – Guião de preparação da Exposição.....	XX
Anexo XIV – Dois trabalhos elaborados por dois grupos.....	XXI
Anexo XV – Guião de preparação do Roteiro Virtual	XXII

Anexo XVI – Fotografias da Exposição na Escola	XXIII
Anexo XVIII – Roteiro de aula	XXV
Anexo XIX – Bibliografia fornecida aos alunos alusiva ao Mosteiro de S. Paulo de Almeziva	XXVII

Índice de tabelas

Tabela I: Intervenções pedagógicas.....	44
Tabela II: Definições elaboradas pelos alunos	50
Tabela III: Perguntas-chave sobre o meio-ambiente histórico	57
Tabela IV: Perguntas-chave sobre o meio-ambiente histórico	69
Tabela V: Consideras que o que aprendeste durante a visita de estudo te ajudou a compreenderes melhor os conteúdos lecionados na sala de aula? Justifica a tua resposta	72
Tabela VI: Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Justifica.....	73
Tabela VII: Definições elaboradas pelos alunos após a visita de estudo	75
Tabela VIII: Na tua opinião, teres criado um roteiro virtual, através do Padlet, contribuiu para a tua aprendizagem? Justifica.....	76
Tabela IX: Consideras que o que aprendeste nas aulas te ajudou a compreenderes melhor a História da tua cidade? Justifica.	83
Tabela X: Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Dá alguns exemplos.....	84
Tabela XI: Definições elaboradas pelos alunos após a visita de estudo.....	87
Tabela XII: Sentes que, ao teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva, ficaste a conhecer e a gostar mais da cidade? Fundamenta a tua resposta.	89
Tabela XIII: Na tua opinião, teres criado um <i>ebook</i> ajudou-te a compreenderes melhor o conceito de Património Histórico-Local? Fundamenta a tua resposta.	90

Índice de gráficos

Gráfico I: Distribuição dos alunos do 7.º X por género e idade	16
Gráfico II: Localidade dos participantes	48
Gráfico III: Nível de interesse pela didática do Património	48
Gráfico IV: Sabes o que é o Património Histórico-Local?	49
Gráfico V: O que consideras como Património Histórico?	51
Gráfico VI: Que Património de Coimbra conheces?	52
Gráfico VII: Posse de computador, tablet e telemóvel com acesso à internet fora de casa	53
Gráfico VIII: Que aparelhos tecnológicos estás habituado a usar?	54
Gráfico IX: Finalidades do uso dos dispositivos	54
Gráfico X: Qual é o recurso que mais gostas de utilizar para aprender História?.....	55
Gráfico XI: O tempo dedicado a cada uma das atividades foi o adequado	65
Gráfico XII: A visita decorreu num ambiente de bom comportamento e civismo.....	66
Gráfico XIII: Os objetivos da visita foram atingidos	66
Gráfico XIV: Aprendi muito nesta visita	67
Gráfico XV: Vou aplicar as novas aprendizagens em situações da escola e/ou vida.....	67
Gráfico XVI: No geral, avalio a atividade com o nível.....	68
Gráfico XVII: Do que mais gostei na visita foi.....	69
Gráfico XVIII: Proponho esta alteração para melhorar uma próxima atividade.....	70
Gráfico XIX: Numa escala de 0 a 10, quão motivador foi para a tua aprendizagem teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva?.....	85

Lista de abreviaturas

AE	Agrupamento de Escolas
CD	Cidadania e Desenvolvimento
CEB	Ciclo do Ensino Básico
DAC	Domínio de Atividades Curriculares
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
EB	Ensino Básico
ECAA	Escala de Competências de Autoaprendizagem
PAA	Plano Anual de Atividades
PASEO	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PIF	Plano Individual de Formação
PT	Planos das Turmas
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
WEF	<i>World Economic Forum</i>

Introdução

Numa era fortemente globalizada, em constante evolução tecnológica, destaca-se a importância da didática do Património e de dar a conhecer aos alunos que a História da humanidade é feita de um diálogo duradouro entre a força das raízes antigas e a vontade das novas gerações. Estes devem desenvolver a competência de construir uma cultura individual que lhes permita refletir sobre as realidades do mundo atual nas suas variadas dimensões, entendendo a defesa do Património Histórico-Local como um ato de cidadania. Além de integrar o currículo escolar, a História é uma presença quotidiana e omnipresente, pelo que nos parece relevante que os alunos compreendam a sua História mais próxima, o seu passado e a sua identidade, para que, desta forma, se almeja que a distância que os separam seja encurtada pelo despertar de um maior sentimento de pertença. Portanto, durante as aulas de História, procura-se que os alunos compreendam o “espírito dos lugares” e que transformem essa compreensão num modo de enriquecimento histórico-cultural. Por isso, trata-se de um tema que tem merecido a atenção de muitos investigadores no campo da Educação Histórica, entre eles, Glória Solé e Helena Pinto, cujos estudos apresentam as diversas potencialidades das fontes patrimoniais no ensino da História e os seus contributos para o desenvolvimento do pensamento histórico dos jovens¹.

Neste sentido, e no decorrer da Prática Pedagógica Supervisionada, definimos que o objetivo central do presente estudo é analisar as potencialidades didáticas da Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, na disciplina de História, com uma turma do 7.º ano de escolaridade de uma Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos da Região Centro. Tendo em conta a vasta compreensão e flexibilidade do conceito de Património, é relevante enfatizar que, ao longo deste trabalho, foi explorado o Património Histórico-Local de Coimbra. Assim, com este trabalho, pretende-se responder à seguinte questão de investigação, seguida de três objetivos específicos:

1. De que forma a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em História?

¹ No decorrer do nosso estudo, destacámos as seguintes obras: Maria Glória Solé, *A História no 1.º Ciclo do Ensino Básico: a Conceção do Tempo e a Compreensão Histórica das crianças e os Contextos para o seu Desenvolvimento*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, Tese de Doutoramento, 2009; Helena Pinto, *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*, Universidade do Minho, 2011; Helena Pinto, “Usos del patrimonio en la didáctica de la historia: perspectivas de alumnos y profesores portugueses relativas a identidad y conciencia histórica” in *Educatio Siglo XXI*, Vol. 31, n.º 1, 2013.

- 1.1. Verificar se o trabalho com o Património Histórico-Local pode potenciar as aprendizagens dos alunos na aula de História;
- 1.2. Reforçar o conhecimento do Património Histórico-Local e a sua articulação com as *Aprendizagens Essenciais* através de recursos digitais;
- 1.3. Conhecer a opinião dos alunos sobre a relevância do estudo do Património Histórico-Local perante as atividades realizadas.

Com base na referida questão de investigação e nos objetivos específicos que lhes estão associados, pretende-se demonstrar que a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, proporciona uma aprendizagem profícua da compreensão histórica, vinculando os alunos ao seu contexto cultural. O estudo realizado, para a aferição dos resultados, organizou-se em torno da teoria construtivista e contemplou duas atividades didáticas, que, introduzindo os alunos no processo ensino-aprendizagem dos conteúdos históricos, versaram a comunicação das aprendizagens realizadas e o desenvolvimento de competências de seleção, de crítica e de apresentação de informações.

Por fim, relativamente à estrutura deste Relatório, dividimo-lo em três capítulos. O primeiro reflete a Prática Pedagógica Supervisionada, abordando uma breve descrição sobre o contexto no qual se inseriu o Estágio Pedagógico. Após a localização da escola, descrevemos as suas características e as das turmas distribuídas pelo Núcleo de Estágio, com especial enfoque na turma com a qual desenvolvemos o tema eleito. No segundo capítulo, procedemos à revisão da literatura, que incide sobre as linhas de investigação consideradas mais pertinentes para este trabalho. Assim, abordamos a preocupação em inserir o estudo da História Local no ensino e as potencialidades didático-pedagógicas do Meio, conceptualizamos o conceito de Património, localizando a sua didática no currículo escolar atual do 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e, de seguida, realizamos um estudo sobre o aproveitamento dos recursos digitais articulados ao ensino-aprendizagem. Por último, o terceiro capítulo refere o enquadramento metodológico e empírico, no qual descrevemos a metodologia de investigação adotada, a população do estudo, as experiências pedagógicas aplicadas detalhadamente e a apresentação e discussão de resultados obtidos. Quanto à recolha de dados, utilizamos os inquéritos — que pretenderam caracterizar os participantes, a perceção que têm sobre Património Histórico-Local e a sua atitude perante a utilização dos recursos digitais —, as tarefas propostas e as avaliações de conhecimentos, adquiridas mediante a realização de atividades de diagnóstico e com recurso a observações diretas.

Capítulo I — Estágio Pedagógico Supervisionado

Compete ao Capítulo I dar a conhecer a nossa experiência pedagógica realizada numa Escola Básica (EB) do concelho de Coimbra, ao longo do ano letivo 2022/2023, caracterizando sumariamente a escola e as turmas distribuídas pelo núcleo de estágio, com especial enfoque na turma com a qual desenvolvemos o tema eleito. No momento 1.3., refletir-se-á sobre a evolução da nossa atuação pedagógica, desempenhada ao longo dos cerca de nove meses de Estágio, tendo por consideração as atividades realizadas e/ou assistidas, as dificuldades superadas e os objetivos alcançados, que incitaram à definição do futuro perfil enquanto docente.

O núcleo de estágio, assegurado pela Professora Orientadora Manuela Carvalho, é integrado por mim, Ana Luísa Vítor, e pela colega Beatriz Rodrigues do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Dispomos também do apoio da Orientadora científica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro, e da Coorientadora científica da Faculdade de Letras do Porto, Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade.

1.1. A Escola

O estágio pedagógico decorreu numa EB 2, 3, que integra a rede pública, pertencendo a um agrupamento localizado no concelho de Coimbra.

O Projeto Educativo do AE visa o sucesso escolar e educativo de todos os alunos e, por isso, enquanto instrumento de orientação e gestão da ação educativa, concebeu-se um conjunto de ofertas formativas muito diversificadas para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, particularmente, na Escola Básica 2, 3, na qual desenvolvemos o nosso estágio. Esta instituição usufrui de uma intensa dinamização de atividades enriquecedoras nas diferentes áreas do saber, articulando com outros níveis de ensino na participação de projetos variados. A fim de proporcionar o acesso à cultura, no contexto do desenvolvimento da sensibilidade estética e do espírito de criatividade e crítico dos alunos, a Escola dinamiza exposições e visitas de estudo e integra o Plano Nacional de Cinema, os Clubes Artes e Música, o Grupo de Teatro *Trupe Leal Conselheiro* e o Desporto Escolar. De referir também que a Escola incorpora o ensino articulado, procurando reconhecer o mérito de todos os alunos, atendendo aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagens.

No que concerne aos alicerces internos, podem ser classificados como adequados ao contexto de aprendizagem. A Escola é edificada por quatro blocos. No Bloco A, instituiu-se o gabinete da Direção, a biblioteca escolar, a sala de informática, o gabinete dos psicólogos, o gabinete do estágio de História, a reprografia, a sala dos professores, a enfermaria e a secretaria dos assuntos escolares. Os Blocos B e C são organizados, meramente, por salas de aula, sendo que, no C, podemos ainda usufruir de uma sala reservada ao apoio de estudantes com Necessidades Educativas Especiais. No Bloco D, encontram-se os serviços da papelaria, o refeitório e o bar da escola. Na parte posterior, ficam localizados o ginásio e um campo aberto destinado à prática de atividades físicas e desportivas. Do ponto de vista tecnológico, todas as salas de aula estão equipadas com um projetor de qualidade razoável e um computador com acesso à *Internet*, através da rede *Wi-Fi*. No que respeita às estruturas comuns, todas as salas dispõem de um quadro preto de giz e outro branco de marcador.

1.2. As turmas

A Professora Orientadora dirigiu, durante o ano letivo 2022/2023, quatro turmas de História e uma de Cidadania e Desenvolvimento, das quais três são de sétimo ano e duas de oitavo. Mediante a realização de um sorteio, assumimos a responsabilidade de uma turma de sétimo ano e, por vezes, alternando com a colega Beatriz Rodrigues, outra turma do mesmo ano. A partir da segunda metade do segundo período, cada uma de nós assumiu uma turma do oitavo ano.

Segue-se uma breve caracterização das duas turmas acompanhadas por nós, começando pela amostra do presente estudo, que diz respeito a uma turma do 7.º ano de escolaridade. Como podemos observar no *Gráfico I — Distribuição dos alunos do 7.º X por género e idade*², a turma era composta por 21 alunos com 12 e 13 anos — maioritariamente com 12 anos —, dos quais oito são do género feminino e dez do género masculino. Ainda, três alunos do género masculino têm 13 anos.

² Cf. Gráfico I.

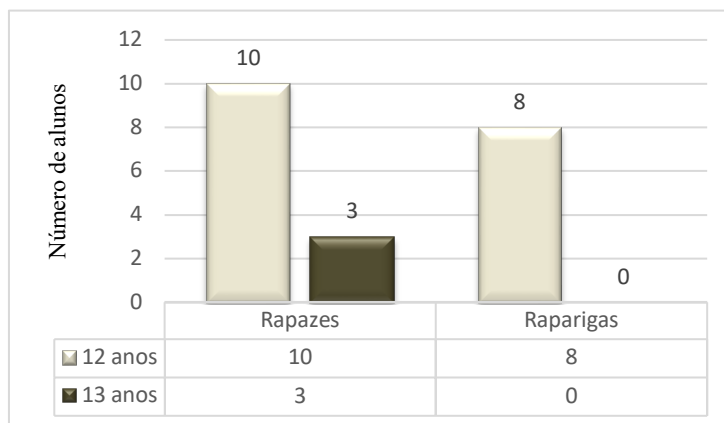


Gráfico I: Distribuição dos alunos do 7.º X por género e idade

Fonte própria

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, quatro elementos têm necessidades de diferenciação pedagógica ou acomodações curriculares, merecendo uma ação interventiva. Relativamente aos domínios das atitudes e aprendizagens, a turma foi considerada muito distraída e agitada. No entanto, destacam-se alguns alunos com um bom aproveitamento escolar. Revelam competências satisfatórias de trabalho em grupo, apesar dos ritmos distintos de aprendizagem. Não obstante o facto de, globalmente, o comportamento da turma ser classificado como pouco satisfatório, é de destacar que, nas aulas de História, alguns alunos mantêm, em sala de aula, uma postura adequada, empenhada e participativa, integrando os quadros de mérito e cívico. Além disso, é de salientar o mérito de alguns estudantes do 7.º X, que se destacaram pelos seus desempenhos em atividades desportivas a nível distrital e nacional.

Já a turma do 8.º Y, do ensino articulado, era composta também por 21 alunos, dos quais nove são do género feminino e 12 são do género masculino, com uma média de idades de 14 anos. A maioria dos alunos demonstrou grande interesse e dedicação à disciplina de História e às atividades propostas durante o ano letivo, refletindo os esforços realizados na qualidade das suas intervenções e na produção dos seus trabalhos. Assim, o comportamento e aproveitamento da turma foram considerados muito bons. É de referir que todos os elementos estudam no Conservatório de Música Regional, cujo comportamento e aproveitamento foram considerados bons.

1.3. Reflexão crítica sobre o percurso formativo

“Quem pretende educar converte-se, de certo modo, em responsável pelo mundo (...), como muito bem assinalou Hannah Arendt, se lhe

repugna esta responsabilidade, mais vale que se dedique a outra coisa e que não estorve.” (Savater, 1997)

Na profissão docente, é essencial tomar decisões no que concerne aos objetivos a perseguir (*para quê?*), aos conhecimentos a transmitir (*o quê?*), às metodologias e recursos a usar (*como?*), ao tempo e espaço convenientes (*quando e onde?*) e à avaliação para verificar (*qual é o ponto de partida, que percurso se faz e onde se chega*). Esta tomada de decisões define, necessariamente, o papel dos professores (ensino) e dos alunos (aprendizagem) num contexto educativo — a Escola (Damião, 2021).

Assente nesta lógica e na corrente pedagógica construtivista, no decorrer do ano letivo 2022/2023, realizámos as atividades propostas no Plano Individual de Formação (PIF)³, que, em conjunto com a Professora Orientadora, foram ajustadas e aperfeiçoadas. Adicionámos outras juntamente com a mesma, no contexto do Plano Anual de Atividades da Escola (PAA), nos Planos das Turmas (PT) e de várias vertentes associadas à prática pedagógica, a saber: proposta e coorganização de uma vídeo-palestra, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD) do 7.º X, com um estudante de Direito angolano, que decorreu a 2 de dezembro, pretendendo aprofundar conhecimentos referentes à cultura do país, no contexto da abordagem de temas relativos aos conceitos de multiculturalidade e de interculturalidade; participação numa reunião *online*, a 2 de fevereiro, promovida pela *EuroClio*, com elementos do Secretariado desta organização e professores e dirigentes de associações profissionais da Grécia, Eslovénia, Sérvia e Portugal, no sentido de efetuar o levantamento do estatuto da disciplina em países europeus, no âmbito de um estudo do Observatório de Ensino da História do Conselho da Europa; participação em reuniões de preparação de uma visita de estudo, de quatro turmas do 7.º ano da Escola, ao Museu Monográfico de Conímbriga, que decorreu no dia 14 de fevereiro; colaboração na produção de materiais diversificados (*Quiz*, visita guiada e *peddy-paper*); orientação e acompanhamento de uma das turmas; correção dos instrumentos aplicados durante a visita e tratamento de dados da auto e heteroavaliação; coorientação dos alunos na escolha de fotos, registadas pelos mesmos durante a visita de estudo, e na produção de legendas e de outros materiais expostos na Escola, em maio, em colaboração com outras disciplinas; produção de uma versão digital da exposição, recorrendo à plataforma *Artsteps*, usando alguns dos materiais incluídos na versão exibida na Escola, divulgada

³ Cf. Anexo I – Plano Individual de Formação (PIF).

nos quatro conselhos de turma; participação numa sessão de trabalho com uma diretora de turma da Escola, para conhecer a legislação, outros referentes, instrumentos principais e características deste cargo, seguindo-se o acompanhamento do conselho de turma de avaliação de final do 2.º período; participação numa reunião com o coordenador interconcelhio do Plano Nacional das Artes, o presidente e outro membro da direção do Ateneu e um outro professor do AECO, com vista a preparar ações de comemoração do cinquentenário do 25 de Abril na cidade, assim como uma sessão com os alunos do 8.º Y, que decorreu a 10 de maio; observação de uma aula, de 50 minutos, de História e Geografia de Portugal, de uma turma do 6.º ano do 2.º Ciclo, cujos conteúdos abordados incidiram sobre as ideias do Estado Novo (mecanismos repressivos, difusão e desrespeito pelos Direitos Humanos durante este regime), explorados através da leitura do manual, que decorreu no dia 12 de maio; lecionação de aulas de aplicação e de correção de testes de História às turmas referidas, algumas que foram assumidas a solo pela docente estagiária, no final do ano; preparação e dinamização de 62 aulas às três turmas de 7.º ano e duas de 8.º, de História e de CD.

Na primeira reunião com a Professora Orientadora, o núcleo de estágio foi informado sobre a legislação curricular e a documentação AE, incluindo o Plano Educativo do Agrupamento e o Regulamento Interno. De seguida, mediante um sorteio, a cada Professor estagiário foi-lhe confiado uma turma de 7.º ano e tomou-se conhecimento das características de cada turma. Ademais, explorámos o programa da disciplina de História, calendarizámos as aulas a lecionar e definimos o trabalho a desenvolver a curto e médio prazo. Por fim, o núcleo familiarizou-se com o estabelecimento escolar e com o corpo docente e não docente.

Os trabalhos do núcleo de estágio foram, inicialmente, circunscritos à observação das aulas de 7.º e 8.º anos ministradas pela Professora Orientadora, o que nos permitiu delinear uma primeira caracterização do comportamento, da captação dos conteúdos e das aprendizagens desejáveis de cada aluno, assim como registar os recursos e estratégias adotadas pela mesma, pretendendo familiarizar-nos com a sua atuação pedagógica. Salientamos que esta ação foi fundamental para o início da prática pedagógica direta com os alunos, tendo em conta que previu as atitudes dos estudantes em contexto de sala de aula perante os trabalhos desenvolvidos. Neste contexto, é de referir que, nas semanas seguintes, de acordo com as orientações da Professora, dedicamo-nos ao apoio individual dos estudantes com um rendimento escolar mais baixo, no sentido de esclarecer dúvidas e ajudá-los a ultrapassar eventuais obstáculos. Destacamos também o modo entusiasta e

carinhoso com que estes alunos nos receberam e aceitaram os nossos ensinamentos, desempenhando-se assim uma atividade pedagógica de afetividade.

Nas semanas seguintes, houve um aumento da interação com os alunos, principalmente durante os momentos práticos e de resolução de exercícios complementares à aprendizagem ministradas pela Professora Orientadora. As referidas experiências contribuíram para que me sentisse menos insegura no dia 8 de novembro, aquando do primeiro contacto com a prática de lecionação. Neste momento, elaborámos o primeiro teste⁴ de avaliação sumativa para o 7.º ano, bem como a matriz⁵ e os critérios de correção respetivos. Na semana posterior, procedemos à correção. Este primeiro contacto teve como objetivo a preparação das aulas, no que concerne, especificamente, às questões relacionadas com a postura, movimentação em sala de aula, projeção da voz e diálogo vertical com os alunos.

Ao longo do ano, não obstante o meu carácter expositivo em algumas aulas, a Professora Orientadora considerou que me apresentei sempre recetiva às suas propostas de aperfeiçoamento, dispondo-me de muito bom grado para reformular as práticas, numa constante preocupação de desenvolvimento profissional. No entanto, considerava que eu deveria ter demonstrado flexibilidade na concretização das aulas, no sentido de efetuar ajustamentos, por vezes, de última hora, decorrentes de fatores não previstos no ato de planificação ou referentes a mudanças na organização das escolas. Progressivamente, de acordo com os seus imprescindíveis conselhos, assumi uma postura mais natural e distendida, tendo proporcionado um ambiente favorável à aprendizagem na sala de aula e estabelecido uma boa relação com os alunos. No domínio das competências pedagógicas, notou-se uma evolução equivalente na produção e uso de recursos e estratégias, que permitiram orientar os alunos para o treino e desenvolvimento de competências, e não apenas para a aquisição de conhecimento substantivo, prevendo períodos de trabalho autónomo, supervisionado, na aula. A Professora Orientadora considerou também o aperfeiçoamento das propostas de atividades de aprendizagem, quanto à interpretação de fontes, formulando perguntas mais adequadas, no sentido de elevar o desempenho dos alunos a níveis mais afins do conceito de evidência e a diversificação de recursos, experimentando mais aplicações digitais e fontes audiovisuais. Deste modo, como me tinha sido proposto, integrei, mais frequentemente, exercícios de

⁴ Cf. Anexo II – Primeiro teste de Avaliação Sumativa do 7.º X.

⁵ Cf. Anexo III – Matriz do primeiro teste sumativo do 7.º X.

tipologia diversa, de índole formativa (sistematização, aplicação, articulação, entre outros), para verificar a consecução das aprendizagens previstas e dar regularmente informação aos alunos, promovendo atitudes de autorregulação.

Por último, é importante enfatizar a experiência pedagógica enriquecedora que resultou de um desafio proposto pela Professora Orientadora, no 3.º período. Cada membro do núcleo de estágio assegurou, durante uma semana, o horário completo das cinco turmas. Esta experiência permitiu-nos contactar com a realidade profissional e, de igual modo, possibilitou-nos desenvolver competências e aprendizagens profícuas para o crescimento individual, enquanto profissional de Educação.

Após a descrição sobre o percurso formativo durante o Estágio Pedagógico Supervisionado, refletimos que, de facto, esta etapa foi muito desafiante e importante, na medida em que nos proporcionou, por um lado, oportunidades de aplicar na prática os conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, sempre de acordo com as orientações da Professora, enfrentando os desafios reais da Escola e da Educação, por outro lado, momentos de observação e de muita aprendizagem com uma Professora Orientadora muito experiente que me dotou de uma base sólida para o meu futuro profissional e, impreterivelmente, pessoal. Portanto, todas as experiências que vivi durante o meu percurso pedagógico contribuirão para a formação da minha identidade como futura Professora, baseada no “desenvolvimento de ações focadas no melhor para o aluno e na busca pela perfeição”, mencionado pela Professora Orientadora. Em virtude disso, “educar é acreditar na perfectibilidade do homem, na sua capacidade para aprender” (Reimão, 2006, p. 71) e, conseqüentemente, de se tornar (mais) perfeito.

Assim, ao refletir sobre a profissão docente, é importante ter em mente que a atividade de um Professor não se limita, somente, à preparação científica e técnica dos alunos. A sua função é determinada, igualmente, por um conjunto de qualidades pessoais, humanas, morais e éticas (Neto, 2012), como perfeitamente ilustrou a Professora Orientadora. Deste modo, o caminho educacional trilhado por mim, em conjunto com a Professora Orientadora e com a minha colega de estágio, acarretou um grande senso de responsabilidade e uma consciência da importância da prática pedagógica, assente na instrução e formação das crianças e jovens.

Por fim, o Professor deve pensar os desafios que, atualmente, se impõem ao ensino e à educação, bem como refletir sobre os seus impactos na ação dos professores, nas aprendizagens dos alunos e no próprio sentido atribuído ao currículo escolar. Quer isto dizer que a área da educação está em constante evolução e os desafios enfrentados pela

comunidade escolar estão em constante renovação, nomeadamente através da rápida evolução tecnológica, das demandas pelas competências do século XXI, da diversidade cultural e social nas salas de aulas e, sobretudo, da premente necessidade de preparar os alunos para enfrentarem um mundo em constante transformação. Ao pensar nestes desafios, consideramos desenvolver uma abordagem educacional mais próxima e centrada nos estudantes, pretendendo desenvolver a temática do Património e História Local, através dos recursos digitais, na disciplina de História durante o Estágio Pedagógico Supervisionado. Consideramos as potencialidades da didática do Património Histórico-Local, através dos recursos digitais, desenvolvendo o pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural, e atendemos ao desenvolvimento das competências necessárias para que os atuais alunos logrem do sucesso, como explicaremos adiante.

Capítulo II — Enquadramento teórico

Com a finalidade de conceber uma resposta verosímil, de carácter académico, à questão de investigação — *De que forma a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em História?* —, fundamentamo-nos em estudos de autores que se dedicaram à investigação das múltiplas potencialidades das fontes patrimoniais no ensino da História, recorrendo aos meios digitais, e os seus contributos para o desenvolvimento do pensamento histórico dos jovens, permitindo, deste modo, dar conta da pertinência da sua aplicação durante as aulas de História através do uso dos recursos digitais.

Assim, iniciámos este capítulo com a fundamentação teórica, ou seja, a fim de se elucidar a importância da didática do Património Histórico-Local, procurámos refletir sobre a preocupação em inserir o estudo da História Local no ensino e as potencialidades didático-pedagógicas do Meio, a evolução do conceito de Património, a sua inserção no currículo escolar ao nível do 3.º CEB e as suas potencialidades no ensino da História. Numa segunda parte, procurámos explicar as vantagens da utilização dos recursos digitais no ensino (em geral) e, depois, aquando da aplicação da didática patrimonial em sala de aula de História, particularmente, num mundo influenciado pelas tecnologias e, por isso, muito familiar aos jovens.

2.1. A História Local na Didática da História — potencialidades didático-pedagógicas do meio

“O uso da História Local pode, desta feita, constituir um fator fundamental na motivação para os conteúdos de História, para a construção de conhecimentos e para o exercício da cidadania” (Araújo, 2017, p. 22)

A História Local alimenta-se da relação entre as raízes antigas e a vontade das novas gerações, onde o passado e o presente se cruzam, facilitando a aproximação das pessoas ao processo histórico e valorizando a historicidade de pessoas comuns. Logo, o estudo da História Local é produzido a partir da dinâmica dos lugares e das transformações do espaço, cujos processos políticos, económicos, culturais, sociais e históricos influenciam a História das localidades.

A valorização de um lugar, segundo as suas especificidades, necessita de uma ligação entre o tempo e o espaço, transportando a identificação das heranças culturais e das histórias das pessoas que dele fizeram parte. Por outras palavras, perante a realidade de sociedades multiculturais, a História Local almeja atribuir importância às experiências sociais em comum, cujo conhecimento histórico reforça os laços entre a comunidade e o seu Património.

Centrando a análise na origem e evolução dos estudos sobre as localidades, esta remonta ao século XVI. Em Portugal, os primeiros recenseamentos populacionais foram realizados durante o reinado de D. João III, que tencionava dotar o território português com políticas de desenvolvimento. Por outro lado, as Memórias Paroquiais, tidas como uma das melhores fontes de informação histórica sobre as localidades, descreviam os elementos constituintes do espaço, focando-se nos aspetos topográficos. A recolha minuciosa dos topónimos e as suas características, enquanto lugares de vivência de uma comunidade, permitiram dar a conhecer toda a realidade descrita rigorosamente nestes inquéritos populacionais (Serrão, 1996).

A evolução da análise destaca também o percurso dos estudos locais emergidos no século XIX. As suas produções reportam-se aos trabalhos dentro e fora do contexto universitário, significando que os estudos académicos refletiam a respeito da cultura erudita e da História política e institucional. Exteriormente à Universidade, desenvolveram-se temas tradicionais relativos às realidades locais, dedicando-se, sobretudo, à investigação das elites, aos grandiosos factos políticos e estudavam-se igualmente conteúdos que passaram, então, a integrar uma *Nova História* (Neto, 2010).

Nos finais da década de 70 do século XX, por motivo do surgimento desta nova conceção historiográfica — *Nova História* —, a História Local passou a integrar uma análise diversificada de objetos, de problemáticas estudadas e de fontes históricas, sendo-lhe assim concedida uma maior importância. As primeiras investigações de uma *Nova História Local*, em Portugal, devem-se à iniciativa de jovens universitários, reproduzindo-as nas teses, com enfoque para as investigações da demografia e consequentes monografias de cidades, regiões e concelhos, conciliando a História social à História demográfica e, também, económica. Porém, foi nas décadas de 80 e 90 do século passado que a área da História Local conheceu, nos âmbitos científico e didático, um aumento de produção literária, assumindo um papel cada vez mais importante na História, como é reconhecido por Margarida Sobral Neto. Para a autora, a História “(...)

construída com fontes produzidas a nível local é absolutamente necessária para conhecer o passado e eventualmente projetar o futuro das comunidades locais” (Neto, 2010, p. 69).

Atendendo ao quadro didático, é importante destacar o meio (espaço) como elemento crucial de estudo de vários campos, em particular da História, que, segundo a sua componente global, deve ser também aplicada numa perspetiva local, recorrendo a um panorama de vivências diverso. Neste sentido, a Escola deve estabelecer relações constantes com o meio, uma vez que a formação completa do aluno não se restringe à simples instrução de conteúdos programáticos, mas passa, igualmente, pela educação interdisciplinar, pelo que as aprendizagens dos modos de vida, de pensamento e da História Local desempenham um importante papel na ligação entre esta instituição e o meio (Duarte, 1994). Deste modo, a localidade surge como centro de estudos, visto que, através do espaço concreto, se torna mais fácil a compreensão da evolução histórica da região, do país e do mundo, situação que permite o desenvolvimento de outras competências junto dos alunos, incluindo exercícios de observação, comparação, formação de opinião crítica e desenvolvimento do conhecimento histórico, de acordo com Ferreira (2010). Esta linha de pensamento vai ao encontro da ideia defendida por Proença (1989, pp. 201–202): “(...) o professor pode, a partir do estudo dos fenómenos locais, partir para os nacionais confrontando semelhanças e contrastes específicos, contribuindo assim para obter uma compreensão mais profunda da unidade nacional, apesar da diversidade.” Assim sendo, o trabalho com a História Local contribui para o desenvolvimento do conhecimento histórico, a partir de recursos concretos, que são familiares aos alunos.

No meio escolar, a História Local passou a integrar o plano metodológico de estudo a partir de 1968, fomentado pela realização de visitas de estudo a centros históricos. Ao estudá-lo, os alunos consideraram-no um instrumento de motivação para o exercício da cidadania e para a criação de um diálogo enriquecedor entre as gerações. Além disso, o estudo das localidades permite enraizar a pessoa no espaço, aproximando-a do saber histórico e formando-a criticamente para o exercício da cidadania. Para Manique e Proença (1994), no âmbito da *História Docência* no processo de ensino-aprendizagem de História, o recurso à História Local promove competências de análise, formulação de situações hipotético-dedutivas e investigação, como as etapas inerentes ao trabalho historiográfico — a recolha, a heurística e a crítica das fontes, o tratamento de dados e a elaboração de um resumo. Ou seja, o docente introduz o aluno no método da

investigação histórica, contactando com as etapas do trabalho do historiador (heurística, crítica e síntese) e fomentando a compreensão do passado de determinada localidade.

Em síntese, o meio histórico consiste em qualquer espaço onde o Homem viveu, deixando vestígios, que permitem compreender como foi a sua vida noutras épocas (Manique & Proença, 1994). Assim, o uso da História Local consiste, deste feita, num recurso didático indispensável para a construção da consciência patrimonial, concomitantemente aos temas da disciplina de História, garantindo a sua função social e pessoal. Como advoga Alves (2006, p. 69):

(...) a localidade (...) pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor ao aluno, que o enraíza no seu espaço, que o forma criticamente no exercício da sua cidadania e que o aproxima do saber histórico...

Tendo em conta as potencialidades didático-pedagógicas do estudo da História-Local supramencionadas, consideramos importante destacar, no subcapítulo seguinte, o valor da aprendizagem que recorre ao Património Histórico-Local como fonte de informação sobre o passado.

2.2. Evolução conceptual de Património

Em conformidade com o que foi explicado sobre as diversas potencialidades associadas ao uso da História Local na disciplina de História, consideramos pertinente, enquanto fonte histórica, a utilização do Património Histórico-Local, através dos recursos digitais, numa perspetiva de aplicação didática em sala de aula, sem preterir a relação com os conteúdos programáticos.

Assim, para uma explicação clara e organizada, urge, num primeiro momento, a importância de conceptualizar o conceito de Património, tendo em conta a sua evolução. O estudo da evolução conceptual de Património permitiu compreender que ocorreram transformações ao longo do tempo, ao nível do significado, da perceção sobre o seu valor, conduzindo a uma maior ênfase na participação e envolvimento das comunidades locais na identificação, gestão e salvaguarda patrimonial, e ao nível da abordagem holística, tendo ocorrido uma mudança de uma abordagem fragmentada para uma visão holística do Património. Deste modo, compreendemos que a definição patrimonial se adaptou às características de cada época. Contudo, sempre perdurou a noção de que o Património é uma herança, que se reveste num importante valor para a Humanidade.

Para Choay (2015), a palavra “património” relaciona-se com as estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Almeida e Solé (2015) afirmam que, atualmente, atribuem-se-lhe valores de pertença, reforçando a ligação com a sociedade, na medida em que as pessoas criam entre si uma identidade individual e coletiva/social. Por outras palavras,

o Património tem uma história, é a expressão de uma comunidade, da sua cultura nas suas especificidades e convergências ao longo do tempo, sendo por isso um fator identitário. (Barca & Pinto, 2014, p. 7)

Um efeito da mudança do conceito de Património (neste caso, Património Material) é a política de renovação dos centros urbanos e dos seus monumentos. No quadro das políticas de reabilitação e renovação dos centros urbanos, importa referir a evolução da *Carta de Atenas* (1931) para a *Carta de Veneza* (1964), atendendo ao facto de que a primeira Carta se restringia à preservação patrimonial dos monumentos de grande destaque e envergadura, enquanto a de Veneza alargou a consciência de preservação a sítios e monumentos de menor dimensão.

Após a Conferência Geral das Nações Unidas sobre as Organizações Educacionais, Científicas e Culturais, realizada em Paris, em 1972, criou-se a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Neste âmbito, destaca-se o seu 27.º artigo pelo incentivo ao desenvolvimento de programas educativos que promovem os valores da preservação do Património Cultural e a sua política de protecção. Consequentemente, Portugal, que participou na referida Convenção, criou, em 1985, a Lei do Património Cultural Português, através da qual elucida o conceito de Património, enumerando os critérios de seleção dos bens patrimoniais. Neste sentido, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, referente à Lei de Bases do Património Cultural, estabelece que:

Para os efeitos da presente lei, integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

Da referida lei resulta que o conceito de Património não corresponde à ideia de que se limita a monumentos de grande valor histórico. Trata-se de um conceito mais

vasto, indo além dos objetos, incluindo o Património Imaterial, constituído por romarias, tradições, costumes e outros valores próprios do local e da sua identidade. O contributo de Alarcão (1988) evidencia que não podemos desprezar construções modestas, dado que também integram a lista de bens patrimoniais e contribuem para o desenvolvimento da compreensão histórica sobre determinada localidade, como é o exemplo dos pelourinhos, alminhas e jardins. Este espólio patrimonial constitui fontes históricas, através das quais é possível desenvolver o pensamento histórico dos jovens. Portanto, o Património Cultural inclui todos os bens que, enquanto testemunhos culturais do valor da sociedade, se revestem de um importante interesse cultural, merecendo a devida proteção e valorização.

A nível internacional, entre as instituições que se esforçam por preservar e salvaguardar o Património, destacam-se a UNESCO e o ICOMOS⁶. No contexto nacional, distingue-se a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que, pela Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, “(...) tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”.

Michel Colardelle, citado por Pinto (2011), reflete sobre as etapas pelas quais o Património passa a ser considerado um objeto que testemunha o passado e sobrevive ao presente. Na primeira etapa, a construção é feita pela sociedade que necessita desse objeto/monumento, estabelecendo relações históricas com o mesmo. Na segunda, surge a consciência de que o objeto/monumento já não tem a funcionalidade que tinha quando foi construído. Na terceira etapa, emerge a ideia de patrimonial. O ritmo deste processo varia de sociedade para sociedade, mas a consciência patrimonial desperta com a mudança de gerações e a perda de pessoas, os padrões de comportamento e os costumes. O mesmo autor considera que o ritmo acelerado da História Contemporânea, impulsionado pela tecnologia e proliferação de informações e conflitos em larga escala, criou sentimentos patrimoniais mais espontâneos, estabelecendo-se uma consciência do impacto da humanidade sobre os vestígios que a rodeia. Deste modo, aumentou-se a consciencialização para a preservação do Património Histórico-Local, atribuindo-se outras finalidades a alguns monumentos. Embora os vestígios permitam relembrar o

⁶ Os sites da UNESCO e do ICOMOS dispõem de recursos bibliográficos, documentais e iconográficos, que os docentes devem didatizar, enriquecendo, deste modo, os conteúdos a serem lecionados (UNESCO – <https://www.unesco.org/en>; ICOMOS – <https://www.icomos.org/fr>).

passado, não se destinam a contar tudo sobre o tempo e as sociedades que os produziram, pelo que requerem uma interpretação e análise cuidadas, de forma a extrair informação das fontes patrimoniais. Em conformidade, é pertinente referir que a *Carta do Porto Santo* (2021, p. 10) defende que a Educação é um método eficaz para a conservação, preservação e valorização do Património Histórico-Local, isto é,

(...) a escola deve valorizar as especificidades individuais, culturais, territoriais e possibilitar que todos os alunos tenham acesso a variadas experiências artísticas e manifestações culturais ao longo da vida; que possam ver reconhecida a sua identidade cultural e valorizadas as expressões culturais da sua comunidade; que tenham acesso aos patrimónios e consciência da sua necessária salvaguarda (...).

Assim, analisar a evolução conceptual do Património é constatar que o mesmo adquiriu nova importância na atual sociedade ao nível do significado, valorização, participação comunitária e consciência da diversidade e dos desafios surgidos pela globalização. Estas transformações refletem uma abordagem mais ampla, revelando uma maior compreensão da importância do Património na preservação das identidades, da memória coletiva e da diversidade histórico-cultural de cada localidade.

2.3. O Património Histórico-Local na didática da História e as suas potencialidades

Neste subcapítulo, analisaremos, primeiramente, a inserção da didática do Património no currículo escolar português do 3.º CEB e, seguidamente, apresentaremos as potencialidades do Património Histórico-Local no processo de ensino-aprendizagem da História, salientando-se as considerações e conclusões de estudos já realizados, de modo a dar a conhecer as potencialidades pedagógicas e didáticas da temática em questão.

A necessidade de conhecer o Património Histórico-Local surge da nossa procura de conhecimentos a respeito “de onde vimos?”, “quem somos?”, “para onde vamos?”, pretendendo compreender os nossos valores e o mundo em que vivemos. Logo, o nosso interesse pela didática do Património Histórico-Local na disciplina de História justifica-se pela necessidade de os alunos se compreenderem melhor a eles próprios, o espaço que lhes rodeia e o tempo em que vivem. Além disso, segundo Castilho (2014, p. 2):

Não só a história deve ter um papel relevante na sensibilização dos estudantes para o património local, como, inversamente, o património

local pode e deve ter um papel essencial na sensibilização para a importância da história.

Apesar de revogadas, é pertinente citar o documento de apoio às Metas Curriculares de História do 3.º CEB (p. 3), que define que “(...) os professores devem, igualmente, dar relevância à abordagem regional e/ou local aquando do tratamento do processo histórico”. Logo, o Património Histórico-Local é um assunto que tem vindo a marcar presença em diversas investigações no âmbito da educação histórica, e, por isso, a relação entre Património e Ensino torna-se cada vez mais consensual. A respeito disso, nas *Aprendizagens Essenciais* do 3.º CEB, está presente a preocupação em associar o Património Histórico ao contexto local, regional e europeu, valorizando-o, pelo que se releva a importância da didática patrimonial na construção da identidade de cada pessoa, permitindo o desenvolvimento de relações entre o contexto geral da História e os seus impactos na sociedade e cultura. Neste sentido, percebemos que os documentos que versam sobre a educação histórica, em Portugal, defendem que a abordagem da História Local é importante para a formação do aluno. Assim, urge a necessidade de os professores lecionarem outros conteúdos além dos que constam nos manuais, pesquisando e trabalhando outras fontes que interpelem estas questões histórico-locais, específicas de cada região. Contudo, a didática do Património destacou-se no meio escolar apenas nas últimas décadas. Deste modo, a Escola responsabiliza-se pelo processo educativo de cada cidadão, materializando-o na educação patrimonial. O esforço pela conservação, preservação e valorização do Património é essencial, e uma das formas para a sua salvaguarda é o Ensino. Pinto (2016) considera que proporcionar aos jovens uma experiência única de contacto direto com diferentes tipos de Património é uma prática educativa com enorme potencial.

Barca (2015) sublinha que os currículos escolares mostram, cada vez mais, vínculos entre o Património e a Educação, cujo objetivo é fomentar uma compreensão que explique a evolução do Homem e das sociedades com base na análise de fontes patrimoniais, tidas como um testemunho do passado contemplado no presente. Salienta-se, neste contexto, a importância do papel da disciplina de História na concretização e dinamização de atividades relacionadas com o Património Histórico-Local. No ensino e aprendizagem de História, através do investimento num estudo contínuo de fontes patrimoniais, a disciplina assume um grande potencial para criar estratégias educativas, a partir das quais os alunos podem aprender a analisar e a interpretar as questões de

identidade local, assim como os bens patrimoniais da localidade onde se inserem, considerando o Património Histórico-Local como uma fonte de evidência (Pinto, 2011). Por isso, no ensino da História, a educação patrimonial potencializa a promoção do contacto com outras realidades, devendo o docente envolver os alunos no estudo das fontes locais, visando o desenvolvimento da compreensão histórica e da perceção da cultura da comunidade onde se inserem. Então, entenda-se por educação patrimonial o

(...) acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um, no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros (...) processo durante o qual a personalidade se forma pela interacção de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas (Custódio, 2000, p. 11).

Neste sentido, a investigação em educação histórica defende que o contacto com os objetos da cultura material é imprescindível para o desenvolvimento do pensamento histórico das crianças e dos jovens, principalmente com foco na noção de tempo, dado que a ideia de interpretação do Património incide sobre a compreensão do passado além do horizonte da experiência pessoal, relacionando as próprias experiências de vida com o Meio onde os alunos se inserem e ajudando-os a compreender o significado histórico sobre eventos passados.

Como sugere Alves (2006), a abordagem da educação patrimonial, em contexto de aula de História, é uma forma de formar pessoas conscientes do património histórico e cultural. Consiste num trabalho pedagógico centrado no Património Cultural, tido como fonte primária de enriquecimento individual e coletivo. Ou seja, é um processo de compreensão, apropriação e valorização por parte dos jovens da sua herança cultural, a partir do contacto direto com as manifestações culturais, capacitando-os para um uso racional destes bens. Em vista disso, Pereira e Cardoso (2010, p. 113) referem que

a educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afeto da comunidade pelo património. Desta forma, desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural.

Os professores procuram cumprir o desafio de ensinar às crianças e aos jovens o conhecimento do mundo que os envolve através de uma perspetiva local e universal, proporcionando-lhes o conhecimento das vivências, o acesso e o respeito à pluralidade das culturas. Diante das leituras realizadas relativamente a esta temática, consideramos, seguramente, que a Escola e os professores devem preocupar-se, cada vez mais, em transmitir e explorar de forma aprazível a ideia de que o Património, enquanto testemunha do passado no presente, se consolida nos pilares do respeito, sentimento de pertença, valorização e conservação. Logo, a Educação torna-se num meio eficaz para a preservação do Património, promovendo a formação de cidadãos consciencializados e o enriquecimento cultural contra a violência e o desapareço pelas identidades. Além da didática do Património Histórico-Local incrementar a formação para a cidadania, facilita a compreensão das sociedades antigas e atuais, de modo que os agentes sociais se considerem como fontes históricas. Educação patrimonial significa, então, educar para a valorização dos aspetos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade. Estepa e Cuenca (2006, p. 54) enfatizam o “(...) papel das fontes patrimoniais no conhecimento social e como facilitadoras da compreensão de conceitos mais abstratos como mudança/permanência e evolução temporal”.

Considerando a situação de constante mudança, importa estar atento aos desafios que hoje enfrentamos, como a globalização, o desenvolvimento acelerado das tecnologias, as crises de valor e de identidade, os conflitos e os movimentos humanos em larga escala. Nesta lógica, Almeida e Solé (2015) consideram que o estudo do Património Histórico se reveste de um enorme potencial didático capaz de promover o desenvolvimento do pensamento histórico nos alunos, reforçando-lhes a capacidade cívica de respeitar um importante legado da convivência em comunidade, através da descoberta dos seus valores, tradições e cultura. Portanto, a abordagem didático-pedagógica do Património incentiva ativamente os alunos a interpretar as suas próprias experiências, na procura de um contexto apropriado para si mesmos, por detrás dos factos, proporcionando experiências em primeira mão, com fenómenos históricos originais, permitindo um envolvimento ativo, intercâmbio e partilha de vivências, desafiando para uma reflexão pessoal e/ou coletiva e, por último, possibilitando um compromisso de salvaguardar o Património (*Interpret Europe*, 2017).

Então, para que ocorram as aprendizagens significativas a partir do uso da didática do Património, o docente deve ter em conta que o Património Histórico-Local deve ser enquadrado em narrativas que relacionem o passado com as experiências dos alunos,

possibilitando empatia; e a leitura e interpretação dos objetos devem fortalecer o sentido de realidade nos mesmos para que tirem proveito de experiências relacionadas com o meio onde vivem, despertando o seu interesse na riqueza e diversidade do mundo. Assim, ocorrerá a valorização do Património Histórico-Local, revelando identidades e mudanças sociais entre os agentes histórico-sociais, produtores de cultura e História. As potencialidades da educação patrimonial relacionam-se com a promoção da formação cívica e do desenvolvimento da consciência histórica e patrimonial. Portanto, incluir o estudo do Património Histórico-Local nas aulas de História permite desenvolver nos alunos a compreensão de que o Património destruído provoca a extinção da História da Humanidade. Efetivamente,

a Educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais: (...) aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver em comum, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes (UNESCO, 1996).

Por fim, a educação patrimonial é uma ferramenta de “alfabetização cultural” (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999, p. 4) e vai além do ensino das suas tipologias. Promove a sensibilização para o contexto cultural, descobrindo diferenças e semelhanças e respeitando a diversidade, e fornecendo elementos histórico-culturais e locais para a sua didatização. Assim, as suas potencialidades incidem no aumento do conhecimento científico alusivo à História, na criação de laços com o passado e as memórias com a sociedade, com valores e com um sentimento de pertença, e no desenvolvimento da consciência das origens dos alunos e da sua identidade cultural e social, aprendendo sobre as crenças e conhecimentos dos antepassados que lhe deram origem.

2.4. Os recursos digitais como estratégia de ensino-aprendizagem

2.4.1. O perfil do aluno de hoje e as competências do futuro — “narrativa” do século XXI

As crianças e os jovens nascidos no século XXI são muito distintos das gerações passadas, inclinando-se para a exploração e desenvolvimento ativo da sua própria aprendizagem, sobretudo a partir dos dados que encontram acessíveis, no ambiente que

lhes é “inato”, a *Internet*. Ao professor destina-se as funções de orientador e facilitador do caminho que os alunos entendem percorrer quanto ao seu processo de ensino-aprendizagem. Perante este cenário inovador, “(...) entende-se que (os alunos) não podem ser vistos como recetores de conhecimento” (Damião, 2021, p. 65). Neste sentido, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomenda que o governo inicie um amplo debate democrático, envolvendo toda a comunidade educacional, para definir os objetivos de uma real e profunda reforma curricular (Resolução da Assembleia da República n.º 17/2016 citado por Damião, 2021).

Para o efeito, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) está a mobilizar esforços para criar uma narrativa educacional, que traduz os objetivos para o futuro, bem como as competências transformadoras necessárias para que os alunos possam torná-lo real, com principal destaque para a preparação funcional para o mercado de trabalho global (OCDE, 2017).

Vivemos num mundo em constante mudança, estruturado entre o analógico e o digital, o real e o virtual, o humano e a máquina, o *offline* e o *online*, refletem Dias-Trindade e Moreira (2017). De facto, o desenvolvimento da tecnologia provocou grandes transformações no modo como a sociedade pensa, aprende e se relaciona. É um mundo moderno, no qual os avanços tecnológicos têm impacto no contexto social, económico, cultural e educacional, influenciando-se mutuamente.

As formas de produção e a economia mudaram, logo a forma de trabalhar também acarreta novos desafios às pessoas. Portanto, é imprescindível que a sociedade seja instruída de conhecimento tecnológico, pelo que os cidadãos devem adquirir competências neste âmbito, acompanhando as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e atendendo aos exigentes desafios dos tempos modernos.

Antes de refletirmos sobre o perfil que os alunos do século XXI devem atingir, através da educação, é pertinente esclarecer o significado de competências. Dizem respeito a um conjunto de

(...) combinações complexas de conhecimento, capacidades e atitudes que permitem uma efetiva ação humana em contextos diversificados. As competências são de natureza cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática (Gomes *et al.*, 2017, p. 12)⁷.

⁷ Esta definição, também, está presente nos documentos internacionais referidos como base para a elaboração do perfil do aluno de hoje e as competências do século do futuro: *European Union's Recommendation on Key Competences for Lifelong Learning*: <https://eur-lex.europa.eu/legal->

Para as desenvolvermos, é necessário que a utilização dos recursos digitais seja integrada nos *curricula* escolares, dotando os alunos das competências para pesquisar, selecionar e comunicar a informação através destes meios digitais. Nesta perspetiva, a Escola deve acompanhar estas transformações, incluindo, prioritariamente, todas as inovações tecnológicas possíveis, como afirma Dias-Trindade (2014, p. 2): “(...) é necessário repensar o modelo educativo a seguir, de forma a adequá-lo ao novo tipo de estudantes que passam hoje pelas salas de aula.” Quer isto dizer que urge a necessidade de reconsiderar as características de um modelo educativo orientado para a promoção do perfil dos alunos de hoje. Para o efeito, devem ser analisados os estudantes deste novo milénio, pois são jovens que nasceram e cresceram rodeados de tecnologias, que os conectam, constantemente, ao mundo. Na verdade, eles estão condicionados a pensar de uma maneira diferente, por isso é fundamental que os professores saibam comunicar com nesta nova linguagem e que sejam dotados de competências para lhes ensinarem a forma como os recursos digitais devem utilizados, de modo a atingirem os seus principais objetivos.

Os recursos digitais passaram a fazer parte do quotidiano dos estudantes, logo, é importante transportar aquilo que é o seu uso diário para uma utilização em ambientes educativos. Assim, o aluno de hoje, trabalhador do futuro, necessitará de dominar um conjunto de competências destinadas a operar na sociedade de informação. Surgiram, deste modo, as chamadas *Competências para o século XXI*, que vão ao encontro de novas formas de produção, de base tecnológica, e do novo tipo de trabalhador — “trabalhador autoprogramado” (Castells, 2005) —, pelo que as empresas que operam em rede precisam de funcionários que tenham iniciativa, sejam capazes de rapidamente solucionarem problemas, tenham capacidade de adaptação e, acima de tudo, de trabalhar em equipa e autonomamente. Ao que tudo indica, emergiu uma preocupação com a empregabilidade e a mão de obra qualificada, existindo uma maior consciencialização da necessidade em contribuir para o sucesso da instalação e disponibilização de recursos digitais no meio escolar, reconhecendo-se, assim, as potencialidades do seu uso no desenvolvimento das capacidades dos alunos. De tal forma, o *World Economic Forum* (WEF) (2015) afirma, no seu relatório, que as tecnologias têm o potencial de melhorar a qualidade da educação, complementando os métodos de ensino emergentes, como a aprendizagem experimentais

<content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006H0962&from=EN> (acessível em 05/07/2023); OECD, *Future of Education and Skills*: <https://www.oecd.org/education/> (acessível em 05/07/2023).

e baseada em projetos. Além disso, pode ser utilizada para facilitar a aprendizagem de competências do século XXI, como a comunicação, a criatividade, a perseverança e a colaboração.

Numa outra iniciativa, de integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ao serviço do ensino, o Parlamento e o Conselho Europeu (2006, p. 4) destacam a competência digital, também ao nível do desenvolvimento de aptidões, como “(...) investigar, coligir e processar informação e usá-la de maneira crítica e sistemática, avaliando a pertinência e distinguindo o real do virtual”, baseadas nos serviços que a *Internet* oferece (Recomendações do Parlamento e Conselho Europeu, 2006).

O complemento à aprendizagem por meio da tecnologia interliga-se a uma pedagogia inovadora com o uso eficaz de recursos digitais, que permitem o aumento da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Neste contexto, destaca-se a relevância do acesso direto à informação, através dos recursos digitais, por parte dos alunos, bem como a oferta de uma nova dimensão mais interessante para explorar os conteúdos pelo docente de História. A título de exemplo, como referiu Sara Dias-Trindade (Szlachta Junior, A. M., Rodrigues Junior, O., & Bonete, W. J. (2022). — Entrevista com Sara Dias-Trindade: Ensino de História e Humanidades Digitais: perspectiva e possibilidades potencializadoras para a aprendizagem histórica. *História Hoje*. 11[23]), o professor pode apresentar uma reconstituição, facilitando a idealização do passado, em vez de apenas explicar teoricamente ou sustentar as ideias com imagens adicionais, meramente ilustrativas. Esta potencialidade permite uma aprendizagem do passado mais interessante, transportando os alunos para os diferentes lugares e épocas e aproximando-os das vivências históricas. Além disso, utilizando os recursos digitais neste processo é possível obter um *feedback* imediato, no decurso da realização de atividade durante a aula, sendo também um auxílio na sua correção e partilha de informações relativamente aos desempenhos dos alunos (Melo *et al.*, 2018). Daí que os recursos digitais devam ser integrados no ensino com um propósito didático, de forma a corresponderem a estratégias pedagógicas motivadoras e enriquecedoras para os alunos, não substituindo o docente, mas desempenhando a função de apoio ao mesmo. Por isso, Sara Dias-Trindade (Szlachta Junior, A. M., Rodrigues Junior, O., & Bonete, W. J. (2022). — Entrevista com Sara Dias-Trindade: Ensino de História e Humanidades Digitais: perspectiva e possibilidades potencializadoras para a aprendizagem histórica. *História Hoje*. 11[23]) evidencia que o professor de História precisa de conhecer os instrumentos que tem ao seu dispor, entre os

quais os recursos digitais disponíveis, cuja finalidade é melhorar a forma como ensina. Assim sendo, no que diz respeito a esta disciplina, os recursos digitais são profícuos, pois eles tornam a História mais dinâmica, mudando a forma como os estudantes desenvolvem o seu pensamento histórico. Logo, a integração tecnológica nos *curricula* escolares deve ser bem estruturada em torno do perfil do aluno de hoje, pretendendo que atinga os objetivos cívicos, culturais e profissionais. Deste modo,

(...) o desafio que se coloca a este nível é o de assegurar que os jovens evoluam, do seu estatuto de meros consumidores, para o estatuto de utilizadores esclarecidos, e deste para o estatuto de criadores e participantes ativos. O desafio (...) é (...) de os preparar para uma pertença cultural plena, madura e ativa na nova era (Figueiredo, 2016, p. 20).

Sendo assim, é necessário relacionar os conhecimentos do conteúdo — isto é, o domínio que os docentes têm sobre a sua área disciplinar, ensinados e adquiridos pelos alunos —, os conhecimentos que os docentes têm sobre os métodos de ensino-aprendizagem e o conhecimento tecnológico, que evidencia os recursos que podem ser utilizados para desenvolver o conteúdo de forma pedagógica (Koehler & Mishra, 2009), visando o desenvolvimento de competências de acesso e utilização crítica da informação que, no quotidiano, chega aos alunos de forma imediata e sem filtros (Trindade & Ribeiro, 2016). Ou seja, é comum que ocorram mudanças nas competências que os alunos precisam de desenvolver, uma vez que vivemos numa sociedade influenciada pela tecnologia digital, que impacta direta ou indiretamente a forma como, atualmente, acedemos ao conhecimento e compreendemos o mundo, permitindo desenvolver as competências do século XXI — colaboração, persistência e criatividade (WEF, 2015, citado por Pestana, Dias-Trindade e Moreira, 2020). Portanto, as competências associadas ao saber técnico e às tecnologias envolvem os alunos no desenvolvimento das capacidades de “manipular e manusear materiais e instrumentos diversificados para controlar, utilizar e transformar, imaginar e criar produtos e sistemas” (PASEO, 2017, p. 29).

Não obstante as potencialidades da utilização dos recursos digitais na didática da História, ainda existem escolas do século XIX com professores do século XX para alunos do século XXI. Com efeito, a integração das TDIC em contexto de sala de aula constitui

um desafio complexo para os professores, pelo que devem considerar os recursos digitais que estão ao seu alcance na Escola e na comunidade escolar onde se inserem.

Em síntese, os docentes do presente devem adaptar as suas estratégias pedagógicas aos jovens deste “novo mundo”, que nascem e crescem rodeados de tecnologias, pelo que o uso dos recursos digitais deve ser aproveitado na sala de aula, quer por questões motivacionais, quer para que os alunos adquiram as competências ao nível da literacia digital, beneficiando das potencialidades dos meios digitais e capacitando-os para um mundo de trabalho, progressivamente competitivo e exigente.

2.4.2. A importância dos recursos digitais como estratégia didática do Património e História Local

Com as tecnologias digitais atualmente disponíveis para a maioria das pessoas, é viável criar planos que interligam os conteúdos da História e Património Local com o trabalho em ambientes digitais, de modo a promover o desenvolvimento do conhecimento histórico e de competências transversais, dado que o mundo digital produz e permite a criação de conteúdos, conciliando dispositivos e *softwares* com as fontes patrimoniais e aproximando o Património Histórico-Local, digitalmente. Além disso, os recursos digitais são benéficos quanto à multimodalidade, pois permitem a apresentação do Património Histórico-Local de variadas formas, combinando texto, imagens, vídeos, áudios e demais elementos interativos, que contribuem para o desenvolvimento, enriquecimento e maior motivação da aprendizagem, articulando com estratégias baseadas na corrente pedagógica construtivista.

Tendo em conta o que explicitámos anteriormente, Prensky (2013) considera a funcionalidade dos recursos digitais como uma “extensão dos nossos cérebros” e uma estratégia de motivação e facilitação da aprendizagem dos alunos. Neste sentido, é pertinente salientar as suas vantagens no ensino da História didatizado através do Património Histórico-Local. Não há dúvida sobre o papel central do ensino desta disciplina, quer pela sua relevância na questão das identidades, quer por promover o respeito pelo “outro” e por permitir a compreensão das sociedades atuais. No entanto, a História tem vindo a perder o apreço pelos alunos, cujo desinteresse está relacionado, sobretudo, com as suas especificidades, dificultando a complexidade dos seus conteúdos. De facto,

(...) a História (...), ao tratar do passado e dos seres humanos desse mesmo passado, apresenta uma série de características especiais enquanto disciplina: tem a questão da temporalidade (...), da multiperspetiva (...), da complexidade e tem ainda uma série de conceitos estruturais que são determinantes na capacidade de verdadeiramente compreender o que é ensinado em qualquer aula de História. (Dias-Trindade & Carvalho, 2019, pp. 100–101)

A História é uma disciplina que trabalha com incógnitas e fenómenos aleatórios, com acontecimentos do passado distante. A dita barreira entre a História e os alunos não é atual, pelo que os seus conteúdos desde sempre se revelaram complexos. Por isso, o seu processo de ensino-aprendizagem deve adequar-se ao perfil dos alunos de hoje, procurando acompanhar o advento da tecnologia, incrementando a utilização dos recursos digitais no seu processo de ensino-aprendizagem, visto que as suas vantagens em História se interligam à questão da motivação, pois os estudantes sentem-se mais estimulados perante métodos de aprendizagem que se centram mais neles, e não no docente, e que lhes são familiares, muito presentes no quotidiano. Significa que, com a utilização dos recursos digitais, os alunos conseguem organizar e adaptar os seus métodos conforme as suas necessidades de aprendizagem (Melhuish & Falloon, 2010, citado por Dias-Trindade & Carvalho, 2019). A grande vantagem é que a cada um dos alunos é permitido o desenvolvimento das tarefas que lhes interessam naquele momento, em sala de aula. Permite, então, uma aprendizagem mais personalizada e um maior controlo e evolução da aprendizagem ao ritmo do aluno. Articulado esta potencialidade à corrente pedagógica construtivista, os alunos conduzem a sua própria aprendizagem, exercendo o autodomínio, uma vez que podem repetir ilimitadamente as visualizações da matéria sem que ninguém saiba as dificuldades que teve no seu processo de aprendizagem. Este proveito contribui para a supressão do rótulo *não entendi a matéria à primeira*, reduzindo, deste modo, algumas inseguranças dos próprios. Pela lógica construtivista, o professor procura simplificar a compreensão dos conteúdos, facilitando o acesso ao conhecimento, e as atividades propostas à turma são geridas de uma melhor forma.

Por outro lado, relaciona-se com a perceção e compreensão dos acontecimentos no tempo e no espaço, evidenciando as relações entre a História e o uso dos recursos digitais, conforme nos dizem Trindade e Ribeiro (2017, p. 133):

(...) Se a primeira [a Tecnologia] nos permite aceder virtualmente a praticamente qualquer coisa, e se a segunda [a História] também nos pode transportar para “mundos” que não existem já, então parece-nos lógico que as ferramentas que cada uma destas áreas utilizam possam, de alguma forma, ser aproveitadas em benefício da outra, gerando construções consolidadas de conhecimento.

Assim, a integração dos recursos digitais na aula de História permite que os alunos compreendam os acontecimentos históricos, aproximando-os do passado e estimulando-os a aprender, conduzindo-os ao sucesso e, por conseguinte, a sentirem um maior apreço pela disciplina. Ademais, numa disciplina complexa e não linear como a História, o aluno deve ter a capacidade de tratamento de informação, distinguindo as informações válidas e mais importantes, pelo que as tecnologias digitais podem ajudar os alunos a compreenderem o conteúdo histórico que lhes são ensinados, pois permitem a apresentação de informações de forma não linear, como afirmam Dias-Trindade e Carvalho (2019). O papel do professor de História, neste âmbito, assumiu uma nova importância, atendendo ao facto de a sociedade estar, cada vez mais, acostumada às práticas digitais quotidianas, interferindo, em grande escala, nas formas de ensinar e aprender História. Significa que, ao permitir a entrada de recursos digitais na sala de aula, o acesso à informação é maior. É da responsabilidade do docente “(...) ensinar não apenas o espírito crítico que sempre procuramos desenvolver em nossos estudantes, mas também a capacidade de olhar para as fontes, de analisar e interpretar os textos históricos, as imagens, todos os recursos que nós temos, e de fazer o uso crítico dessas mesmas fontes e documentos” (Dias-Trindade, 2022, p. 306), capacitando os alunos para a distinção da informação mais pertinente daquela que é incorreta. Neste contexto, destaca-se a multiperspetiva histórica, cujo papel do professor de História é ensinar a identificar pontos de vista diferentes sobre o mesmo acontecimento e explicar que podem ser válidos no âmbito das questões e interpretações feitas. Ou seja, a utilização dos recursos digitais como estratégia didática do Património e História Local tornam-se uma mais-valia, ajudando os alunos a filtrar as informações, a identificar manipulação de dados e a compreender o impacto das TDIC na produção e divulgação do conhecimento histórico. Estas competências são indispensáveis para que os alunos possam raciocinar de forma crítica as informações que encontram *online* e tomar decisões informadas. É de referir que a utilização dos recursos digitais não substitui o professor, uma vez que ele é

responsável pela seleção, definição e orientação dos conteúdos e metodologias a serem utilizadas. Contudo, as suas funções alteram-se, pelo que o recurso aos meios digitais se torna num estimulador da curiosidade no aluno, dado que este procura conhecer e pesquisar informações mais relevantes, que se adequam à sua realidade. Deste modo, os alunos do presente rejeitam a transmissão exaustiva dos conteúdos, procurando desenvolver as aprendizagens de forma a relacionarem e aplicarem-nas às situações do quotidiano.

A disciplina de História, que permite aos alunos conhecerem a evolução espaciotemporal da Humanidade, tem a obrigação de acompanhar todas as transformações do “mundo novo”, indo ao encontro da realidade da maioria dos estudantes. Neste sentido, o uso dos recursos digitais na sala de aula é uma mais-valia, uma vez que motiva e facilita a aprendizagem da maioria dos alunos, aproxima o passado do presente, fomenta o desenvolvimento de competências em relação ao tratamento de informação, promove o pensamento crítico à luz do passado e constitui uma estratégia contra a passividade, o aborrecimento, a ausência de iniciativa e a desmotivação das crianças e jovens. Concluindo, os recursos digitais são intrínsecos aos alunos do século XXI, na medida em que se encontram incorporados no seu modo de ser, interagir, comunicar, aceder e receber informação e desenvolver aprendizagens.

Capítulo III — Enquadramento metodológico

3.1. Questão de investigação e objetivos

Considerando a situação de constante mudança, importa estar atento aos desafios que enfrentamos, como a globalização, o desenvolvimento acelerado das tecnologias, as crises de valor e de identidade, os conflitos e os movimentos humanos em larga escala. Ao longo do presente trabalho, constatámos que o Património Histórico-Local é um conjunto de elementos culturais de uma determinada localidade, herdado dos nossos antepassados, e que devemos transmiti-los às gerações vindouras. Constatamos também que, atualmente, é impossível distanciar os recursos digitais do ensino, seja porque vão ao encontro do perfil do aluno de hoje, seja porque promovem *as competências para o século XXI* (WEF, 2015).

O estudo que desenvolvemos pretende promover um ensino que interligue a didática do Património Histórico-Local com os recursos digitais na disciplina de História, a fim de demonstrar as suas potencialidades com base em estratégias motivadoras e enriquecedoras para os alunos, tendo em atenção o perfil do aluno de hoje, *as competências para o século XXI* (WEF, 2015) e a função do ensino da História. Assim, visa-se compreender, por um lado, se as potencialidades do Património Histórico-Local conseguem relacionar os conhecimentos da disciplina de História com as fontes patrimoniais e, por outro, como os recursos digitais podem facilitar a compreensão do conhecimento histórico.

Dado que pretendemos encontrar uma metodologia que motive e facilite o desenvolvimento da compreensão e do pensamento histórico dos alunos, avaliando de que modo essas estratégias podem contribuir para a aprendizagem em História, o nosso estudo responderá à seguinte questão de investigação: *De que forma a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em História?* Para responder a essa questão, formulámos os seguintes objetivos específicos: (i) verificar se o trabalho com o Património Histórico-Local pode potenciar as aprendizagens dos alunos na aula de História; (ii) reforçar o conhecimento do Património Histórico-Local e sua articulação com as *Aprendizagens Essenciais* através de recursos digitais; (iii) e conhecer a opinião dos alunos sobre a relevância do estudo do Património Histórico-Local perante as atividades realizadas.

Para responder à nossa questão de investigação e atingir os objetivos que lhe estão associados, foram planeadas e realizadas atividades (visita de estudo *in loco* — roteiro

virtual e um *ebook*), permitindo aos alunos uma maior aproximação do Património Histórico-Local de Coimbra. Produziram-se, simultaneamente, instrumentos de avaliação para essas atividades, procurando diversificá-los, de forma a obter uma melhor recolha de dados e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de análise. Posteriormente, apresentar-se-ão os referidos instrumentos de recolha de dados e os seus objetivos específicos.

3.2. Metodologia de investigação

Para o desenvolvimento da presente investigação, optou-se pela realização de um estudo de caso, que, na perspetiva de Yin (1992 e 2005) citado por Santos *et al.* (2019, pp. 36–37), consiste num “(...) procedimento metodológico através do qual o investigador procura recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo (...)”. Isto é, o presente trabalho norteou-se de acordo com um conjunto de pressupostos metodológicos: metodologia de investigação, instrumentos de recolha de dados e análise e discussão dos resultados. A escolha justifica-se pelo facto de que, segundo Bell (1993), um estudo de caso revela-se adequado para investigadores isolados e oferece a oportunidade de estudar, de forma ampla, um aspeto específico de um problema num curto período.

Então, para dar conta da nossa questão de investigação — *De que forma a Educação Patrimonial, através dos recursos digitais, pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem em História?* —, utilizámos a metodologia de investigação que pertence ao paradigma fenomenológico do estudo de caso, tencionando responder às questões *Como* e *Porquê*, tipicamente intrínsecas às estratégias desta metodologia.

No presente Relatório, a unidade de estudo incide sobre uma turma de 7.º ano do 3.º CEB de uma escola da Região Centro e o seu propósito “(...) tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões (...), o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (...)”, como escreveu Schramm (1971) referido por Yin (2001, p. 31). Portanto, o estudo de caso refletirá sobre a investigação empírica das potencialidades da Educação Patrimonial através do uso dos recursos digitais na aula de História.

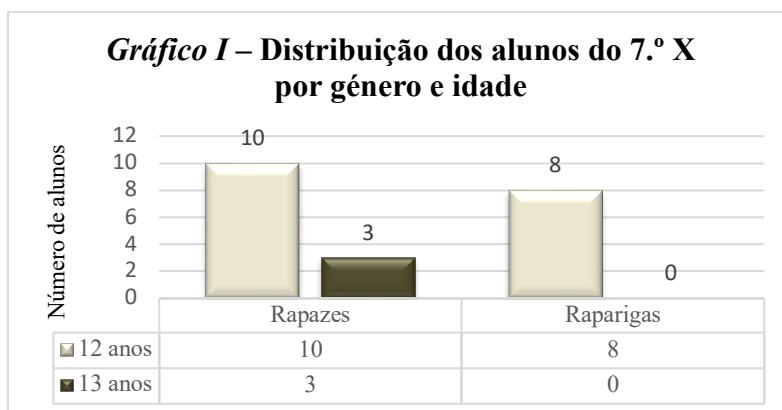
Assim, a metodologia inerente a este estudo de caso é de natureza qualitativa, que, de acordo com Santos *et al.* (2019), se caracteriza por ser holístico (incluindo a realidade como um todo), indutivo (partindo do particular para o geral), descritivo (permite uma descrição detalhada dos resultados) e heurístico (conduzindo a uma melhor compreensão

do caso estudado). Quanto à recolha de dados, Ruas (2017) e Santos *et al.* (2019) referenciam dois métodos associados ao estudo de caso. Por um lado, a observação direta, que decorrerá das atividades didáticas, nomeadamente a recolha de informação através de atividades didáticas; por outro, os questionários, que versam sobre a análise da experiência com a didática do Património Histórico-Local e a sua articulação com as *Aprendizagens Essenciais*, através de atividades pedagógicas por meio dos recursos digitais.

Tendo-se conferido a viabilidade da Educação Patrimonial, através do uso dos recursos digitais, na disciplina de História, aborda-se de seguida a sua aplicação empírica e num contexto real.

3.3. Caracterização dos participantes

Este estudo foi desenvolvido em contexto de intervenção pedagógica supervisionada, com alunos do 7.º ano de escolaridade. Como podemos observar no *Gráfico I — Distribuição dos alunos do 7.º X por género e idade*, a turma é composta por 21 alunos com 12 e 13 anos — maioritariamente com 12 anos —, dos quais oito são do género feminino e dez do género masculino.



Fonte própria

Ainda, três alunos do género masculino têm 13 anos. Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, quatro elementos têm necessidades de diferenciação pedagógica ou acomodações curriculares, merecendo uma ação interventiva. Relativamente aos domínios das atitudes e aprendizagens, foi considerada uma turma muito distraída e agitada. No entanto, destacam-se alguns alunos com um bom aproveitamento escolar, ainda que se tenha apurado algumas dificuldades de interpretação e escrita, em termos gerais. Revelam competências satisfatórias de trabalho em grupo,

apesar dos ritmos distintos de aprendizagem. Não obstante o facto de, globalmente, o comportamento da turma ser classificado como pouco satisfatório, é de destacar que, nas aulas de História, alguns alunos mantêm, em sala de aula, uma postura adequada, empenhada e participativa, integrando os quadros de mérito e cívico. Além disso, é de salientar o mérito de alguns alunos, que integram a equipa de voleibol (escalão Infantil B), sagrando-se campeões distritais de Coimbra, e a conquista excecional de uma aluna, que se sagrou campeã nacional de judo (escalão Juvenil).

3.4. Instrumentos de recolha de dados e análise e discussão dos resultados

Procurando perceber em que medida a didática do Património Histórico-Local, através dos recursos digitais, contribui para o desenvolvimento e compreensão histórica, neste tópico, procedemos à descrição dos instrumentos de recolha de dados que realizámos e respetiva análise e discussão dos resultados, segundo a ordem pela qual foram apresentados aos alunos e como demonstra a *Tabela I*.

Tabela I: Intervenções pedagógicas

Primeira Intervenção pedagógica	Competências históricas a desenvolver na turma 7.º X		Tema e subtema
<p>Visita de estudo — Construção de um roteiro virtual</p>	<p>Interpretação de fontes, utilizando a metodologia específica da disciplina de História (reconhecer que a fonte é um relato produzido por um autor — perspectiva —, com uma intenção particular e num determinado contexto histórico-cultural):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O aluno seleciona a informação adequada ao tema em estudo; 2. Cruza a interpretação de fontes diversificadas; 3. Deduz conceitos históricos estruturais da temática em questão. <p>➤ O aluno desenvolve questões e atitudes críticas, nas quais se vão basear a tomada de decisões.</p>	<p>Compreensão histórica</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O aluno identifica características do urbanismo romano em diferentes tempos históricos; <input type="checkbox"/> Reconhece o valor cultural através do contacto direto com os vestígios romanos; <input type="checkbox"/> Identifica o Património Histórico-Local produzido como expressão da civilização romana. <p>Comunicação histórica</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Utiliza ferramentas de comunicação escrita na produção de esquemas e sínteses virtuais, aplicando conceitos estruturais da temática em estudo. 	<p>2. A herança do mediterrâneo antigo 2.2. O mundo romano no apogeu do Império</p>
Segunda Intervenção pedagógica	Competências históricas a desenvolver na turma 7.º X		Tema e subtema

<p>Construção de um Ebook</p>	<p>Interpretação de fontes, utilizando a metodologia específica da disciplina de História (reconhecer que a fonte é um relato produzido por um autor — perspectiva —, com uma intenção particular e num determinado contexto histórico-cultural):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O aluno seleciona a informação adequada ao tema em estudo; 2. Cruza a interpretação de fontes diversificadas; 3. Deduz conceitos históricos estruturais da temática em questão. <p>O aluno desenvolve questões e atitudes críticas, nas quais se vão basear a tomada de decisões.</p>	<p>Compreensão histórica</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O aluno identifica os espaços constituintes dos mosteiros e interpreta as suas funções; <input type="checkbox"/> Identifica as atividades económicas praticadas nos mosteiros; <input type="checkbox"/> Reconhece o valor cultural através do contacto com as fontes escritas; <input type="checkbox"/> Identifica o Património Histórico-Local produzido como expressão da vida quotidiana religiosa da época; <input type="checkbox"/> Identifica estratégias para conservar, preservar e valorizar o Património Histórico-Local. <p>Comunicação histórica</p> <p>Recria, através da escrita, a vida quotidiana em monumentos histórico-religiosos, digitalmente.</p>	<p>3. A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica</p> <p>3.1. A Europa dos séculos VI a IX</p>
--------------------------------------	--	---	--

Fonte própria

Conforme o carácter integral dos fenómenos e a necessidade de recorrer a fontes diversificadas, é fundamental que o investigador aplique diferentes instrumentos de recolha de dados, tais como a observação direta, a aplicação de questionários e as atividades didáticas (Amado e Freire, 2014). Assim, de uma forma geral, perspetivou-se que, durante o período de implementação do estudo, os alunos fossem capazes de compreender a importância da didática do Património Histórico-Local para o desenvolvimento e compreensão histórica, assim como para o desenvolvimento da identidade individual e/ou coletiva; de interpretar fontes patrimoniais diversas, a partir da mobilização dos conhecimentos prévios e do conhecimento histórico desenvolvido; de realizar deduções a partir do contacto direto com fontes patrimoniais; de relacionar conteúdos da História Nacional e Internacional a partir da História Local; de desenvolver metodologias de pesquisa e de trabalho em grupo e promoção da autonomia; e de desenvolver atitudes de respeito, salvaguarda e preservação patrimonial.

Com base no referido, antes da realização do presente estudo, foram elaborados dois questionários de diagnóstico⁸, pretendendo-se aferir o nível de conhecimentos que

⁸ Cf. Anexo IV – Questionário de diagnóstico – Património Histórico-Local e Cf. Anexo V – Questionário de diagnóstico – Literacia Digital.

os inquiridos possuíam previamente em relação ao Património Histórico-Local e sobre a sua Literacia Digital. O primeiro questionário de diagnóstico implementado visa aferir os conhecimentos que os alunos possuíam previamente sobre os principais espaços patrimoniais da cidade de Coimbra, sobre a valorização ou não do Património Histórico-Local e, por fim, sobre as suas conceções a respeito deste conceito. Por sua vez, o segundo questionário de diagnóstico pretendeu caracterizar a literacia digital dos participantes, procurando aferir a perceção sobre a afinidade que os alunos têm com os recursos digitais. Questionou-se, neste sentido, que tipo de aparelhos móveis estão mais habituados a usar, o acesso à *Internet* e as razões para a sua utilização. Estes instrumentos de diagnóstico permitiram-nos adequar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no âmbito da didática do Património Histórico-Local, assim como caracterizar o ponto de partida dos alunos, compreendendo a sua evolução. As 14 questões formuladas são de carácter obrigatório e correspondem à tipologia de questões fechadas, excetuando a questão 5.1., a respeito da noção de Património Histórico-Local.

Após as duas intervenções pedagógicas, explicadas adiante detalhadamente, foi realizado um questionário de auto e heteroavaliação (questionário de opinião)⁹, com o objetivo de as docentes melhorarem a qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pelas atividades desenvolvidas. Para o efeito, num total de 11 questões, dividiu-se o questionário em duas secções, pelo que a primeira procurou conhecer a opinião dos alunos relativamente aos vários domínios das atividades, como o tempo dedicado a cada uma, o ambiente em que a visita decorreu e o alcance dos objetivos, procurando perceber se as aprendizagens realizadas serão utilizadas no futuro. A segunda secção norteou-se pela avaliação global, tencionando perceber a qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pela visita de estudo.

Por fim, aplicámos dois questionários de competências de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos, num total de 7 perguntas, no primeiro¹⁰, e de 8, no segundo¹¹. Para impedir a influência e evitar condicionar as respostas, bem como permitir que os alunos expressem livremente as suas opiniões sobre cada categoria, a opção foi elaborar questões abertas, à exceção de uma, que se insere no tipo de questão fechada, de modo que desenvolvam a sua autoconsciência concernente à responsabilidade que sentiram no

⁹ Cf. Anexo VI – Questionário de auto e heteroavaliação.

¹⁰ Cf. Anexo VII – Questionário de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos sobre a visita ao museu Monográfico de Conímbriga de estudo e a construção de um roteiro virtual

¹¹ Anexo VIII – Questionário de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos sobre o *ebook* – Mosteiro de S. Paulo de Almaziva

processo de aprendizagem, durante as atividades, à iniciativa própria para corresponderem aos desafios e à sua autonomia. Ou seja, o objetivo destes inquéritos é analisar as competências essenciais dos alunos para a autoaprendizagem, como a responsabilidade pela aprendizagem ativa, a capacidade de iniciativa e a autonomia. Através destes dois questionários, no final da atividade, pretende-se que os alunos identifiquem quais foram os seus pontos fortes e quais os que ainda necessitam de um maior desenvolvimento, permitindo uma compreensão mais profunda das suas autoaprendizagens. A preparação deste questionário foi inspirada na Escala de Competências de Autoaprendizagem (ECAA), de Santos, Rurato e Faria (2000). Os itens desta escala organizam-se em torno das seguintes dimensões gerais: (A) Aprendizagem Ativa ou Aceitação da Responsabilidade Pessoal pela Aprendizagem, que avalia a perceção de cada aluno sobre a capacidade para aprender individualmente e a aceitação da responsabilidade pessoal pelo processo de aprendizagem; (B) Iniciativa na Aprendizagem e Orientação para a Experiência, que avalia a iniciativa na escolha das aprendizagens e dos envolvimento dos alunos na atividade; (C) Autonomia na Aprendizagem, que avalia a autonomia nas aprendizagens em função das necessidades pessoais.

Os instrumentos de recolha de dados foram distribuídos em sala de aula, numa Escola do AECO, na turma X do 7.º ano, e procuram demonstrar o conhecimento que os alunos desenvolveram a respeito do conceito de Património Histórico-Local após as intervenções pedagógicas, permitindo comparar a evolução das respostas, assim como perceber a perceção dos alunos, relativamente aos recursos digitais utilizados para promover o desenvolvimento da aprendizagem e compreensão histórica.

3.4.1. Questionário I — Património Histórico-Local

No âmbito dos dados pessoais, foi questionada a localidade de residência dos alunos¹². A maioria respondeu Coimbra (11 e São Martinho do Bispo (4). Os outros alunos indicaram Santa Clara (1), Póvoa de São Martinho do Bispo (1), Condeixa-a-Nova (1), Alqueves (1) e, ainda, 2 alunos não responderam. Constatou-se que a amostra do nosso estudo conta com alunos que residem próximo da escola.

¹² Cf. Gráfico II.

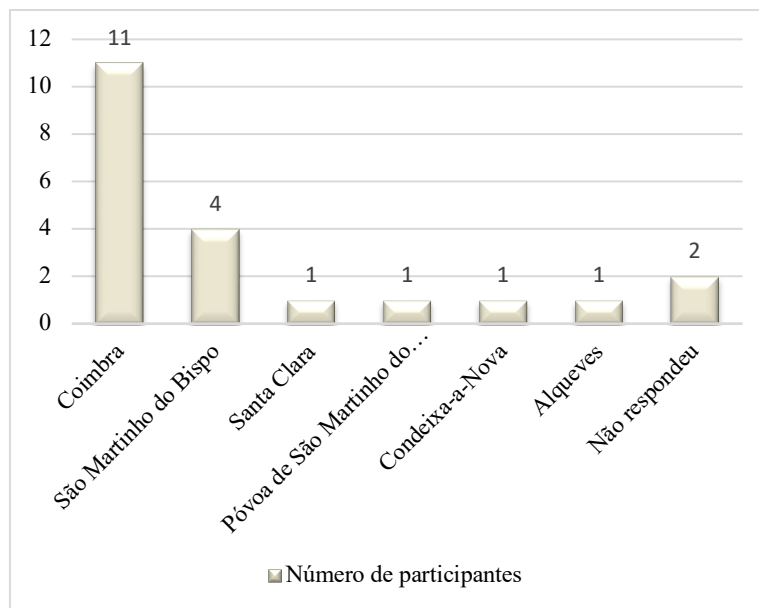


Gráfico II: Localidade dos participantes

Fonte própria

A recolha de dados alusivos à localidade de residência foi crucial para compreendermos o grau de interesse pela didática do Património¹³ e as perceções dos alunos, procurando perceber se os mesmos tinham conhecimento do que é o Património Histórico-Local¹⁴. Como se observa no *Gráfico III*, a maioria dos alunos revelou um interesse situado no nível 6 e, de seguida, os níveis de interesse mais escolhidos encontram-se no patamar 7 e 9, selecionados por 4 alunos, respetivamente.

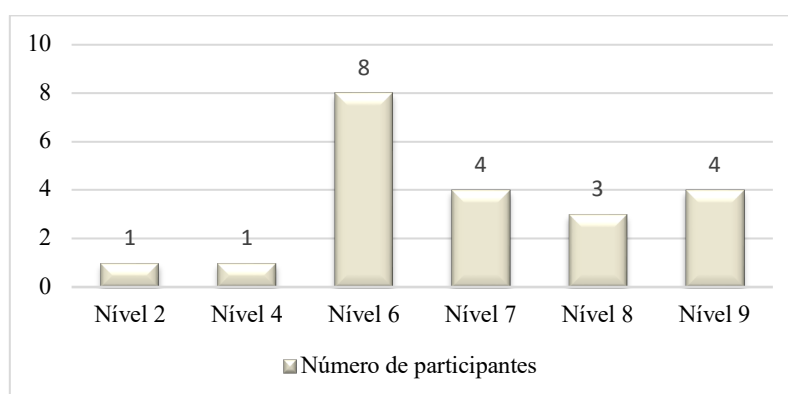


Gráfico III: Nível de interesse pela didática do Património

Fonte própria

¹³ Cf. Gráfico III.

¹⁴ Cf. Gráfico IV.

A primeira questão concernente ao Património procurou perceber se os alunos tinham conhecimento sobre o que é Património Histórico-Local. Através da análise do *Gráfico IV*¹⁵, infere-se que a maioria (13 alunos) conhece, no entanto, 8 não sabem o que é.

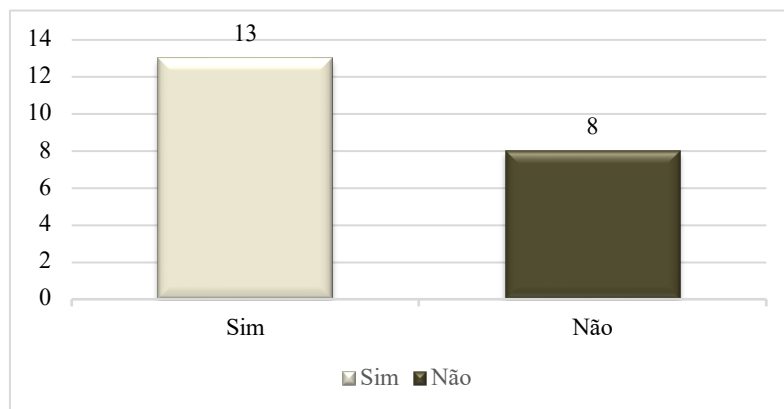


Gráfico IV: Sabes o que é o Património Histórico-Local?

Fonte própria

Na questão seguinte — *Se sim, por palavras tuas, diz o que entendes por Património Histórico* —, e como demonstra a *Tabela II*¹⁶, as respostas dadas pelos alunos demonstram conhecimentos pouco vastos no que alude ao conceito de Património, ou, pelo menos, aos tipos de Património existentes. Conclusão que decorre do facto de a maioria (18 alunos) associar Património Histórico a estátuas, seguindo-se castelos (17), cultura (13), mitos e lendas (12), fado (8), festas populares (7) e gastronomia (3). Inferimos que somente uma minoria dos participantes considerou que as festas populares e a gastronomia fazem parte do Património, o que justifica as exíguas perceções sobre as dimensões imateriais do mesmo. Rapidamente, constatamos que um pequeno número de alunos do 7.º X reconhece que o Património Histórico-Local se reveste de uma grande significância para a História Local e Nacional, associando-o às tradições e costumes locais, bem como aos aspetos gerais e materiais, como “algo” construído e edificado¹⁷. Ou seja, do número total de inquiridos, verificou-se que 3 alunos optaram por não responder, 3 apresentaram respostas vagas, outros três associaram-no às tradições e costumes locais, mais 3 alunos reconheceram o Património Histórico como uma representação da História Local ou Nacional e, ainda, 3 inquiridos aludiram à sua

¹⁵ Cf. Gráfico IV.

¹⁶ Cf. Tabela II.

¹⁷ Cf. Tabela II.

importância para a comunidade e o país, classificando-o como monumentos valiosos.

Num estudo realizado em Braga, sobre a análise do Património como recurso didático, Érica Almeida e Glória Solé (2016) também analisaram a compreensão dos alunos sobre o Património Histórico e obtiveram resultados semelhantes aos nossos, avaliando que os alunos têm diferentes níveis de progressão do pensamento histórico, com base na evidência e significado histórico do passado monumental e a relação entre o passado e o presente.

Assim sendo, estes resultados comprovam as interpretações seguintes, dado que as Estátuas e os Castelos foram o Património Histórico mais preponderante nas escolhas dos alunos. No entanto, o Património Histórico envolve mais do aquilo que tocamos ou contemplamos e, por este motivo, é pertinente trabalhar estes conceitos nos conteúdos da disciplina de História, noções sobre os quais os alunos do 7.º X apresentam, ainda que de um modo simplista, alguma consciência, mas que se pode tornar mais complexa. Assim, no 3.º CEB, importa o professor privilegiar o meio (paisagem, património cultural e comunidade social) como recurso didático nas aulas de História, orientando o aluno para a construção e valorização da identidade cultural da sua região e do seu país e manifestando interesse pela intervenção nos diferentes espaços onde se insere.

Tabela II: Definições elaboradas pelos alunos

Categoria	Exemplos de respostas apresentadas pelos alunos	Número de respostas
Não responde		Nove
Resposta vaga	<input type="checkbox"/> “Castelo de Guimarães” <input type="checkbox"/> “É uma coisa histórica ou um lugar com coisas históricas.” <input type="checkbox"/> Penso que são locais históricos.”	Três
Tradições/costumes locais	<input type="checkbox"/> “Eu acho que é a história e costumes de um lugar, como Coimbra, ou seja, é parte da cultura.” <input type="checkbox"/> “Tradições de cada país, cidade, como música, comida, roupas.” <input type="checkbox"/> “Para mim, Património Histórico é o conjunto de tradições, atividades ou monumentos históricos que caracterizam um local.”	Três
Representação da História Local ou Nacional	<input type="checkbox"/> “São estruturas que fazem simbolizar a História local.” <input type="checkbox"/> “Qualquer tipo de coisa considerada importante para a História de um país, normalmente antiga.” <input type="checkbox"/> “Um Património Histórico é algum monumento que foi construído no passado e ficou na História dessa cidade ou país.”	Três

Fonte própria

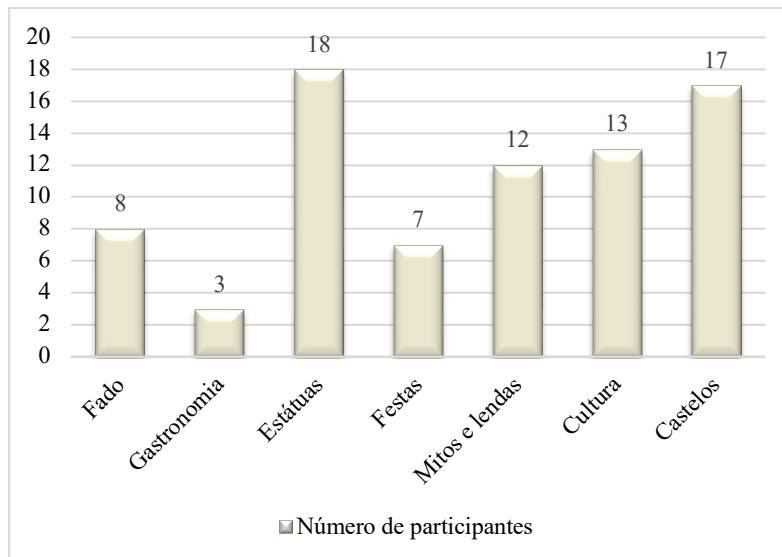


Gráfico V: O que consideras como Património Histórico?

Fonte própria

Na questão *Que Património de Coimbra conheces?*, os alunos dispunham de várias respostas para assinalarem conforme o seu conhecimento sobre o Património da cidade. Verificámos que todos os inqueridos (21 alunos) conhecem a Universidade de Coimbra. De seguida, 19 seleccionaram o Jardim Botânico, 17 conhecem a Associação Académica de Coimbra, 16 a Sé Velha e o Mosteiro de Santa Cruz, 11 a Biblioteca Geral, 7 o Colégio de São Jerónimo, 5 o Paço das Escolas e, apenas, 3 alunos assinalaram a Torre de Almedina¹⁸.

Comparativamente, Sílvia Araújo (2017) também realizou um estudo sobre as perceções dos alunos dos 7.º e 10.º anos sobre a História Local e o Património. Chegou a conclusões semelhantes às nossas, tendo em conta que a sua amostra associou o Património Histórico ao Património material. Embora tenha assinalado, maioritariamente, construções como mosteiros e igrejas, os nossos alunos seleccionaram, principalmente, as estátuas e os castelos.

¹⁸ Cf. Gráfico VI.

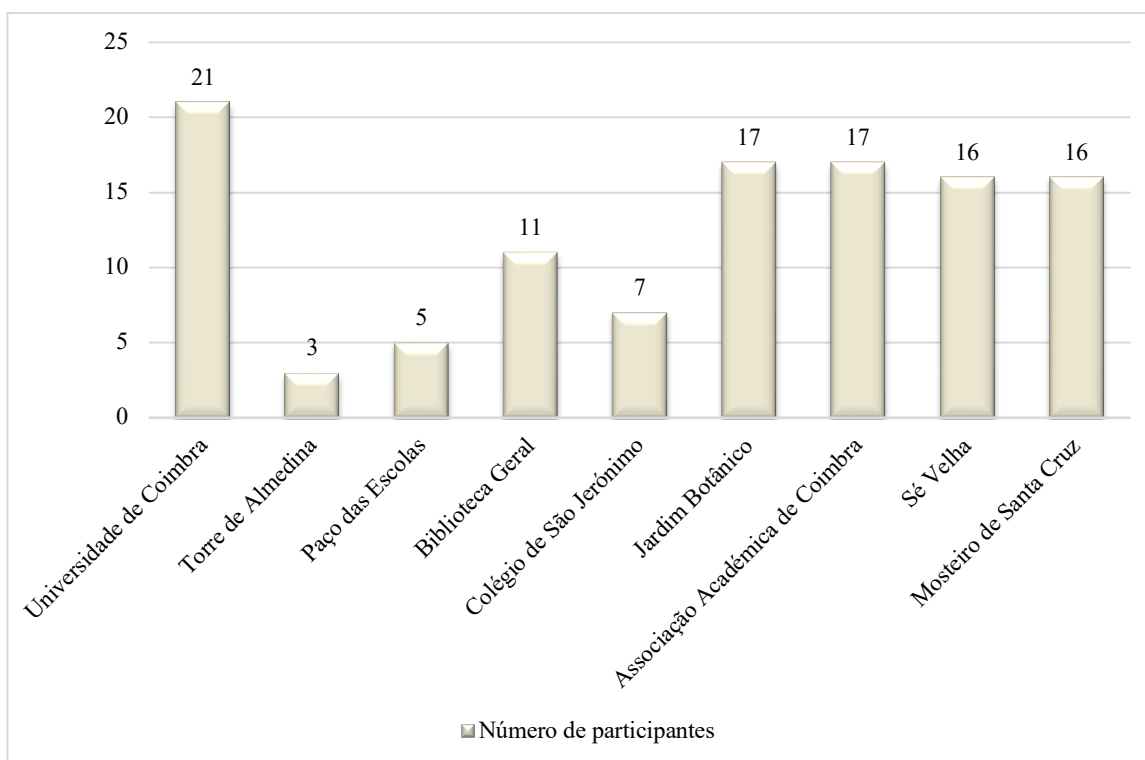


Gráfico VI: Que Património de Coimbra conheces?

Fonte própria

Por último, a pergunta 8 questionava e fazia refletir sobre a importância de respeitar, salvaguardar e preservar o Património Histórico-Local. Neste contexto, todos os alunos (21) consideraram importante o respeito, a salvaguarda e a preservação do mesmo.

Em síntese, constatámos, através da análise às respostas, que a maioria dos alunos do 7.º X (9 inquiridos), num primeiro momento, não escreveram o que entendiam por Património Histórico. Este resultado demonstra que não foram unânimes nas respostas, dado que 64% respondeu, anteriormente, que sabia este conceito. Pelo método da observação, compreendemos que tal resultado se deve ao motivo de a resposta exigir uma definição por escrito. No entanto, os mesmos inquiridos consideraram como Património Histórico, sobretudo, os monumentos e construções históricas — estátuas e castelos —, embora uma minoria seja consciente do valor imaterial das heranças, assinalando a cultura, seguindo-se o fado e as festas. Estas conclusões corroboram o pensamento de Manique e Proença (1994), pelo que os alunos, de forma geral, encararam este conceito como construções da atividade humana, cuja finalidade é representar a evolução da Humanidade, transmitindo informações a respeito do passado histórico. Por outro lado,

concluimos que alguns alunos associaram o Património Histórico à identidade nacional e ao sentimento de pertença a um país, como forma de valorizar e perpetuar a sua herança cultural e histórica. Assim sendo, apurámos que, de forma geral, os alunos apresentaram uma perceção frágil sobre Património, cujas ideias tácitas são muito genéricas, tornando-se necessária uma maior intervenção didática no que concerne ao Património imaterial, de forma a elucidá-los de que este conceito é muito mais abrangente.

3.4.2. Questionário II — Literacia Digital

Verificou-se que todos os alunos (21) dispõem de um computador, de um *tablet* em casa e, também, de um telemóvel com acesso à *Internet* fora de casa¹⁹. Ademais, todos os inquiridos costumam trazer alguma destas tecnologias para a escola. A maioria dos questionados (38%) referiram que têm o hábito de usar o telemóvel, seguindo-se a utilização do computador (37%); o *tablet* foi eleito apenas por 17% dos participantes, ainda que 8% deles referiram que, de igual modo, costumam utilizar outro aparelho tecnológico²⁰. Apurou-se também que estes dispositivos móveis são utilizados diariamente pelos alunos do 7.º X.

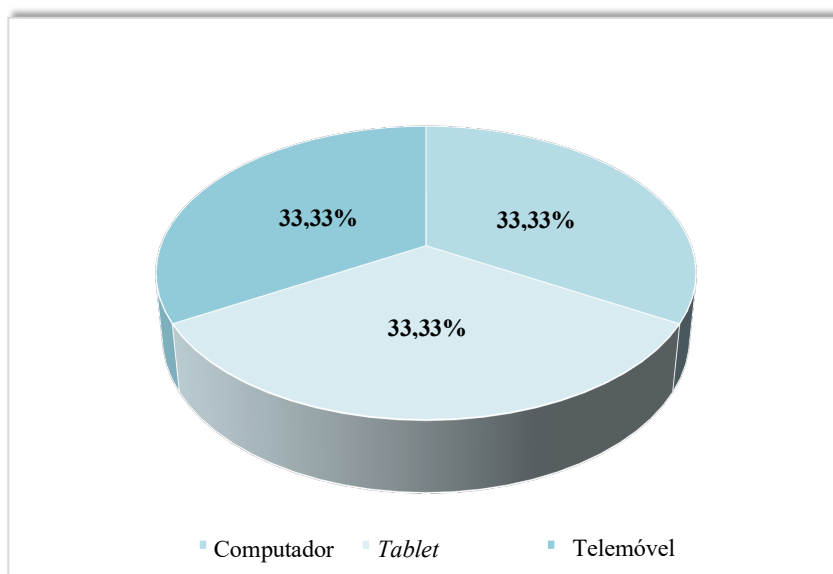


Gráfico VII: Posse de computador, tablet e telemóvel com acesso à internet fora de casa

Fonte própria

¹⁹ Cf. Gráfico VII.

²⁰ Cf. Gráfico VIII.

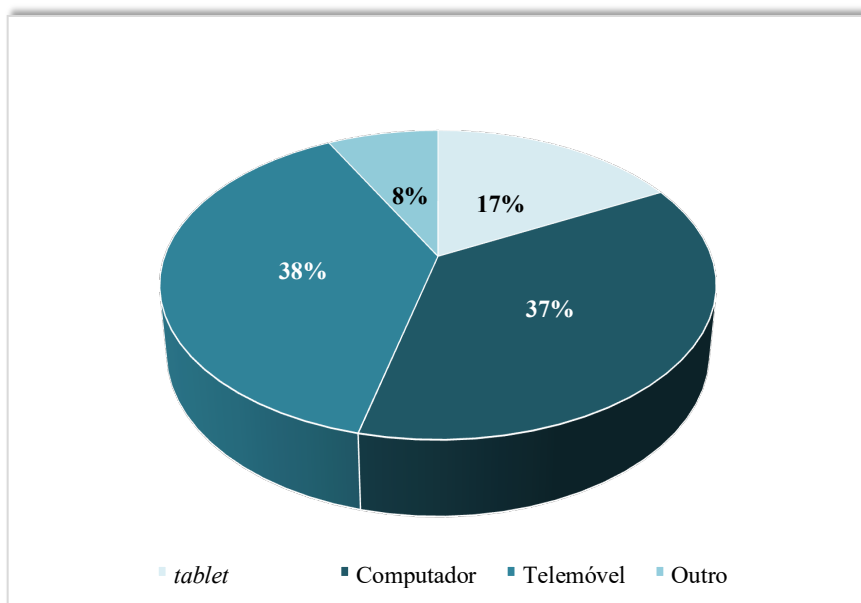


Gráfico VIII: Que aparelhos tecnológicos estás habituado a usar?

Fonte própria

Os alunos utilizam sobretudo estes dispositivos móveis para jogar (20 alunos) e contactar com os amigos (17). Seguidamente, os inquiridos costumam utilizar os dispositivos móveis para realizarem os trabalhos escolares (12) e, por último, para estudarem (11)²¹.

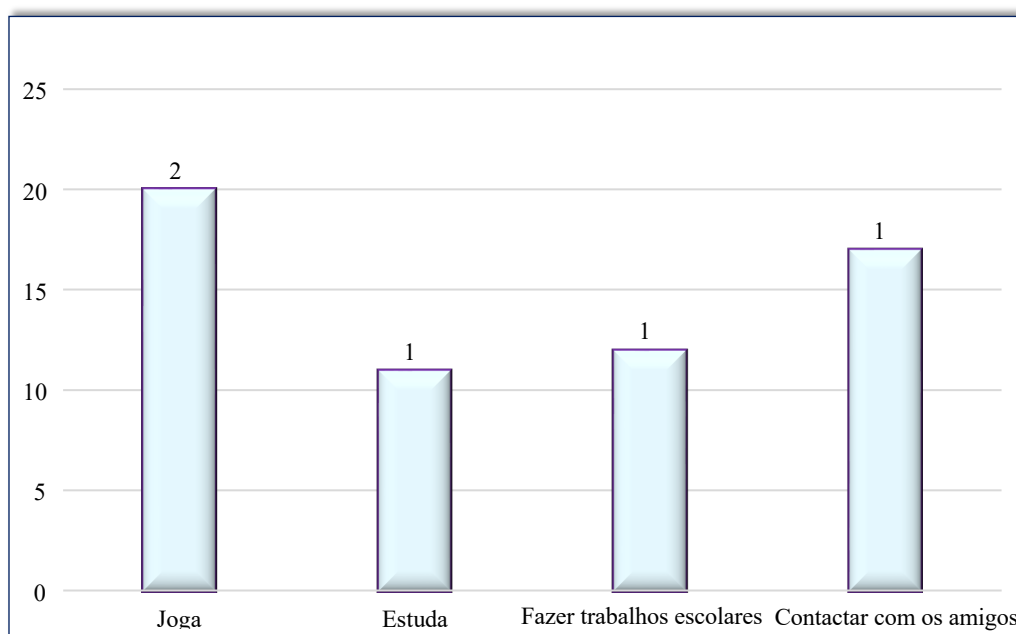


Gráfico IX: Finalidades do uso dos dispositivos

Fonte própria

²¹ Cf. Gráfico IX.

Aquando da pergunta *Qual é o recurso que mais gostas de utilizar para aprender História?*, os alunos assinalaram mais vezes as ferramentas tecnológicas e, logo de seguida, as visitas de estudo, apesar de 7 alunos preferirem a utilização do manual²². Deduz-se que esta turma tem um grande apreço por aulas mais dinâmicas, preferindo aprender de formas variadas. Concluindo, os inquiridos revelaram um menor interesse pela habitual estratégia da utilização do manual, como já era expectável.

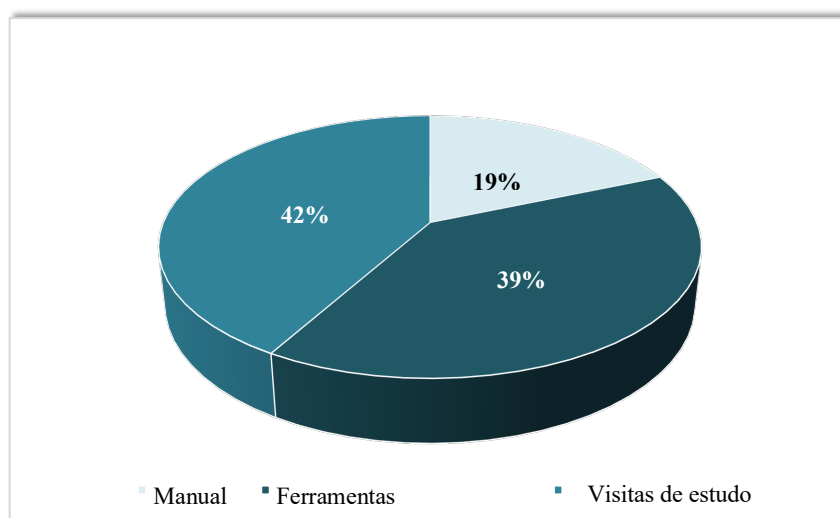


Gráfico X: Qual é o recurso que mais gostas de utilizar para aprender História?

Fonte própria

Concluindo, todos os alunos dispõem do mesmo acesso aos aparelhos tecnológicos com *Internet* fora de casa, o que viria a permitir a criação de igualdade de acesso à aprendizagem em sala de aula. Além disso, constatámos que esta turma tinha uma maior preferência (39%) pela utilização das ferramentas tecnológicas como recurso para aprender História. Este resultado contribuiu para a decisão da estratégia que utilizámos para desenvolver a temática do Património Histórico-Local aliada ao conteúdo programático da disciplina, tendo sido, então, explorada a plataforma *Canva* para a criação de um *ebook*, aquando da lecionação do conteúdo alusivo à difusão e importância dos mosteiros numa Europa fragmentada (séculos VI a IX).

3.4.3. Primeira intervenção pedagógica

Após a aplicação dos dois questionários de diagnóstico, procedeu-se à primeira intervenção pedagógica, que decorreu em 14 de fevereiro. Insere-se no Tema 2. *A Herança do Mediterrâneo* e no subtema 2.2. *O mundo romano no apogeu do Império*. Consistiu

²² Cf. Gráfico X.

na realização de uma visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga, recorrendo aos recursos digitais, dado que somos

(...) conscientes de que os estudantes do novo Milénio estão hoje, mais que nunca, habituados a viver rodeados de tecnologia (...) é necessário também adequar a maneira como estes podem alcançar o conhecimento histórico, quer em espaço de sala de aula, quer fora dela (Ribeiro & Trindade, 2016, p. 182).

Salienta-se que a intervenção pedagógica possui uma componente, sobretudo, prática, na qual se integra a corrente pedagógica do construtivismo. Importa referir que, previamente à realização da visita de estudo, foram lecionadas duas aulas de 50 minutos e cinco de 100 minutos, abordando os conteúdos a serem explorados durante as atividades realizadas na visita *in loco*.

3.4.3.1. Etapa A

No âmbito das atividades lúdico-pedagógicas, começámos por realizar um *Quiz*²³ sobre o Império Romano, constituído por 20 questões, numa perspetiva multidisciplinar. Estas questões visavam reforçar o conhecimento previamente estudado em contexto de sala, tencionando preparar os alunos para as informações que seriam partilhadas aquando da visita guiada pelas diversas estações arqueológicas do Museu Monográfico de Conímbriga; motivá-los, procurando obter uma maior participação dos mesmos e incentivando-os a pensarem sobre os conteúdos a serem, posteriormente, apresentados e explorados *in loco*, assim como associarem conceitos históricos a situações reais do passado; promover a colaboração, dado que a atividade realizar-se-ia em grupo, facilitando a troca de ideias; por fim, avaliar as aprendizagens desenvolvidas em contexto de sala de aula, identificando qual o conteúdo que necessitava de ser mais aprofundado durante a atividade guiada. No final, apurou-se o grupo vencedor, que obteve um maior número de respostas certas.

Para o efeito, a turma desdobrou-se em quatro equipas, sendo desafiadas a selecionarem a opção correta, dado que se tratava de questões de escolha múltipla, sobre o mundo romano no apogeu do Império. A saber algumas questões, o processo de integração dos povos conquistados, aludindo à romanização dos territórios dominados pelos Romanos: “Nesta visita, pisarás uma secção de rede viária que ligava todas as

²³ Cf. Anexo IX – Etapa A – *Quiz*.

cidades do Império à sua capital. Como se chamava a via/estrada que principal (do território hoje português) a que cidade estava ligada? R.: *Olissipo Bracara-Augusta*.” Questionámos os contributos da Civilização Romana para o mundo atual, precisamente a caracterização do urbanismo: “Vais visitar vestígios da praça principal da cidade que, nas cidades romanas, ficavam na interseção do *cardus* e do *decumanus*. Como se chamava? R.: Fórum.”

3.4.3.2. Etapa B

Posteriormente, procedemos à visita guiada às Ruínas e ao Museu, em colaboração com docentes de outras disciplinas, nomeadamente Ciências Naturais, Geografia, Educação Física, Matemática e Tecnologias de Informação e Comunicação.

É de sublinhar que, ao explorar um local histórico, importa conduzir os alunos ao desenvolvimento do conhecimento das dimensões do meio-ambiente histórico. Por outras palavras, o docente deverá fomentar nos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a influência da ação e comportamento humano naquele local. Por isso, aplicou-se, oralmente, um conjunto de perguntas-chave²⁴, aquando da exploração de cada estação arqueológica. Apesar de terem sido questionadas separadamente, elas interligam-se. A principal questão — *Como era este local no passado?* — foi considerada o ponto de partida para o desenvolvimento do conhecimento histórico sobre cada estação arqueológica do Museu Monográfico de Conímbriga.

Tabela III: Perguntas-chave sobre o meio-ambiente histórico

Presente	Passado	Influência do passado no presente
Como é o local hoje?	Como era este local no passado?	Que elementos do passado podemos ver, atualmente?
Porque este local é assim, atualmente, e como se diferencia ou se assemelha com outros locais?	Porque este local era deste modo no passado?	Que influência estes elementos tiveram sobre este local?
De que maneira este local se relaciona com outros locais?	De que maneira este local estava relacionado com outros lugares?	De que modo as relações existentes no passado influenciaram este local e o modo em que ele se relaciona, atualmente, com outros locais?
Como este local está mudado e porquê?	Que mudanças ocorreram neste local ao longo do tempo?	Como as mudanças ocorridas estão refletidas, atualmente, neste local?
Atualmente, como seria viver neste local?	Como seria viver neste local, no passado?	Como o passado influencia o modo e a experiência de viver neste local, atualmente?

Fonte: Copeland Tim (1993). *A Teacher's Guide to Geography and the Historic Environment - English Heritage*, citado por Monteiro, Grunberg e Horta (s.d.). *Guião Básico da Educação Patrimonial*. IPHAN. (adaptado)

²⁴ Cf. Tabela III.

Começámos por contextualizar as raízes históricas da antiga cidade do Império Romano — Conímbriga —, explicando que as origens da povoação remontam ao II Milénio a.C. Delimitada pelas escarpas do Rio dos Mouros, a sul, e instalada sobre o canhão de origem flúvio-cárstica de formação milenar, a povoação forma quarteirões irregulares, que se mantêm no período romano. Nesta época, seria uma cidade de média dimensão, com cerca de 6 000 habitantes, que atingiu o seu apogeu na 2.^a metade do séc. I, quando foram construídos o fórum, as termas públicas e o aqueduto. Arrasada pelas pilhagens e hábitos rústicos do invasor, que se seguiu à conquista dos suevos, em 468, a cidade perde a sede de bispado para Coimbra. Em 986, durante a Reconquista, os exércitos de Almançor incendiaram a cidade, forçando a restante população a deslocar-se para a atual Condeixa-a-Velha. Os primeiros trabalhos arqueológicos iniciaram-se em 1899, prosseguindo ainda hoje, tendo sido escavada cerca de 17% da extensão da antiga cidade.

De seguida, na elaboração do *flyer*²⁵, tivemos o cuidado de incluir breves informações descritivas sobre as estações arqueológicas a serem exploradas, acompanhadas por registos fotográficos, uma vez que os alunos visitariam, apenas, Ruínas. Seguimos o percurso que consta neste material, com base num guião. Prevendo dúvidas e curiosidades históricas suscitadas pelos alunos — a saber, *Quem viveu aqui?*; *Como era este local no passado?*; *Como é que ele mudou?*; *Quão antiga é esta domus?*; *Para que é que era utilizado este local?*; *Como é que estava dividida esta insulae?*; *Como é que sabemos todas essas informações?* —, a elaboração do guião procurou atender à intenção de compreender a evidência física que seria observada, com o intuito de desenvolver nos alunos a compreensão do modo de vida no local a ser visitado, durante a Antiguidade Clássica, e as mudanças que ocorreram, procurando perceber a sua importância e os seus significados no presente, interligando, assim, com a História Local e os conteúdos lecionados previamente em contexto de sala de aula.

Começámos na Casa dos Repuxos — o *ex-libris* da visita —, entrando na cidade pelas Muralhas do Baixo Império e caminhando sobre a estrada que ligava Lisboa a Braga e passava por Coimbra — via *Olissipo Bracara-Augusta*. Seguidamente, explorámos a Insula do Aqueduto, a Casa atribuída a Cantaber, o Fórum, as Grandes Termas do Sul e, por fim, o Museu.

²⁵ Cf. Anexo X – *Flyer* da Visita de Estudo.

3.4.3.3. Etapa C

A etapa C caracterizou-se por um período autónomo de desenvolvimento do conhecimento e compreensão histórica, dado que os alunos, distribuídos pelas respetivas equipas, tiveram a oportunidade de, através de pistas, explorar outras marcas importantes do passado na cidade de Conímbriga, de reforçar a aprendizagem de conteúdos desenvolvidos em contexto de sala de aula e de consolidar o seu conhecimento, através da realização de um *peddy-paper*²⁶. A aplicação deste instrumento de recolha de dados permitiu que os alunos se envolvessem numa atividade prática, incentivando a exploração autónoma do local visitado, assim como promoveu a cooperação entre os membros da mesma equipa, na medida em que os alunos partilhavam ideias e discutiam as respostas às questões, desenvolvendo competências do trabalho em grupo. Além disso, a lógica desta etapa assentou, igualmente, no estímulo à observação e análise, pelo que os alunos, ao investigarem as pistas, foram incentivados a observarem atentamente os detalhes e a analisarem informações relevantes, desenvolvendo o pensamento crítico. Portanto, o *peddy-paper* foi pensado para possibilitar um vínculo entre os conceitos estudados em sala de aula e as situações reais do passado, aplicando-os no mundo concreto e conectando os alunos ao Património, no sentido em que os incentivou a explorarem e, conseqüentemente, a aprenderem sobre a História Local de Conímbriga e a cultura dos antepassados romanos.

Neste sentido, procurou-se conciliar os objetivos da aplicação do *peddy-paper* com os conteúdos da disciplina de História e com as competências que se pretenderam desenvolver nos alunos. Para o efeito, foi fundamental que os docentes fornecessem uma boa orientação, acompanhada por registos fotográficos recentes da Casa dos Esqueletos, Casa dos Repuxos, porta da muralha do Alto-Império e do Museu no enunciado do *peddy-paper* e, em vista disto, as 14 questões incidiram, sobretudo, sobre os tipos de habitação romanos e respetivas características. Assim sendo, os alunos tiveram a oportunidade de explorar, diretamente, outras estações arqueológicas, pelas quais não passámos, aquando da visita guiada. Foram disponibilizados 70 minutos para esta atividade, que era composta por 14 questões interdisciplinares e de natureza mista, significando que a tipologia das mesmas era de carácter aberto e fechado.

Tendo-se apurado os resultados do *peddy-paper*²⁷, verificámos que estes se situam entre o Bom e o Muito Bom, permitindo-nos deduzir que, de facto, os alunos

²⁶ Cf. Anexo XI – *Peddy-paper* da Visita de Estudo.

²⁷ Cf. Anexo XII – Resultados do *peddy-paper*.

compreenderam o processo histórico da Civilização Romana, nomeadamente o urbanismo da Antiga Roma e a sua riqueza histórico-local e cultural. Ademais, os resultados demonstram que esta atividade garantiu que os objetivos propostos foram atingidos e que a experiência foi enriquecedora para todos os participantes, em geral, verificando-se que, em mais de metade das questões, todas as equipas obtiveram 100%. A autonomia concedida a cada grupo logrou também do sucesso, dado que os alunos mobilizaram conhecimentos previamente estudados em contexto de sala de aula e exploraram e investigaram, sem a ajuda dos docentes, as informações disponíveis no próprio Museu de Conímbriga. Porém, dois grupos revelaram uma maior dificuldade no que respeita à identificação da lenda associada ao mosaico do Minotauro, na Casa dos Repuxos. Possivelmente, estes resultados inferiores deveram-se a uma falta de atenção dos elementos das equipas, aquando da visita guiada nesta estação arqueológica, visto que a Lenda do Minotauro foi referida e explicitada no momento da apresentação do mosaico do Minotauro. A questão 10 — *Indica três províncias do Império Romano, além da Hispânia* — foi, de igual modo, um insucesso, tendo em conta que todos os grupos demonstraram dificuldades em analisar e interpretar o mapa interativo, exibido no Museu, que continha esta informação disponível. Não obstante os resultados muito satisfatórios, durante esta atividade, os alunos demonstraram dificuldades em recordar alguns aspetos da arte romana, nomeadamente a utilização de elementos decorativos como os mosaicos. Tal se poderá dever ao facto de este conteúdo ter sido abordado há algum tempo.

3.4.3.4. Etapa D

Na última etapa da visita de estudo, os alunos foram desafiados a preparem os materiais a serem utilizados na Exposição intitulada *Os Romanos no Passado e no Presente*.

Tendo por base a realização da visita de estudo *in loco*, solicitou-se a elaboração de uma atividade pós-visita. Para a concretização, os alunos organizaram-se em pares e, reunindo os registos fotográficos e os apontamentos escritos no dia da visita, selecionaram uma fotografia. Com recurso ao computador e à ferramenta digital de criação de documentos — *Microsoft Word* —, legendaram-na e, por último, redigiram um texto explicativo sobre o que está presente na imagem, relacionando-a com as aprendizagens estudadas em diversas disciplinas, a partir de um guião que lhes foi

fornecido via *Classroom*²⁸. Neste âmbito, salientamos alguns textos produzidos pelos alunos²⁹:

AG e BQ (7.º X): *Nesta fotografia está registado um exemplo de um mosaico romano, presente na Casa dos Repuxos, intitulado Mosaico do Servo. Neste mosaico está presente um servo (escravo) dessa mesma casa, que carrega consigo um animal, o que revela que está a trabalhar. Com estas observações, compreendemos que a sociedade romana era estratificada e desigual, porque estava dividida em diferentes grupos sociais e com diferentes privilégios; e escravagista, pois utilizava mão de obra escrava. Os mosaicos eram muito importantes na decoração do interior dos espaços romanos, representando cenas do quotidiano e da mitologia. Foram uma de muitas importantes heranças romanas para a atualidade, dado ainda hoje utilizámo-los para decorar diversos espaços, como pisos e paredes.*

SG e PA (7.º X): *A casa cujo nome é Cantaber foi a maior residência encontrada pelos arqueólogos na área de Conímbriga. A casa atribuída a Cantaber, com dimensões impressionantes para o período da Antiguidade Clássica, dividida em cinco setores, foi construída no último quartel do século I e sobreviveu até ao abandono da cidade de Conímbriga. Caracterizada como uma “domus”, esta pertencia a um importante aristocrata de Conímbriga do século V. Tal como aprendemos nas nossas aulas de História, uma “domus” era um tipo de habitação pertencente aos romanos mais ricos e poderosos. Estas eram espaçosas, com peristilos em redor de um pátio interior, tinham jardins interiores e termas privadas. Recordamo-nos de ter observado nesta “domus”, atribuída a Cantaber, vários hipocaustos que serviam de aquecimento para as suas termas privadas. A sua fachada Norte possuía um pórtico monumental aberto para uma praça. Nesta fotografia podemos observar, também, formas geométricas, como os semicírculos e os cilindros. A casa atribuída a Cantaber é importante, pois com a sua conservação, preservação e valorização podemos ficar a saber mais sobre os antepassados de Coimbra, como a presença dos povos romanos neste território.*

AR, JV E JL (7.º X): *A Casa dos Repuxos é uma sublime obra de arquitetura, que se situa em Conímbriga, na freguesia de Condeixa-a-Velha. A sua construção data inícios do século I. Na primeira metade do século II, foi alvo de uma grande remodelação, tendo sido abandonada e demolida no final do século III. De facto, os proprietários do edifício demoliram partes desta “domus” e construíram uma grande residência aristocrática. Nesta altura, foram entelhadas as caves que serviam armazéns, de que sobrevivem os vestígios, sendo que parte delas foram*

²⁸ Cf. Anexo XIII – Guião de preparação da Exposição.

²⁹ Cf. Anexo XIV – Dois trabalhos elaborados por dois grupos.

aproveitadas para construir umas latrinas (casa de banho). É possível observar um lindo jardim, muito bem preservado e conservado. É constituído por um lago e vários repuxos. Destacam-se as plantas, os pássaros, os mosaicos e as suas diferentes cores no chão (característica da decoração romana) e a grande biodiversidade deste espaço. Conclui-se que a Casa dos Repuxos correspondeu a uma “domus”, dado que pertencia a uma família aristocrática e era composta por uma extensa área, dividida em várias partes: a entrada, o triclinio, o jardim, as termas privadas, o átrio, alguns quartos, entre outros elementos.

Analisando, de um modo geral, estes exemplos de textos produzidos pelos próprios alunos, a visita aos vestígios do passado Romano permitiu o desenvolvimento do conhecimento e compressão histórica, comprovado através dos trabalhos elaborados. Os alunos, de forma geral, corresponderam aos objetivos da atividade da redação de texto, atendendo à legenda dos registos fotográficos selecionados e relacionando-a com os conteúdos da temática em questão, pelo que os mesmos mobilizaram conceitos importantes, aplicando-os em contextos reais. Usufruíram de uma visão mais abrangente do tema estudado, beneficiando de uma experiência direta com o Património Local e Cultural de Conímbriga, expandindo, assim, o conhecimento geral dos alunos sobre a História e o mundo ao seu redor. Saliente-se que a investigação autónoma está presente em todos os textos, já que a maioria dos alunos recorreu a outras fontes de informação, não se restringindo às referências do manual e às anotações registadas aquando da visita guiada. Esta iniciativa dos alunos possibilitou-lhes aceder a explicações diretamente relacionadas com a História Local de Conímbriga, abordando nos seus textos, de forma breve, o quotidiano dos Romanos no território que viria a tornar-se português.

É relevante destacar que o aluno AR (supramencionado) apresentava dificuldades significativas nas avaliações formativas e sumativas. No entanto, redigiu o texto de preparação da exposição sobre a visita de estudo a Conímbriga com sucesso, mobilizando corretamente os conhecimentos desenvolvidos nas aulas e na visita de estudo e pesquisando informações complementares à do manual e caderno diário. Este exemplo é considerado um indicador de sucesso da atividade de visita de estudo e da tarefa de redação de texto.

A par deste trabalho, foi-lhes também solicitado a produção de um roteiro virtual, com recurso à plataforma *Padlet*. Primeiramente, escolhemos o modelo do “quadro” virtual, organizando-o em cartões de conteúdo e estruturados em linhas de tempo. De seguida, partilhámos o *link* de acesso com os alunos, bem como o enunciado³⁰ com as

³⁰ Cf. Anexo XV – Guião de preparação do Roteiro Virtual.

instruções, igualmente, via *Classroom*. Esperava-se que os alunos criassem um projeto *online*³¹, adicionando textos e fotografias num ambiente dinâmico e familiar, aprendessem a navegar e a interagir com uma plataforma *online*, criassem conteúdo multimédia e, por último, partilhassem as descobertas e aprendizagens de forma responsável, colaborando virtualmente.

Quanto às conclusões, no imediato, é fundamental clarificar que recorreremos, principalmente, ao método de registos de campo. Estes registos são entendidos como um processo de recolha e análise de dados, que inclui um conjunto de observações da atuação dos alunos em contexto de sala de aula. Assim sendo, como principais potencialidades da utilização desta plataforma *online*, destaca-se a autonomia dos alunos e a sincronização entre o desenvolvimento individual e/ou coletivo e o contexto.

Por um lado, a autonomia conduziu-os ao estímulo da criatividade, na medida em que se sentiram motivados para editarem, livremente, os seus registos fotográficos e o *layout* inicial da plataforma e, por consequência, descobriram funcionalidades do *Padlet* que lhes interessaram, produzindo um trabalho criativo e visivelmente agradável, de fácil leitura e interpretação, atendendo eficazmente aos objetivos dos alunos, quanto à escolha das fotografias que se propuseram legendar e redigir um texto alusivo às mesmas. Por outro lado, a sincronização entre o desenvolvimento individual e/ou coletivo e o contexto permitiu uma maior responsabilidade no que diz respeito à tomada de decisões sobre as tarefas que viriam a desempenhar, depositando uma maior concentração no trabalho a ser produzido, destacando que todos os alunos entregaram o trabalho atempadamente; possibilitou uma aprendizagem personalizada, através da qual trabalharam ao seu próprio ritmo, escolhendo as opções adequadas ao seu nível de competências e interesses, de forma a corresponderem às suas necessidades e superarem o desafio lançado; desenvolveram uma aprendizagem interativa e atualizada, dado que os trabalhos iam sendo publicados à medida que produziam os textos na plataforma, permitindo que os colegas acompanhassem, em tempo real, o que estava a ser desenvolvido pela turma. Neste projeto a pares, os alunos puderam partilhar ideias e expressar as suas opiniões, de modo que discutissem os conceitos fundamentais da temática em questão, tornando, deste modo, a aprendizagem mais envolvente e significativa para cada um deles.

Sucintamente, constatámos que o recurso à plataforma *Padlet* promoveu, com sucesso, o trabalho individual e coletivo dos alunos, tendo contribuído para o

³¹ Trabalho elaborado pelos alunos do 7.º X, pós visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga — https://padlet.com/alc_v/os-romanos-no-passado-e-no-presente-5v5g8wm3jb86d8n6.

desenvolvimento do espírito crítico e da compreensão histórica, para o aumento do acesso ao conhecimento e para o foco centrado nos alunos, que vai ao encontro da corrente pedagógica construtivista, como inicialmente nos propusemos seguir. Portanto, verificámos que os alunos foram capazes de mobilizar os conhecimentos estudados em contexto de sala de aula e desenvolvidos durante a visita de estudo, pelo que o recurso aos computadores e à plataforma *Padlet* consistiu numa mais-valia para o processo de aprendizagem desta turma.

Por fim, o desenvolvimento e compreensão histórica permitido através da realização da visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga foi, finalmente, consolidado com a realização de uma exposição na Escola³² e também em formato virtual, através da plataforma *Artsteps*³³. Nestas exposições, a comunidade escolar teve a oportunidade de contemplar os trabalhos dos alunos, que consistiram na seleção e legendagem de registos fotográficos da sua própria autoria, complementados por imagens da reconstituição (em 3D) de Conímbriga no apogeu do Império Romano, assim como na produção de um texto, através do qual teriam de relacionar o conteúdo da fotografia com o estudado na sala de aula e desenvolvido durante a visita de estudo. Estes trabalhos foram acompanhados por um fio condutor, que permitiu identificar a localização de cada elemento representado nas fotografias da autoria dos discentes, partindo da sua posição na planta alusiva à reconstituição desta localidade. Tiveram também a oportunidade de apreciar os contributos da Civilização Romana para o mundo atual, nomeadamente o Latim, a numeração romana, o calendário dos meses, o Direito, a administração do território, a construção de obras públicas, a recriação de estilos arquitetónicos e as técnicas de esculpir retratos. A exposição na Escola contemplou, de igual modo, os vencedores do *peddy-paper*, que se seguiram após uma imagem do símbolo do exército romano — a águia — e uma breve explicação da sigla SPQR. (*Senatus Populusque Romanus*). Por último, para os mais atentos, a exposição convidava os seus visitantes a responderem a um desafio — *O que tem a ver esta equipa com os antigos Romanos?* —, analisando uma imagem da equipa de futebol de Roma (AS Roma), atualmente, treinada pelo português José Mourinho.

³² Cf. Anexo XVI – Fotografias da exposição na Escola.

³³ Exposição virtual: *Os Romanos no Passado e no Presente* – <https://www.artsteps.com/view/647a28d7087b115ef8d29b32?currentUser>.

3.4.4. Questionário de opinião sobre a Visita de Estudo

Com o objetivo de as docentes melhorarem a qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pelas atividades desenvolvidas, solicitou-se aos alunos a sua opinião concernente aos diversos domínios da atividade, através do preenchimento de um questionário³⁴.

Começou-se por questionar a adequação do tempo dedicado a cada uma das atividades, pelo que, apesar de um aluno ter concordado parcialmente, a maior parte da turma classificou a adequação nos níveis 4 (oito alunos) e 5 (sete alunos)³⁵.

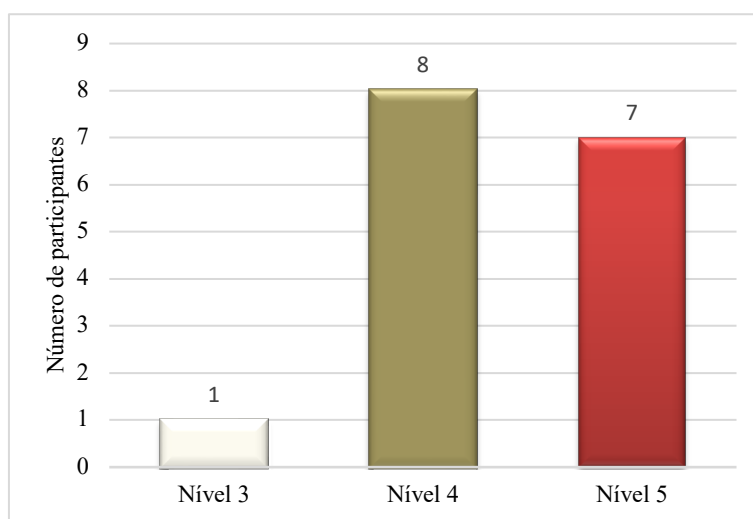


Gráfico XI: O tempo dedicado a cada uma das atividades foi o adequado

Fonte própria

De seguida, inquiriu-se sobre o comportamento e civismo vivenciados durante a visita de estudo, ao que a maioria dos questionados (onze estudantes) concordou plenamente com o ambiente experienciado, correspondente ao nível 5, como demonstra o *Gráfico XII – A visita decorreu num ambiente de bom comportamento e civismo*.

³⁴ Cf. Anexo VI – Questionário de auto e heteroavaliação.

³⁵ Cf. Gráfico XI.

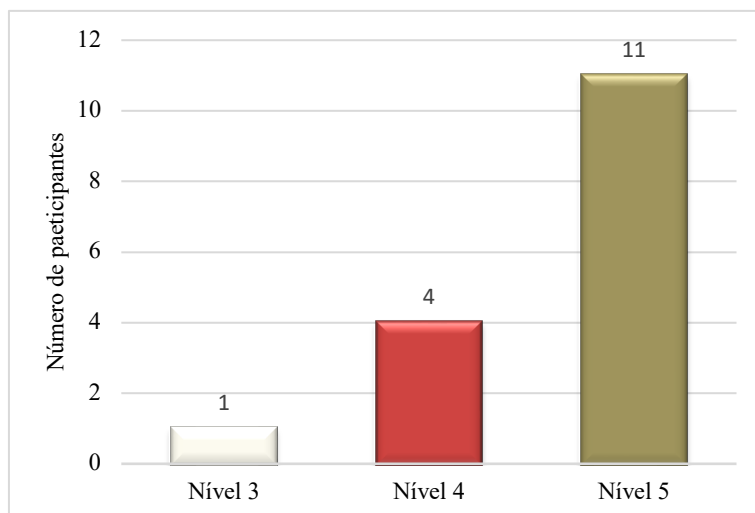


Gráfico XII: A visita decorreu num ambiente de bom comportamento e civismo

Fonte própria

Ainda na secção referente à qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pela visita de estudo a Conímbriga, questionou-se os intervenientes sobre o nível de objetivos conquistados, assim como o nível de aprendizagem. Através da análise do *Gráfico XIII – Os objetivos da visita foram atingidos*, inferiu-se que mais de metade dos alunos – onze – atingiram os objetivos desta atividade, correspondendo ao nível 5, constatando-se, deste modo, que a maioria aprendeu muito (segundo o *Gráfico V – Aprendi muito nesta visita*). Por outro lado, ainda que dois alunos não tenham alcançado os objetivos desejáveis, mais de metade, onze, enriqueceram o seu conhecimento por meio da atividade, tal como nos indicia o *Gráfico XIV – Aprendi muito nesta visita*.

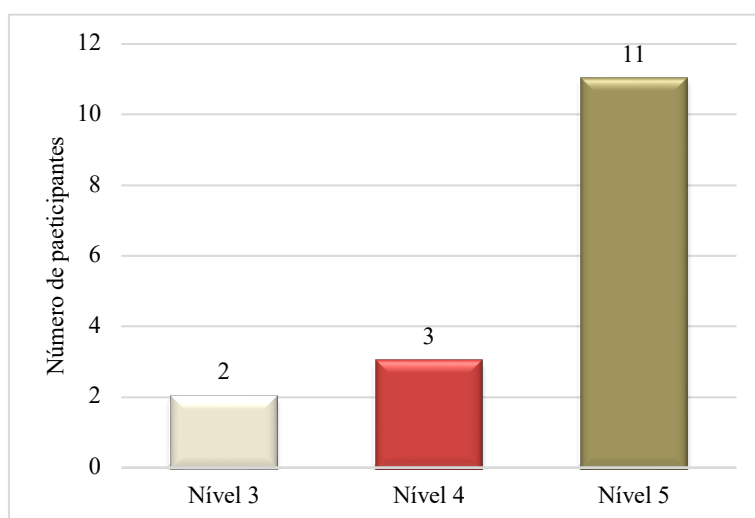


Gráfico XIII: Os objetivos da visita foram atingidos

Fonte própria

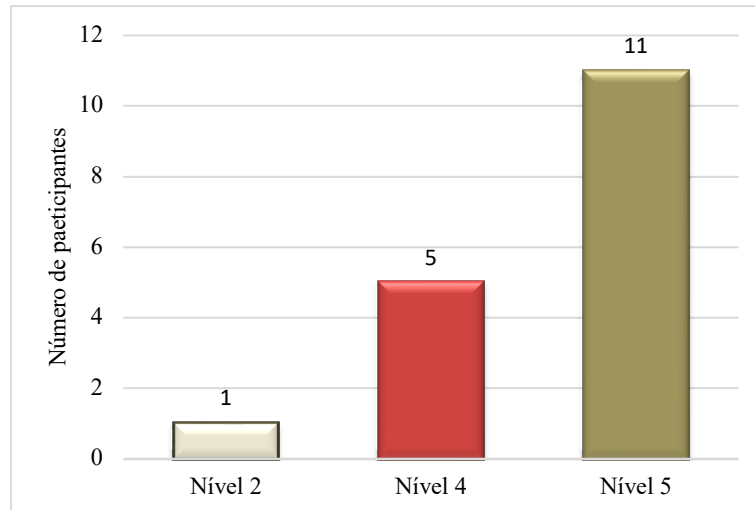


Gráfico XIV: Aprender muito nesta visita

Fonte própria

Relativamente à utilização das novas aprendizagens em situações da escola e/ou da vida, com base na interpretação do *Gráfico XV – Vou aplicar as novas aprendizagens em situações da escola e/ou da vida*, constatámos um número de respostas igual aos níveis 4 e 5, tendo sido cada um escolhido por sete alunos. Ademais, dois discentes assinalaram o nível 3.

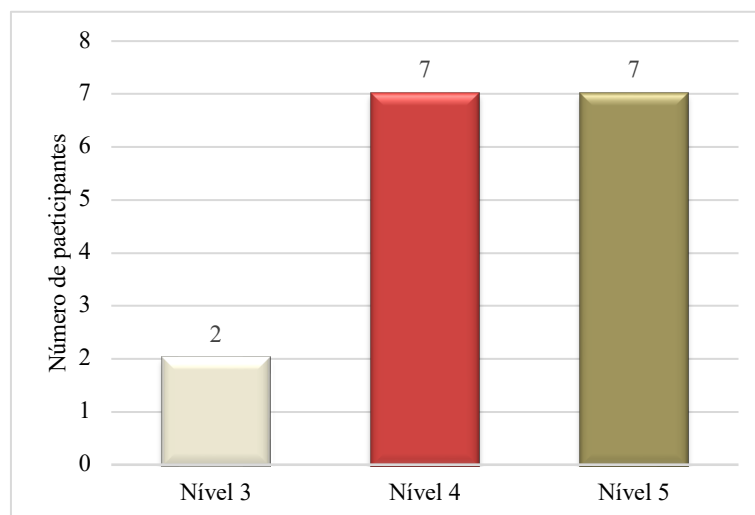


Gráfico XV: Vou aplicar as novas aprendizagens em situações da escola e/ou vida

Fonte própria

A recolha de dados alusivos aos objetivos atingidos, ao nível de aprendizagens obtidas e ao grau de aplicação das novas aprendizagens em situações da escola e/ou vida foi crucial para compreendermos os resultados obtidos na questão da avaliação da atividade, na qual o nível 5 predominou com um total de onze respostas, seguindo-se o

nível 4 com quatro escolhas, embora um aluno tenha assinalado a opção do nível 3, como podemos verificar a partir da análise do *Gráfico XVI – No geral, avalio a atividade com o nível...*

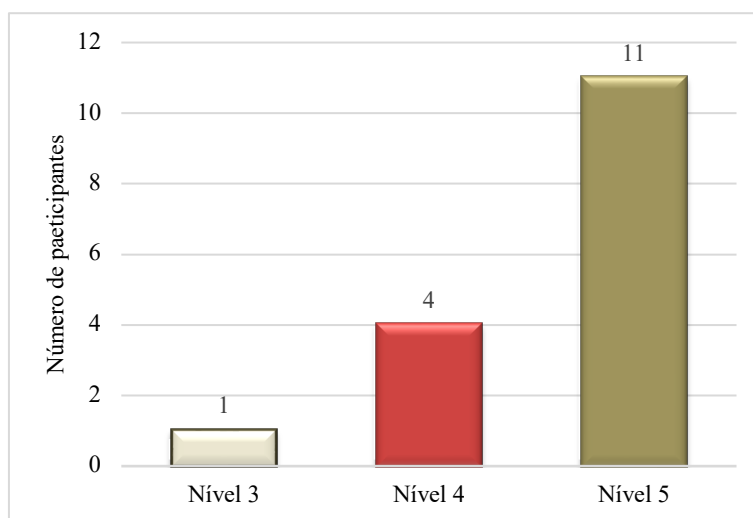


Gráfico XVI: No geral, avalio a atividade com o nível...

Fonte própria

Rapidamente, verificámos que um considerável número de alunos do 7.º X destacou as aprendizagens concernentes ao quotidiano dos romanos há mais de 2 milénios, com principal enfoque para os tipos de edifícios públicos, nomeadamente as habitações, relacionando-as ao tipo de decoração utilizada por esta civilização com a finalidade de embelezar o chão e as paredes das casas — os mosaicos. Ainda, alguns alunos reconheceram determinados passatempos dos romanos, como o jogo da péla, os banhos nas termas seguidos de massagens e a música³⁶. Do número total de inquiridos, constatou-se que um optou por não responder, dois apresentaram respostas vagas, três destacaram o quotidiano dos romanos, um aprendeu de maior relevância as táticas do exército, sete alunos salientaram as aprendizagens relativas aos edifícios públicos, particularmente os tipos de habitações romanas, e, ainda, dois destacaram a arte dos romanos, referindo os mosaicos como elemento decorativo do chão e das paredes das *domus*.

Assim sendo, estes resultados comprovam que os alunos não só adquiriram as aprendizagens mais relevantes, como desenvolveram o seu conhecimento histórico referente ao modo de vida dos romanos há mais de 2 milénios.

³⁶ Cf. Tabela IV.

Tabela IV: Perguntas-chave sobre o meio-ambiente histórico

Categoria	Exemplos de respostas apresentadas pelos alunos	Número de respostas
Não respondeu		Um
Resposta vaga	Romanização <i>Peddy-paper</i> Perguntas iniciais	Dois
Quotidiano dos romanos	Forma de vida dos romanos em Conímbriga; Jogo da péla; Música; Banhos nas termas seguidos de massagens	Três
Táticas do exército	Tática da tartaruga	Um
Edifícios públicos	Casa dos Repuxos Tipos de habitações	Sete
Arte romana	Mosaicos	Dois

Fonte própria

Quando questionados sobre o momento predileto da visita de estudo, seis alunos referiram a atividade do *peddy-paper* seguida da visita à Casa dos Repuxos — quatro alunos. A visita às Termas do Sul mereceu destaque de três estudantes, ainda que tenham preferido os momentos do lanche, a visita ao Museu e o concurso inicial³⁷.

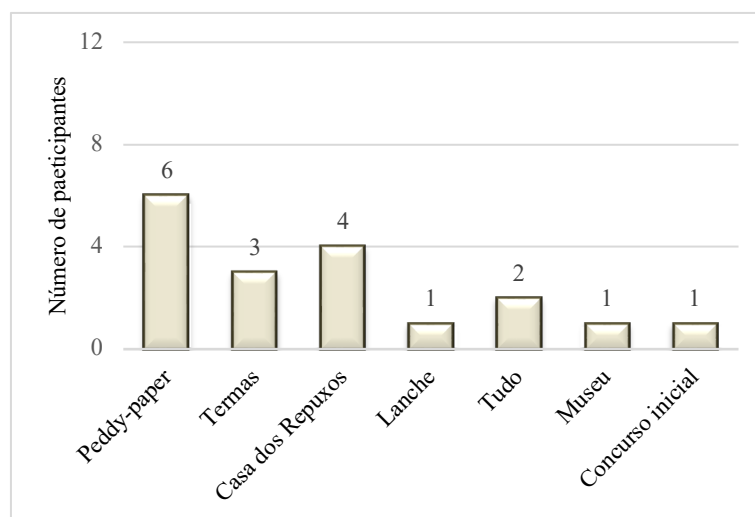


Gráfico XVII: Do que mais gostei na visita foi...

Fonte própria

³⁷ Cf. Gráfico XII.

Com o propósito de melhorar a qualidade das experiências e aprendizagens numa próxima atividade, propôs-se aos alunos que apresentassem alguma alteração, cujas propostas, através da observação do *Gráfico XVIII – Proponho esta alteração para melhorar uma próxima atividade*, assentaram, maioritariamente, no aumento do tempo destinado às atividades, sobretudo do *peddy-paper* — nove alunos —, sugerindo também a separação das turmas e a utilização do vestuário romano, por um aluno, respetivamente, bem como recomendaram resumir os conteúdos explicitados (dois alunos) e, ainda, três dos participantes não propuseram nada, fundamentando-se no facto de a visita de estudo ter corrido bem.

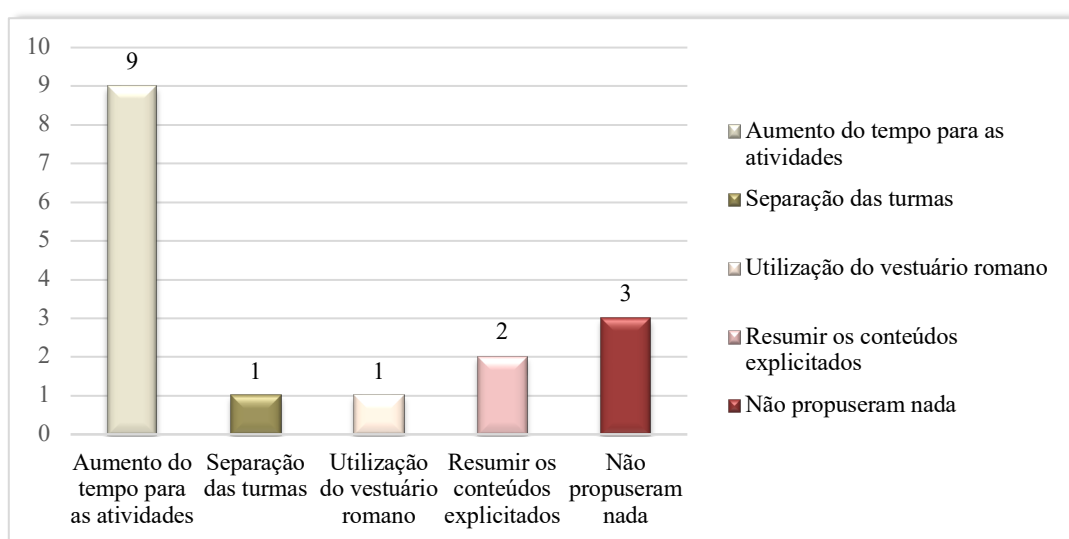


Gráfico XVIII: Proponho esta alteração para melhorar uma próxima atividade...

Fonte própria

Por fim, não obstante o sucesso da concretização dos objetivos da visita de estudo a Conímbriga, de acordo com a análise das respostas ao inquérito, o aspeto menos bem conseguido foi a gestão de tempo em cada “estação” visitada. Constatou-se que os participantes, em espaços exteriores à sala de aula, revelam comportamentos adequados e benéficos ao desenvolvimento do seu conhecimento histórico, demonstrando um empenho significativo nas atividades propostas, como já era de esperar. Portanto, salienta-se, então, no que concerne à postura evidenciada pelos alunos, o respeito pelas regras essenciais de conduta e pelas instruções que tiveram de cumprir durante a visita, assim como o sentido de responsabilidade assumido pelos próprios. Enfatiza-se também que a realização do *peddy-paper* permitiu a concretização de uma experiência

interdisciplinar, a partir do qual se estabeleceu um diálogo entre várias disciplinas, como História, Geografia, Ciências Naturais, Matemática e Educação Física.

Em suma, para os alunos, a experiência de aquisição de conhecimentos sobre o Império Romano, potencializada pela visita de estudo *in loco*, que se considerou interessante e profícua, pelos diversos motivos apresentados, demonstrando, embora de forma vaga, as aprendizagens que adquiriram.

3.4.5. Primeiro questionário de competências de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos — Visita ao Museu Monográfico de Conímbriga

Num momento posterior às atividades, com o propósito de perceber o nível de autoconsciência dos alunos, este questionário, respondido individualmente, permitiu-lhes refletirem sobre as suas próprias aprendizagens, ajudando-os a desenvolverem uma compreensão mais clara das competências e conhecimentos adquiridos durante e após a visita de estudo. Neste sentido, pretendeu-se também comparar o progresso alusivo ao entendimento da turma a respeito do conceito de Património Histórico-Local, permitindo interpretar o sucesso das potencialidades da didática do Património Histórico-Local. Por outro lado, tencionou-se perceber a opinião dos alunos concernente aos recursos digitais utilizados para promover o desenvolvimento da aprendizagem e compreensão histórica.

O questionário foi composto por seis questões abertas, algumas delas inspiradas, como já referido, na ECCA (Santos, Rurato & Faria, 2000), para que os alunos pudessem justificar livremente as suas respostas, e uma de natureza fechada, servindo para atestar se as suas conceções de Património Histórico-Local haviam progredido e conhecer as suas perceções sobre a atividade desenvolvida após a visita de estudo.

Quando questionados sobre o que aprenderam na visita de estudo, consideraram que a mesma os ajudou a compreender melhor os conteúdos lecionados na sala de aula, pelo que todos os alunos responderam afirmativamente à primeira questão. Nas justificações, predominou a razão de terem aprendido mais ao visitarem *in loco*, tendo-lhes permitido aprofundar as aprendizagens dos conteúdos previamente estudados em contexto de sala de aula e, por isso, desenvolveram mais os seus conhecimentos referentes ao conceito de Património Histórico-Local e ao modo de vida dos romanos no apogeu do

Império Romano, concretamente, em Conímbriga, assim como adquiriram uma maior sensibilidade a respeito da conservação, preservação e valorização patrimonial³⁸.

Tabela V: Consideras que o que aprendeste durante a visita de estudo te ajudou a compreenderes melhor os conteúdos lecionados na sala de aula? Justifica a tua resposta

“Sim, já que aprendi mais ao visitar o próprio local e percebi melhor o quotidiano romano em Conímbriga. Se eu tivesse de fazer o teste novamente, agora teria uma nota muito mais alta.”
“Sim, porque eu não entendi muito bem a matéria e o conceito de Património Histórico-Local, mas depois de visitar Conímbriga compreendi mesmo bem. Agora vejo com outros olhos aquelas ruínas que antes olhava para elas e não percebia nada da história que ali estava representada. Também fiquei motivado para respeitar mais o património, porque aprendi algumas estratégias para a sua valorização e perduração no tempo.”
“Sim, depois de visitar Conímbriga consegui compreender melhor o modo de vida dos romanos, a sua herança na localidade onde passei maior parte da minha infância e também compreendi muito mais o conceito de Património.”
“Sim, porque atividades práticas, como visitas de estudo, ajudam-me a compreender e aprofundar melhor a minha aprendizagem.”
“Sim, porque a professora aprofundou os temas lecionados na aula durante a visita de estudo e destacou a importância do património histórico-local e cultural para a compreensão do quotidiano dos romanos em Conímbriga. Aprendi mais, de forma mais interessante e já tenho mais conhecimentos sobre estes temas.”

Fonte própria

À segunda questão, todos os alunos responderam, igualmente, “Sim”, quanto ao facto de ter sido motivador para a sua aprendizagem estudar o Património Histórico-Local, muito à semelhança do que já haviam respondido no primeiro inquérito de diagnóstico. Tal deveu-se, sobretudo, ao facto de os alunos terem sentido uma ligação mais próxima com a História e cultura locais, aumentando o seu sentimento de pertença à comunidade onde estão inseridos e, deste modo, a aprendizagem tornou-se mais significativa para os mesmos. Nas justificações, também apresentaram a relevância cultural, pelo que, ao contactarem diretamente com vestígios da História-Local, lhes permitiu compreenderem melhor os valores e as práticas culturais que transformaram a sociedade ao longo do tempo, dando conta de que muitas tradições remontam ao passado e, por isso, acarreta a responsabilidade de serem preservadas. Verificámos, de igual modo, um crescente sentimento de orgulho e respeito pela História-Local, tendo os alunos

³⁸ Cf. Tabela V.

fundamentado que, após a visita de estudo, passaram a valorizar mais as conquistas e os contributos da Civilização Romana para a sua localidade. Importa destacar ainda a justificação assente no desenvolvimento de competências de investigação, na medida em que os participantes se sentiram mais interessados pelo método do historiador, uma vez que foram desafiados a recolher informações de várias fontes durante as atividades, cruzando-as com as que estudaram na sala de aula. Ademais, nesta análise, foi interessante identificar a presença de sentimentos e emoções nos alunos associadas à preservação do Património Histórico-Local, destacando que um aluno referiu as suas memórias de infância para justificar a importância da salvaguarda patrimonial. Além de apurarmos uma tendência positiva quanto à motivação para a aprendizagem, através desta questão, foi também possível saber a responsabilidade mais sentida pelos estudantes, pelo que os alunos ficaram consciencializados acerca da preservação do Património Histórico-Local, assumindo, por isso, um compromisso com a identidade pessoal, comunidade local, gerações futuras e, sobretudo, com a cultura e o passado histórico³⁹. Consequentemente, numa escala de 0 a 10, todos avaliaram a sua motivação no nível 10, além de que os motivos supramencionados corroboram todas as respostas afirmativas à questão *Após a realização da visita de estudo, atribuis outra importância ao espaço que te rodeia?* e permitiram-nos chegar à conclusão de que a intervenção pedagógica sobre o Património Histórico-Local foi considerada importante pelos alunos, os quais aprenderam a atribuir mais valor à sua localidade.

Tabela VI: Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Justifica.

<p>“Sim, porque, ao estudar os vestígios do passado romano sobre a minha localidade, fez-me dar conta da importância de estudar o património para compreender o meio que me rodeia e perceber as suas transformações ao longo dos séculos. Percebi melhor algumas tradições de onde eu vivo.”</p>
<p>“Sim, pois, ao visitar no próprio local utensílios do quotidiano dos romanos e os espaços onde estes viviam, em Conímbriga, ajudou-me a perceber melhor os antepassados da História-Local e despertou em mim um grande sentido de responsabilidade enquanto cidadã, para manter vivas as tradições culturais desta localidade e valorizar a minha localidade.”</p>
<p>“Sim. Motivou-me a sentir mais orgulho da minha localidade, como eu tivesse criado laços de amizade com Conímbriga, e incentivou-me a investigar mais sobre as tradições e feitos dos romanos, nesta época, e também me deixou mais curioso sobre o legado da Antiga Roma onde eu vivo.”</p>

³⁹ Cf. Tabela VI.

<p>“Sim! As atividades relacionadas com o Património Histórico-Local durante a visita de estudo fez com que eu me sentisse mais motivada e também interessada no modo como um historiador investiga as pistas, porque ele contacta diretamente com os vestígios do passado. Motivou-me também a ler mais sobre o passado dos romanos em Conímbriga, numa localidade tão perto de mim.”</p>
<p>“Sim, motivou-me muito, porque aprendi a dar mais valor à História, à minha localidade e melhor ainda aprendi algumas estratégias para permitir que o património perdure durante muito tempo, do mesmo modo que não caia no esquecimento da população. Senti-me motivado a não danificar os bens patrimoniais, pois é como se tratasse da minha própria casa que eu não gostava de vê-la, por exemplo, vandalizada e pintada com grafitis.”</p>
<p>“Sim. Motivou-me a conhecer mais sobre o local onde eu passei maior parte da minha infância e recordei-me das boas memórias. Aprendi que a história é importante e que preservar o património também é pelo que se eu ver alguém a danificar Conímbriga, vou chamá-lo à atenção e tentar ensiná-lo sobre a importância de respeitar o património como a professora nos ensinou.”</p>

Fonte própria

Questionámos, novamente, o que os alunos entenderam sobre o Património Histórico-Local para determinar se houve uma evolução na compreensão deste conceito⁴⁰. Não obstante a diminuição significativa de “não-resposta” (primeiramente, nove alunos não responderam e, após a visita de estudo, apenas três optaram por não responder), a turma continuou a considerar, maioritariamente, o Património Histórico-Local como um bem material, que podemos ver e tocar, revestido num importante valor para a História Local. Deste modo, a categoria da representação da História Local foi definida pela maioria dos participantes, pelo que os seis alunos destacaram a potencialidade de conhecer a identidade das comunidades locais, reconhecendo o seu valor histórico-local e cultural. Apesar de constatarmos o mesmo número de respostas vagas (três), é de salientar que os alunos apresentaram definições mais abrangentes a respeito do conceito, introduzindo elementos relacionados com a conexão ao passado histórico, compreendo-o à luz do presente, perceção dos processos de formação e transformação das localidades ao longo do tempo e sensibilização para a preservação patrimonial, visando que as gerações vindouras também possam conhecer o espaço e a comunidade de que farão parte, isto é, demonstraram sentido de responsabilidade ao sentirem a obrigação de deixar para os outros aquilo que eles também receberam, reconhecendo que é através da salvaguarda patrimonial que se torna possível transmitir a importante herança histórica, sem cair na ignorância e no esquecimento. Verificámos que

⁴⁰ Cf. Tabela VII.

houve um maior conhecimento dos tipos patrimoniais, em relação ao primeiro inquirido, dado que mais alunos categorizaram o Património Histórico-Local como bens imateriais e materiais, não se restringindo ao segundo grupo, e, como resultado, referiram a arte, cultura, tradições e costumes locais. Todavia, mantiveram-se, em grande número, as definições referentes aos bens materiais.

Tabela VII: Definições elaboradas pelos alunos após a visita de estudo

Categoria	Exemplos de respostas apresentadas pelos alunos	Número de respostas
Não responde		Três
Resposta vaga	<p>“Podem ser monumentos, pode ser arte, pode ser todo o tipo de coisas que revelam a História de um determinado local.”</p> <p>“Que é uma terra, ou objeto histórico da nossa cidade.”</p> <p>“É um monumento.”</p>	Três
Tradições/costumes locais	<p>“O que eu entendo é que o Património Histórico-Local são as tradições históricas-culturais de uma localidade.”</p> <p>“Património Histórico-Local é um conjunto de bens materiais (monumentos, estátuas) ou imateriais (tradições, costumes, cultura) de uma localidade que nos revelam factos sobre o seu passado histórico. Possibilitam a nossa compreensão da História a partir de um espaço próximo de nós e depois para o geral, mais distante dos alunos. Também permitem informar como é que certa localidade se formou e quais as características do seu povo.”</p> <p>“Contam-nos o modo de viver de um determinado povo baseado nas suas tradições.”</p> <p>“São tradições que convém sabermos sobre a nossa localidade e permite conectarmos ao nosso passado histórico.”</p>	Quatro
Representação da História Local ou Nacional	<p>“Por Património Histórico-Local entendo que são diferentes “histórias” de um certo local. Essas histórias são importantes para esses sítios e para as suas gentes, porque dão-nos a conhecer a identidade das mesmas. O Património Histórico-Local revela conhecimentos históricos muito importantes sobre o espaço no qual nos inserimos e contribui para o reconhecimento do valor histórico de cada localidade.”</p> <p>“Podem ser monumentos, pode ser arte, pode ser todo o tipo de coisas que revelam a História de um determinado local.”</p> <p>“Património Histórico-Local são os monumentos históricos da cidade onde vivo.”</p> <p>“São monumentos que representam a História de uma localidade e revelam conhecimentos sobre a identidade coletiva e/ou individual do seu povo. Representam o modo de vida de uma certa comunidade, por exemplo o quotidiano das pessoas.”</p> <p>“Podem ser monumentos ou conjunto de bens imateriais que representam a História de uma localidade e são importantes para a História da formação de um país, na sua globalidade.”</p> <p>“Conta a História da nossa localidade.”</p>	Seis
Algo valioso e importante	<p>“O que eu entendo é que são dados muito importantes para a História e para comprendermos o nosso passado à luz do presente.”</p> <p>“O Património Histórico-Local é um monumento muito importante para a História.”</p> <p>“Algo importante (exemplos: monumentos, estátuas) que existe na nossa cidade.”</p>	Cinco

“O Património Histórico-Local é, por exemplo, construções históricas importantes da nossa localidade.”

“Por Património Histórico-Local entendo um conjunto de monumentos importantes, a gastronomia e as tradições de uma localidade, que são significativas para o local onde vivemos e **devem ser preservados para as gerações futuras tomarem conhecimento da História do espaço onde se vão inserir.**”

Finalmente, para obtermos mais informações sobre as atividades realizadas pós-visita, questionámos os alunos em relação à criação do roteiro virtual, através do *Padlet*. Constatámos que todos consideraram que a realização destas atividades contribuiu para o desenvolvimento da sua aprendizagem histórica e para o desenvolvimento do seu conhecimento acerca de novas plataformas digitais, que desconheciam. Deste modo, para a pergunta — *Na tua opinião, o que achaste das atividades?* — consideraram as atividades como “muito educativas”, “interessantes” e “muito épicas”, almejando realizar mais atividades deste género. Analisando as respostas dos alunos, verificámos que predominaram as vantagens de conseguirem aceder ao roteiro virtual no *Padlet* em qualquer lugar com acesso à *Internet*, permitindo-lhes rever os conteúdos históricos fora do contexto escolar e de forma mais estimulante. Percebemos também que o recurso a esta plataforma lhes permitiu desenvolver um trabalho autónomo e criativo, por meio de texto e registos fotográficos, pelo que um inquirido redigiu a sua justificação, concretamente, sobre a sua autonomia, destacando como principais responsabilidades a redação do texto no *Word* e no *Padlet*, assim como o registo de fotografias, a partir dos quais conseguiu demonstrar, de forma objetiva, o desenvolvimento dos seus conhecimentos, o que lhe permitiu ter uma aprendizagem mais ativa durante a visita de estudo. A abordagem criativa fomentou-lhes o interesse por explorarem outras funcionalidades do *Padlet*, através das quais os alunos tiveram a oportunidade de editarem as fotografias, destacando os pormenores mais relevantes, de acordo com as suas aprendizagens⁴¹.

Tabela VIII: Na tua opinião, teres criado um roteiro virtual, através do Padlet, contribuiu para a tua aprendizagem? Justifica.

“Sim, porque foi uma forma de organizar melhor os conteúdos e, ao termos a possibilidade de ver o trabalho dos nossos colegas ajudou-nos a pensar melhor sobre o nosso e as aprendizagens que consegui obter, além disso eu adorei, porque usando estas tecnologias, foi uma forma diferente do habitual para eu aprender o património da minha localidade nas aulas de história.”

⁴¹ Cf. Tabela VIII.

“Sim, uma vez que esta atividade contribuiu para eu obter mais conhecimento de forma interessante sobre o uso de “coisas” digitais que eu não conhecia. Assim eu aprendi a editar a fotografia e permitiu-me destacar os elementos mais importantes que viria a mencioná-los na sua legenda e descrevê-los detalhadamente no texto para o roteiro da visita de estudo a Conímbriga.”

“Sim. Motivou-me a ser criativa nas atividades, pois destaquei o meu trabalho ao colorir o separador do texto e desta forma senti-me entusiasmada ao realizar isto. Foram atividades muito épicas e espero que a professora nos peça para fazermos mais trabalhos no “Padlet”, porque aprendi mais ao poder rever quantas vezes eu quisesse a matéria lá escrita e a minha motivação para aprender mais sobre o património aumentou.”

“Sim, contribuiu muito para a minha aprendizagem sobre o Património Histórico-Local de Conímbriga acerca da presença dos romanos neste território, porque fui autónoma ao realizar o texto no “Word” e no “Padlet”. Terem-me dado a possibilidade de tirar fotografias à minha escolha também contribuiu para que a atividade se tornasse muito interessante, porque assim eu consegui abordar os aspetos mais importantes para mim e consegui transmitir os meus conhecimentos sobre o Património e a História do passado de Conímbriga através do que captei na fotografia.”

Fonte própria

No que diz respeito aos aspetos positivos da tarefa, ainda que os alunos tenham feito poucas referências à História e Património Local, os resultados analisados, na generalidade, foram muito interessantes, satisfatórios e comprovaram que a didatização do Património Histórico-Local foi crucial para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, durante as aulas de História. De facto, estes resultados reforçam a ideia de que a

(...) a falta de sintonia ou elo afetivo entre o morador e o seu local de moradia torna esse indivíduo mais propenso a degradar e a não reconhecer o que é seu do que aquele indivíduo que gosta e vivencia os acontecimentos e as memórias do lugar onde mora. (Faria & Woortmann, 2009, p. 62)

Como já referimos, a turma do 7.º X mobilizou os conhecimentos desenvolvidos em sala de aula e desenvolvidos durante a visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga, considerando a elaboração de um roteiro virtual como um instrumento interessante, educativo e motivacional, pelo que a plataforma utilizada os ajudou a mostrarem, de forma criativa, o que verdadeiramente aprenderam sobre a presença da Civilização Romana numa localidade que lhes é próxima e sobre a salvaguarda patrimonial. Os alunos apresentaram, claramente, a ideia de que o Património Histórico-Local pertence a todos e a cada um de nós, ficando sensibilizados para o dever de

salvaguardá-lo. Neste âmbito, revelaram sentimentos e emoções associados à reflexão e à mudança de compreensão em relação ao prestígio da História e do Património. Logo, os resultados deste questionário não só revelam a responsabilidade, iniciativa e autonomia dos alunos, como também nos forneceu informações sobre as suas perceções sobre o seu papel e desempenho na atividade. Destaque-se que a iniciativa mencionada se fundamenta em argumentos homogéneos, pelo que os alunos responderam que essa mesma iniciativa contribuiu para despertar o conhecimento sobre o passado da sua localidade.

Tal como no estudo de Sérgio Couto (2021), na primeira etapa da investigação, os alunos realizaram um questionário de diagnóstico sobre as conceções de Património Histórico, com enfoque para os locais mais conhecidos da cidade de Coimbra, de modo a avaliar o seu conhecimento sobre os principais Patrimónios da cidade e permitindo-nos perceber o ponto de partida dos alunos. Os nossos resultados, contrariamente aos do Sérgio Couto, mostraram que os alunos conheciam os espaços patrimoniais da sua cidade. De igual modo, os alunos acreditaram que é importante estudar a História e o Património Local para aprender mais sobre o passado da cidade onde vivem e sobre os seus antepassados, pelo que várias respostas afirmam que as atividades desenvolvidas, juntamente com as potencialidades mencionadas, ajudaram as turmas a compreenderem melhor os temas abordados em contexto de sala de aula. Conclusões semelhantes foram alcançadas por Paula Fenta (2020). Da mesma maneira que os alunos no estudo de Sérgio Couto (2021), os nossos apresentaram um elevado entusiasmo através das suas respostas, aludindo à oportunidade de aprenderem mais sobre a História da sua própria localidade e cruzar os conteúdos do manual com a História Local, isto é, a ligação ao Património e à História das várias localidades de Coimbra revelou, em ambos os estudos, um grande potencial de utilização em contexto educativo, ao mesmo tempo que surgiu a oportunidade de interligar os espaços patrimoniais culturais da região com os conteúdos programáticos. Por sua vez, no presente estudo e no supramencionado, os alunos demonstraram responsabilidade e capacidade para aprender ativamente durante a visita de estudo *in loco*. Revelaram também competências essenciais de autoaprendizagem, como a autonomia e o pensamento crítico.

Terminando a nossa análise, podemos afirmar que a didatização do Património Histórico-Local, através dos recursos digitais, foi muito profícua nesta turma, tendo contribuído para o desenvolvimento de aprendizagens significativas de compreensão histórica e para o desenvolvimento de competências no sentido de atuarem como cidadãos críticos e conscientes com o Meio onde estão inseridos. Além disso, tendo utilizado a

plataforma *Padlet*, os alunos desenvolveram algumas competências que vão ao encontro do perfil do aluno do século XXI, como a autonomia e o processamento de informação, usando-a de forma crítica e sistemática. Deste modo, os alunos tiveram a oportunidade de ampliar a sua criatividade e de desenvolver os seus conhecimentos na criação de um roteiro virtual, recorrendo à plataforma *Padlet*. Por fim, sentimos que, com estas atividades, mudámos a forma como esta turma aprendeu a valorizar a História e o Património Histórico-Local e fundamentamo-nos com a resposta de um aluno do 7.º X: *Considero que sim. Não dava muita importância ao património que existe onde eu vivo, porque nunca tinha ouvido falar sobre isso e nunca tinha percebido o quão valiosa é a minha localidade. Realmente não gostava do lugar onde vivia, era aborrecido, mas, depois desta atividade, ao utilizar o computador e o Padlet, e das explicações sobre a importância do património histórico, comecei a olhar para o meu meio de uma maneira diferente e comecei a ter mais gosto em viver aqui, pois apercebi-me que o local onde vivo tem muita história do passado e que me devo orgulhar disso*

Este aluno escreveu sobre o objetivo que desejávamos alcançar durante todo o ano, enumerando os resultados das potencialidades da Educação Patrimonial, através dos recursos digitais. Chegámos à conclusão de que mudámos as perspetivas da maioria dos alunos, em relação ao espaço que os rodeia. A ideia plausível de interpretação do cenário descrito pode ser que, após cada atividade, a maioria dos alunos passou a valorizar o uso da metodologia História-Local e Património-Local como uma ferramenta útil para a transmissão de conhecimento histórico.

3.4.6. Segunda intervenção pedagógica

No atual programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico, a segunda atividade inseriu-se na unidade intitulada *A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica*, no subdomínio d' *A Europa dos séculos VI a IX*. Neste âmbito, explicámos o processo da cristianização enquanto fator de união da Europa medieval, recorrendo à ação dos mosteiros junto das populações. Portanto, relacionando a difusão do Cristianismo com as condições culturais, explicitou-se a importância de um mosteiro através da sua constituição e quotidiano⁴².

Assentando na finalidade de preparar os alunos para o desenvolvimento de

⁴² Cf. Anexo XVII – Roteiro de aula.

competências de pensamento crítico, autonomia e colaboração, previmos que superassem as dificuldades, utilizando a sua criatividade e os vários domínios cognitivos, recorrendo aos computadores e à plataforma *Canva*. Os trabalhos foram guardados diretamente a partir da plataforma, à medida que os alunos redigiam os textos, o que permitiu que acompanhássemos, em tempo real, o desenvolvimento do seu trabalho e das suas aprendizagens significativas.

Na qualidade de *design* gráfico, o *Canva* é conhecido pela sua interação fácil de usar, tornando as suas funcionalidades muito acessíveis para os alunos, sobretudo, para os que não têm experiência nesta área, descentrando-os do seu foco na aprendizagem de como funcionar com este recurso digital. A vantagem da colaboração da turma, em simultâneo, permitiu que os alunos personalizassem a configuração do *ebook*, refletindo as suas ideias pessoais, através da escolha das cores, fontes e *layouts*, que expressassem a sua criatividade, tornando este trabalho único. Oferecendo um vasto arquivo de ícones alusivos a um livro, os alunos tiveram a oportunidade de enriquecer o seu trabalho, aproximando-o da realidade livresca e tornando o conteúdo mais fascinante e envolvente. Ainda, a criação de um *ebook*, nesta plataforma, possibilitou-lhes a oportunidade de incorporarem imagens, texto e outros elementos visuais interativos, que os ajudaram a consolidar o conhecimento e facilitar a compreensão do leitor. Por último, beneficiando das habilidades do *design* gráfico, os alunos aproveitaram a comunicação escrita do seu pensamento crítico, cruzando com as aprendizagens significativas. Isto é, tornando a aprendizagem do Património Histórico-Local motivante e profícua, por meio do recurso à plataforma *Canva*, prezámos as competências da comunicação escrita e organização de informações de forma prática e criativa, procurando desenvolver competências importantes, que podem ser úteis na vida profissional futura. Assim, entendemos que a experiência com *design* gráfico potenciou o desenvolvimento da aprendizagem centrada no aluno, e o contacto com as suas funcionalidades permitiu à turma um breve panorama futurista, acompanhando as mudanças e demandas do mercado de trabalho.

Conscientes da importância de contextualizar a temática, explicámos aos alunos que a crescente devoção ao Cristianismo proliferou rapidamente devido a circunstâncias muito particulares, pelo que um conjunto de ações específicas determinaram a importância dos mosteiros na Europa dos séculos VI a IX.

De seguida, definimos como atividade desenvolvida pelos alunos, primeiramente, a investigação de informações a respeito do Mosteiro de São Paulo de Almaziva, através

da bibliografia digitalizada, fornecida em papel e digitalmente, via *Classroom*⁴³. Para começar, a primeira tarefa tinha como objetivo os alunos desenvolverem, autonomamente, os conhecimentos esperados sobre o tema em questão e desfrutarem de uma experiência com as etapas do trabalho do historiador, ou seja, a primeira das competências consistiu em desenvolver capacidades de pesquisa, de interpretação e de análise de documentos escritos e de informação semitratada. Neste sentido, os alunos foram desafiados a analisarem e interpretarem fontes escritas alusivas à fundação deste mosteiro e do seu patrono, assim como à sua extinção, localizando-o no tempo e no espaço, aos seus espaços constituintes e respetivas funções, implicitamente, às atividades às quais os monges se dedicavam, e ao relicário deste Património. Por último, identificaram duas estratégias administrativas, financeiras e económicas para a conservação, preservação e valorização do Património, através da análise e interpretação de um documento — uma recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do Património Cultural e Natural, produzido pela UNESCO (Paris, 16 de novembro de 1972)⁴⁴. Considerando que o Património Cultural constitui uma componente fundamental do Património da Humanidade, a referida Recomendação visa a preservação de sítios de importância Universal, levando o Estado a garantir a preservação de todos os elementos que constituem o seu Património Cultural. De acordo com a Recomendação, a proteção destes bens deve incluir a identificação, pesquisa, conservação, restauração, valorização e integração na sociedade atual. A Recomendação afirma que os Estados devem estabelecer programas de conservação e valorização do Património Cultural, visando a salvaguarda patrimonial por meio da preservação das suas características histórico-tradicionais. Defende também que o Património Cultural deve ser protegido por serviços especializados apoiados por organismos consultivos⁴⁵.

Após a conclusão das tarefas intermédias — análise, interpretação e recolha de todas as informações —, os alunos passaram à tarefa final, a partir do acesso à plataforma *Canva*, através de um *link* partilhado com a turma, via *Classroom*. Com a finalidade de utilizarem criticamente a informação que investigaram, propusemos-lhes que aplicassem

⁴³ A bibliografia foi extraída da obra intitulada *Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense – S. Paulo de Almaziva*, de Maria José Azevedo Santos (Cf. Anexo XVIII – Bibliografia fornecida aos alunos alusiva ao Mosteiro de S. Paulo de Almaziva).

⁴⁴ Cf. Anexo XIX – Bibliografia fornecida aos alunos alusiva às estratégias para conservar, preservar e valorizar o Património.

⁴⁵

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/17%20Recomendação%20proteção%20nacional%20do%20património%20-%20UNESCO%201972.pdf> (acessível em 20/03/2023)

os seus conhecimentos através da redação de textos, que contassem o quotidiano no Mosteiro de São Paulo de Almaziva, durante a Idade Média. Trabalhando em grupo, foram incentivados a colocarem em prática as competências que desenvolveram de forma criativa. Como suprarreferido, a plataforma utilizada para a concretização desta tarefa foi o *Canva*, que permite, quando concluído o trabalho, a sua transferência para o aparelho móvel, apresentando o produto final em configuração de livro. Por fim, os porta-vozes de cada grupo foram convidados a apresentarem à turma os seus trabalhos finais, tendo assim, uma vez mais, a oportunidade de demonstrarem o desenvolvimento das aprendizagens significativas.

Os benefícios desta atividade incluem, essencialmente, a compreensão das fases do trabalho do historiador, funcionando com diferentes recursos tradicionais e digitais. As etapas intermédias desta tarefa permitiram uma maior apreensão dos conteúdos, o que facilitou a realização da última fase, que, através da consolidação da informação obtida, permitiu a construção de uma narrativa crítica e explicativa dos conteúdos estudados. Assim, os discentes foram capazes de comunicar o seu conhecimento com correção linguística, de forma estruturada e criativa, assim como os conceitos estruturais do conhecimento histórico⁴⁶.

3.4.6.1. Segundo questionário de competências de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos — Mosteiro de São Paulo de Almaziva

À semelhança do primeiro questionário sobre as competências de autoaprendizagem e autoperceção dos alunos, este segundo questionário foi preenchido também individualmente. Similarmente, pretendeu-se comparar o progresso alusivo ao entendimento da turma a respeito do conceito de Património Histórico-Local, permitindo interpretar o sucesso das potencialidades da didática do Património Histórico-Local. Por outro lado, tencionou-se perceber a opinião dos alunos concernente aos recursos digitais utilizados para promover o desenvolvimento da aprendizagem e compreensão histórica. Assim sendo, o questionário foi composto por sete questões abertas e uma fechada para que os alunos pudessem justificar livremente as suas respostas, servindo para atestar se as suas conceções de Património Histórico-Local haviam progredido e para conhecer as suas perceções sobre a atividade desenvolvida.

⁴⁶ Cf. Anexo XX – *Ebook* elaborado pelos alunos.

A totalidade das respostas positivas dos alunos à primeira questão — *Consideras que o que aprendeste nas aulas ajudou-te a compreenderes melhor a História da tua cidade? Justifica.* — forneceu-nos a informação dos resultados completos do quadro geral desta atividade, dado que, de facto, as aprendizagens foram notoriamente desenvolvidas, como analisaremos adiante. As análises das contribuições desta atividade, com base nas justificações dos alunos, assentam na contextualização local, pelo que, a partir do estudo da História do Mosteiro de São Paulo de Almaziva, os alunos compreenderam o desenvolvimento e o papel desempenhado pela instituição na sua localidade. Compreenderam também o valor cultural significativo para a localidade, pelo facto de o mosteiro ter exercido papéis fundamentais na vida espiritual e religiosa da população, cujas tradições se mantêm vivas. Convenceram-se, assim, do valor patrimonial local, justificando a influência do mosteiro no desenvolvimento económico e social daquele espaço e na contribuição para a comunidade local, destacando-se o impacto dos valores dos monges para a população. Por fim, o fundamento da consciência da continuidade histórica é o mais referido, tendo em conta que o estudo do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva contribuiu para a compreensão do impacto dos eventos e decisões do passado no presente, promovendo o entendimento de que a localidade atual é resultado de um conjunto de acontecimentos históricos interligados⁴⁷.

Tabela IX: Consideras que o que aprendeste nas aulas te ajudou a compreenderes melhor a História da tua cidade? Justifica.

“Sim, porque eu assim consegui saber como os monges da idade média viviam na minha cidade. A história pareceu-me mais próxima de mim assim.”
“Sim, já que me “obrigou” a descobrir mais sobre um mosteiro próximo de onde eu vivo, aprendendo muito com esta stora, de uma maneira muito boa e engraçada.”
“Sim, porque agora estou mais culta sobre os meus antepassados do local onde vivo e consegui compreender muito melhor o quotidiano de um dos grupos sociais da Idade Média — o clero.”
“Sim, contribuiu muito para a minha aprendizagem sobre a História da minha cidade, dado que também me permitiu entender que o passado influencia o presente, ou seja, o pendor religioso desta localidade remonta à Idade Média praticada pelos monges do mosteiro de S. Paulo de Almaziva.”
“Ajudou-me a compreender muito que a história da minha localidade não é recente e a sociedade e a economia local foram influenciadas pelos tempos medievais. De facto, a história interliga-se e é um produto de várias épocas e de várias ações das pessoas que pelas localidades vão passando.”
“Sim, por ter aprendido que o mosteiro tinha um espaço reservado para cuidar dos doentes e prestar auxílio aos mais pobres, reconheço que ainda hoje nas partes que sobreviveram há serviço comunitário,

⁴⁷ Cf. Tabela IX.

isto é, as pessoas mais necessitadas desta localidade pedem ajuda junto destas estruturas. Além disso, reconheço que, ao ter aprendido que os monges escreviam, liam e ensinavam foram muito importantes a nível cultural, por isso a cultura desta localidade remonta à época em que os monges viviam no mosteiro de S. Paulo de Almaziva, visto que atualmente praticam atividades culturais neste espaço.”
“Sim. Afinal, a história de certos monumentos, como a do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva, não é muito distinta daquilo que se vivencia, atualmente. Quero dizer que me apercebi que a população de agora adquiriu muitos hábitos dos monges da Idade Média, especificamente a nível da religião. A história não é tão longe de nós quanto achamos e isso ajudou-me a compreender que estou rodeado de história.”
“Sim, e se não salvuardamos o património histórico-local estamos a contribuir para o desaparecimento da história da nossa localidade, porque estes monumentos como o mosteiro de São Paulo de Almaziva contam-nos a história dos antepassados e o seu modo de vida, por exemplo, religioso.”
“Sim, porque sem estudarmos a história não há conhecimento das sociedades locais e como esse conhecimento é importante para compreendermos o presente, devemos respeitar o património que nos conta muito dessa história.”

Fonte própria

Na segunda questão, referente ao facto de o estudo do Património Histórico-Local ter sido motivador para a aprendizagem dos alunos, todas as respostas foram, de igual modo, afirmativas. Analisando os exemplos fornecidos pela turma, os mesmos têm um fundamento igual às justificações redigidas no inquérito anterior. Verificámos a predominância da importância cultural e o sentimento de orgulho e respeito pela História Local. Não obstante a igualdade de respostas, foi interessante atestar que um aluno escreveu que se sentiu motivado a ingressar, no ensino superior, na área de Museologia e Património, com o intuito de valorização da identidade local, significando que o seu interesse assenta em ajudar as comunidades através da valorização e fortalecimento da sua identidade cultural e memória coletiva⁴⁸.

Tabela X: Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Dá alguns exemplos

“Sim, porque eu aprendi a valorizar a cultura da minha localidade através da investigação, por exemplo, do mosteiro de S. Paulo de Almaziva.”
“Sim, já que me fez sentir mais orgulhoso da minha localidade e da história que também faço parte, de alguma forma.”

⁴⁸ Cf. Tabela X.

“Sim, sou orgulhoso do sítio onde vivo e da comunidade onde me insiro. A minha localidade teve grande importância para a história do concelho de Coimbra em particular e para a história do meu país, em geral.”

“Sim. Com as aulas sobre o Património Histórico-Local decidi que quero trabalho em algo relacionado com esta área no meu futuro porque quero contribuir ainda mais para a valorização da cultura da minha localidade e preservar estes monumentos históricos para que a história das pessoas não seja esquecida.”

Fonte própria

Apesar de, no inquérito anterior, todos os alunos terem assinalado o nível 10, quanto à sua motivação, os resultados, desta vez, revelaram-se diferentes, dado que um aluno escolheu o nível 4, outro o nível 6 e mais um o nível 7, dois alunos sentiram-se motivados no nível 9, e 16 pontuaram a sua motivação no nível 10. Ainda assim, o último nível continuou a predominar.

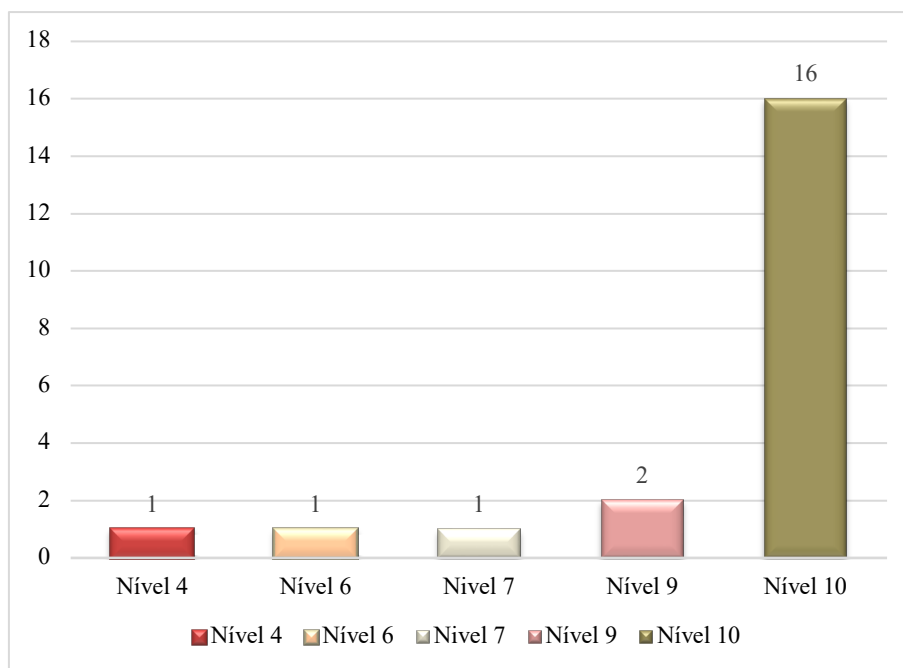


Gráfico XIX: Numa escala de 0 a 10, quão motivador foi para a tua aprendizagem teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva?

Fonte própria

Seguidamente, questionámos, uma última vez, o que os alunos entendem por Património Histórico-Local para determinar se a evolução na compreensão deste conceito prevaleceu. Desta feita, apenas um aluno optou por não responder. Muito satisfatoriamente, chegámos à conclusão de que os alunos categorizaram, em maior

número, os bens patrimoniais como materiais e, também, imateriais. Estes resultados contrapõem-se aos anteriores, visto que, numa fase inicial, predominava a categorização do Património Histórico-Local como um conjunto de bens materiais. Apurámos uma consciência mais ampla sobre o Património, nas suas diversas tipologias e a necessidade da sua salvaguarda, através da conservação, preservação e valorização. A propósito, a narrativa construída pelos alunos, na atividade do *ebook*, demonstra, exatamente, o desenvolvimento significativo da sua consciência patrimonial, redigindo estratégias administrativas, financeiras e educativas para a salvaguarda do mosteiro de São Paulo de Almaziva, que, na verdade, podem ser aplicadas a outros bens materiais patrimoniais. Destaca-se os seguintes excertos:

LA e LM (7.º X): As autoridades centrais e locais estão a apoiar o Património Histórico-Local ao conceder fundos monetários, ou seja, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia devem apoiar financeiramente estes espaços patrimoniais para podermos visitá-los em boas condições e conhecermos a sua História. Caso exista prejuízo, devem conceder indemnizações aos proprietários do mosteiro, pois, assim, ajudarão na sua reabilitação e restauro patrimonial e estarão a contribuir para que a História da localidade se mantenha viva.

BQ e GS (7.º X): A criação de planos de proteção, conservação, valorização e reabilitação dos patrimónios de interesse histórico e artístico, que devem ser inseridos nos planos de urbanização do território das zonas consideradas. Qualquer obra que tenha de ser efetuada, neste caso, no espaço do antigo mosteiro de S. Paulo de Almaziva, terá de ser autorizada pelos serviços responsáveis por esse território.

AG e SG (7.º X): O ensino (Universidades, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de formação, etc.) deve organizar cursos regulares, conferências, seminários sobre a História da Arte, arquitetura, meio ambiente e urbanismo no qual está inserido, neste caso de estudo, o mosteiro de São Paulo de Almaziva. A cidade de Coimbra deverá empreender ações de forma a despertar o interesse do público e a estimular o respeito pelo Património Histórico-Local. Poderá ser feito um esforço contínuo com o objetivo de informar o público sobre a conservação, preservação e valorização do Património Histórico-Local, que desenvolverá o apreço e o respeito pelos valores intrínsecos desse Património, permitindo aos habitantes das localidades deste concelho conhecerem a história que os rodeia e descobrir a sua identidade individual e coletiva.

Assim, os alunos apresentaram definições mais amplas e completas a respeito do conceito de Património Histórico-Local, com forte pendor para a categorização da História Local ou Nacional. Nesta turma, é de enfatizar outra particular incidência no valor histórico do Património Histórico-Local, verificada através da consciência de relação passado-presente e na consciência de “antiguidade”, isto é, consciência de um passado importante. Verificámos também que as ideias de significância social e pessoal são profundamente consubstanciadas pelos alunos na segunda categoria, com ênfase na integração dos dois tipos de bens patrimoniais nas respostas. Neste caso, dois alunos chegaram a esta categoria e aprenderam que a realidade atual deriva dos eventos do passado. Na terceira categoria, assinalada por doze alunos, atribuíram um significado social e pessoal à fonte patrimonial, considerando-a um monumento nacional e destacando a importância do Património Histórico-Local, assente na necessidade de preservação e valorização, relevando preocupação com as gerações vindouras. Todavia, deduzimos que as definições apresentadas não são muito diferentes entre si, visto que se concentram na ideia de que o Património Histórico de uma localidade permite conhecer a sua História, cultura e tradições, mas é de evidenciar que apresentam uma maior complexidade. Considerando que o Património Histórico-Local contribui para a riqueza histórica do Meio onde se insere e para uma melhor compreensão das raízes históricas das comunidades, os alunos demonstraram que desenvolveram a aprendizagem de que o legado das gerações anteriores é possível apenas por meio de ações de preservação do Património⁴⁹. Portanto, podemos certificar-nos de que esta turma já não apresenta ideias simples e/ou restritas e noções poucos claras sobre o que é o Património Histórico-Local, pelo que a possibilidade de ter trabalhado realidades mais próximas tornou o ensino da História mais dinâmico, desenvolvendo o espírito crítico nos alunos quanto à comunidade onde se integram. Concordamos, neste sentido, com Fonseca (2006, p. 132):

O local e o quotidiano (...) do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver; logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens.

Tabela XI: Definições elaboradas pelos alunos após a visita de estudo

⁴⁹ Cf. Tabela XI.

Categoria	Exemplos de respostas apresentadas pelos alunos	Número de respostas
Não responde		Um
Resposta vaga	<p>“O que entendo é coisas que os nossos antepassados nos deixaram em Coimbra.”</p> <p>“É o património de uma localidade.”</p> <p>“Eu entendo que o Património Histórico-local é o Património de uma localidade.”</p> <p>“O que eu entendo é que é alguma estrutura muito antiga da nossa cidade.”</p> <p>“O que eu entendo é que é algo que conta a História de algo.”</p>	Cinco
Tradições/ costumes locais	<p>“Por Património Histórico-Local entendo um conjunto de bens materiais ou imateriais que narram as tradições de uma determinada localidade, e deste modo dão-nos a conhecer a importância História de um povo.”</p> <p>“São bens materiais e imateriais que revelam as nossas origens culturais, ajudam-nos a perceber a nossa identidade e a desenvolvermos o sentimento de orgulho e respeito pela nossa cultura e aproxima-nos da História que aprendemos nas aulas.”</p>	Dois
Representação da História Local ou Nacional	<p>“História da minha cidade.”</p> <p>“É a História de um certo lugar.”</p> <p>“É uma fonte de informação sobre o passado histórico de uma localidade. Neste caso da atividade é a história da minha cidade.”</p> <p>“Um Património Histórico-Local é um local na cidade com muita importância sobre o passado para a compreensão do presente.”</p> <p>“Património Histórico-Local são monumentos importantes da história da nossa cidade, que nos permitem compreender a vida dos nossos antepassados e aproximar-nos da nossa história, descobrindo a nossa identidade coletiva.”</p> <p>“Eu entendo que Património Histórico-local é a história e cultura de cada localidade.”</p> <p>“Entendo que é a importante História da nossa cidade.”</p> <p>“Entendo por sítios históricos importantes para a divulgação histórica de uma localidade.”</p> <p>“É uma ferramenta que ajuda a conhecer a História do nosso passado, nomeadamente a História da comunidade/localidade onde nos inserimos.”</p> <p>“Elementos com valor histórico que ajudam a perceber a História da minha localidade.”</p> <p>“Património Histórico-Local é um conjunto de bens materiais e imateriais que relatam a História de uma localidade, e tem como vantagem ensinar-nos um pouco sobre a nossa identidade coletiva.”</p>	Doze

	<p>“Pelo que aprendi através da atividade, antes de mais, é importante dizer que fui desafiado a investigar e a refletir sobre o passado da minha localidade. Por Património Histórico-Local entendo um conjunto de bens materiais e imateriais que revelam a História de uma localidade e têm grande valor, porque dão-nos a conhecer o passado e permite-nos atribuir a devida importância para a sua valorização e com isso preservar a História ao longo do tempo para as gerações futuras ficarem informadas historicamente sobre as suas origens.”</p>	
<p>Algo valioso e importante</p>	<p>“Por Património Histórico-Local entendo que são monumentos antigos que estão muito bem preservados.” “É uma “ferramenta” importante que nos ajuda a conhecer o nosso passado e a aproximar-nos da história narrada no manual.” “Um Património Histórico-Local é um local na cidade com muita importância.” “Entendo que são monumentos com grande valor histórico para uma certa comunidade e permite que essa comunidade não caia no esquecimento com o passar dos anos, ou seja, permite recordar passados históricos e reavivar a memória da humanidade.”</p>	<p>Quatro</p>

Fonte própria

Esta análise vai ao encontro dos resultados obtidos na sexta pergunta, quando questionados *Sentes que, ao teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva, ficaste a conhecer e a gostar mais da cidade?* Todos os alunos, à exceção de dois, responderam “Sim”, cujos fundamentos assentam, mais uma vez, na valorização histórica da sua localidade, no sentimento de orgulho a respeito da sua comunidade e na relação passado-presente. Porém, a resposta negativa de um aluno é justificada pelo facto de o mesmo já conhecer o mosteiro⁵⁰.

Tabela XII: Sentes que, ao teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva, ficaste a conhecer e a gostar mais da cidade? Fundamenta a tua resposta.

<p>“Sim, pois acho importante como certas atividades do quotidiano, que foram criadas na Idade Média, ainda hoje são praticadas por nós.”</p>
<p>“Sim, porque ao investigar e conhecer o mosteiro de S. Paulo de Almaziva só me mostrou o quão bonita e histórica é a minha cidade. Possui um grande valor histórico para mim.”</p>
<p>“Sim. Porque fiquei mais orgulhoso das minhas origens, da minha identidade coletiva, dos feitos históricos na minha localidade.”</p>

⁵⁰ Cf. Tabela XII.

“Sim, porque percebi melhor como certas tradições do passado são praticadas no presente e ter estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva recuei à Idade Média para interpretar melhor a atualidade.”

“Não, porque já conhecia e isso não mudou.”

Fonte própria

À questão *Na tua opinião, teres criado um ebook ajudou-te a compreenderes melhor o conceito de Património Histórico-Local? Fundamenta a tua resposta*, dezoito alunos responderam afirmativamente, um aluno respondeu “Mais ou menos”, outro respondeu negativamente e outro respondeu “Não sei”. Estes três últimos não apresentaram nenhuma justificação. Por sua vez, as razões das respostas afirmativas assentam no elevado grau de desenvolvimento de aprendizagens sobre a localidade dos inquiridos, dando conta que, na realidade, a História, que remonta ao passado, é próxima de si, no presente. Além disso, parece-nos evidente que as aprendizagens ocorreram porque o interesse e a motivação para a aprendizagem e compreensão histórica foram uma constante em todas as justificações afirmativas⁵¹.

Tabela XIII: Na tua opinião, teres criado um *ebook* ajudou-te a compreenderes melhor o conceito de Património Histórico-Local? Fundamenta a tua resposta.

“Sim, já que descobri muita informação importante que desconhecia sobre a minha cidade e percebi que a história não é assim tão distante de mim. Também compreendi melhor o conceito já que utilizei uma “ferramenta” diferente do manual, de forma muito interessante.”

“Sim, pois agora sei mais sobre este mosteiro e a sua importância enquanto património histórico-local e aprendi através de um recurso divertido, fora do habitual. Motivou-me muito a descobrir mais sobre a história da minha localidade.”

“Sim, pois melhorei os meus conhecimentos sobre o Património Histórico-Local e sobre um recurso digital que desconhecia, mas achei muito interessante para ser utilizado nas aulas de história.”

“Sim, percebendo que o passado deve comprovar a sua existência e essa existência só é possível graças a estratégias de salvaguarda do património. Por exemplo, se não existisse o mosteiro de São Paulo de Almaziva, eu não conheceria tanta história da minha localidade e se eu não tivesse criado uma história sobre o quotidiano de um monge naquele mosteiro não aprenderia tanto como aprendi acerca da sua rotina e se não tivesse utilizado o canva também não acharia interessante a atividade.”

Fonte própria

Concordando com Dias-Trindade e Carvalho (2020, p. 191), é certo que a segunda intervenção pedagógica, baseada na utilização da plataforma *Canva*, promoveu a

⁵¹ Cf. Tabela XIII.

concretização eficaz das três etapas da aprendizagem, como o “(...) domínio dos conteúdos apresentados, utilização desses mesmos conteúdos através da concretização de pequenas tarefas e, finalmente, apropriação desses mesmos conteúdos para utilização em novas situações”. Constatámos que foi a fase final que potencializou a aprendizagem significativa, em virtude de a concretização dos textos finais narrar uma história, através da qual era esperado que os alunos se apropriassem das informações dos documentos escritos que lhes facultámos, trabalhando-os e criando conteúdos criativos a partir dos mesmos. A redação da narrativa criativa com informações sobre os diversos espaços constituintes do mosteiro e respetivas funções dos monges, assim como a apresentação oral da história foram estratégias eficazes, porque os alunos desenvolveram as suas competências de escrita e da comunicação história.

Em resumo, é do nosso entender que o processo de aprendizagem de História logrou do sucesso, tendo permitido desenvolver criticamente o próprio conhecimento dos alunos. Durante este processo, observámos um maior envolvimento da turma nas atividades propostas, caracterizando-se por uma melhor organização dos conteúdos, de forma resumida, e promovendo a oportunidade da recriação da temática, pelo que os alunos se apropriaram dos factos históricos. Assim, as vantagens da construção do *ebook*, no que concerne ao desenvolvimento da compreensão histórica, por meio da didática do Património Histórico-Local, determinam a ligação com o passado, pelo que consideraram o mosteiro de São Paulo de Almaziva um testemunho do pretérito, que permite estabelecer uma conexão tangível com as gerações vindouras, tornando a História Local mais significativa e próxima dos alunos. Pautou-se por uma aprendizagem prática, pelo que a turma se envolveu muito, demonstrando sempre um grande interesse e uma elevada motivação em todas as atividades práticas desenvolvidas, permitindo, deste modo, estudar a História de forma mais cativante e estimulando o desenvolvimento da aprendizagem. Considerámos também que possibilitou o desenvolvimento de competências históricas, como a interpretação de fontes escritas, a realização de pesquisas e a comunicação das suas descobertas de forma clara, coerente e criativa. Considerámos, igualmente, que o papel da História na construção de memórias e identidades, bem como na capacidade de contextualização de eventos e figuras históricas, foi reconhecido pela maioria da turma. Logo, esta atividade demonstrou potenciar o desenvolvimento de diversas competências nos alunos, como a criatividade por meio de uma plataforma digital nunca utilizada em contexto de sala de aula, a mobilização de conhecimentos estudados autonomamente e a

colaboração entre os colegas, considerando, por isso, exequível com outros conteúdos do programa de História.

Considerações finais

Após a elaboração deste Relatório, é relevante fazer uma reflexão sobre o trabalho realizado no presente ano letivo, pelo que nos deteremos, primeiro, nas questões relacionadas com a Prática Pedagógica Supervisionada e, em segundo lugar, neste trabalho escrito.

O Estágio Pedagógico é um compromisso essencial da formação dos profissionais da educação. Chegado a este momento, é indispensável refletir sobre o que fizemos, os desafios que enfrentámos e como crescemos pessoal e profissionalmente. A evolução pautou-se por um processo de desenvolvimento e melhoria contínua das abordagens, estratégias e métodos que utilizámos para promover uma aprendizagem mais significativa para os nossos alunos. Tal ocorreu à medida que fomos ganhando experiência e valorizando o constante *feedback* da nossa Professora Orientadora e colega Beatriz Rodrigues. Lecionar em cada uma das turmas descritas no capítulo I permitiu-nos compreender que cada turma tem o seu próprio ritmo de aprendizagem e um conjunto de características que a tornam única. Portanto, sendo resilientes na superação dos desafios, todos os momentos em sala de aula permitiram um contacto realista e muito próximo com o trabalho do professor no exercício das suas funções, e, deste modo, consideramos que houve uma evolução positiva do nosso desempenho, pois conseguimos aperfeiçoar e ultrapassar algumas das nossas dificuldades, tanto as que eram beneficemente a favor de nós, quanto as que se mostraram mais desafiantes de superar.

Destaque-se que contornar o obstáculo da exposição oral excessiva constituiu o grande desafio, mas estamos conscientes de que foi fundamental para envolver os alunos no seu processo de ensino-aprendizagem e promover uma aprendizagem eficaz. Para o evitar, procurámos atender às sugestões da Professora Orientadora, elaborando atividades práticas e interativas, envolvendo os alunos e incentivando-os a participarem ativamente no desenvolvimento do seu conhecimento histórico. Com esses propósitos, organizámos tarefas, individuais e/ou em grupo, que requeriam que os alunos aplicassem o que desenvolveram em sala de aula e, por vezes, tentámos demonstrar como determinado conteúdo está relacionado com a vida real e situações do quotidiano, recorrendo a exemplos concretos para ilustrar os principais conceitos. Recorremos aos recursos digitais, permitindo-lhes um maior envolvimento, a revisão dos conteúdos no seu próprio ritmo e o enriquecimento do desenvolvimento do seu conhecimento histórico. Por sua vez, ao longo do ano letivo, as competências pedagógicas, como a gestão da aula, a

comunicação, a promoção da participação e do envolvimento dos alunos e a preparação e o planeamento de materiais de alta qualidade, foram aperfeiçoados. Como resultado, a Prática Pedagógica beneficiou de um melhor desempenho dos alunos, assim como a relação estabelecida com os mesmos.

Num panorama mais abrangente, associado à implementação da Educação Patrimonial, através do uso de recursos digitais, que envolveu uma abordagem teórica e prática, é possível avançar para um quadro síntese dos principais resultados alcançados. Existem várias estratégias que podem ser usadas para transferir o foco de aprendizagem do professor para os alunos, com o propósito de atingir o desenvolvimento do saber histórico, pelo que a aprendizagem eficaz dos alunos depende do papel de mediador do docente no progresso científico e na mediação entre “História-Ciência” e “História-Disciplina”. É neste enquadramento que emerge como opção o Património Histórico-Local, através dos recursos digitais. A ideia de que as fontes patrimoniais, associada aos estudos locais, através do uso dos recursos digitais, podem ser uma estratégia nas aulas é assegurada na abordagem teórica à exploração científico-didática do espaço local. Não apenas podem servir de base para uma abordagem relacionada ao conteúdo programático da disciplina, como também podem ajudar a desenvolver um conjunto de competências científicas, bem como capacidades didáticas inerentes. Portanto, a abordagem do Património Histórico-Local foi pensada como uma estratégia de introdução de conteúdos e de consolidação de conhecimentos.

Quando este estudo começou, através das respostas ao inquérito de diagnóstico, foi evidente que a maioria dos alunos não conhecia o significado do conceito de Património Histórico-Local. Contudo, nos subcapítulos sobre os resultados obtidos, após as intervenções pedagógicas, atestámos que a estratégia mencionada promoveu uma diversidade de competências no âmbito científico, das aptidões e capacidades, bem como das atitudes e valores. Num cenário concreto, de facto, tal foi determinado por meio do cruzamento de informações entre os vários instrumentos de recolha de dados e com recurso à observação e aos registos das notas de campo, pelo que a hipótese alusiva às suas potencialidades foi eficiente no panorama das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Neste sentido, quer como consolidação de conhecimentos, quer enquanto ferramenta de ligação do espaço local aos conteúdos programáticos de História, salientamos o contributo da didática do Património Histórico-Local na aproximação com o passado, que lhes permitiu experienciar aspetos da vida quotidiana e eventos históricos de maneira mais próxima e tangível; no estímulo à curiosidade, atendendo ao facto de

lhes ter despertado o interesse para investigarem de forma mais aprofundada questões históricas associadas às suas localidades; no enriquecimento da compreensão cultural, compreendendo mais e melhor as culturas e identidades das comunidades antigas; e na sensibilização para a salvaguarda, pelos que os alunos, ao terem aprendido sobre o Património e a sua importância histórica, tornaram-se mais conscientes da preeminência de preservar e conservar o legado para as gerações futuras.

No imediato, conclui-se que a obtenção de conhecimentos sobre o passado histórico da presença romana na cidade de Conímbriga e sobre a presença de um forte dinamismo religioso na extinta freguesia de Eiras é um facto consumado. Esta conclusão é sustentada na aprendizagem desenvolvida pelos alunos, verificada, de forma explícita, através das tarefas realizadas e dos resultados obtidos a partir das respostas aos questionários. Ainda, pelo nosso entender, devemos salientar que a estratégia da didática do Património Histórico-Local, num primeiro momento, contribuiu enquanto ferramenta de motivação, visto que, aquando da concretização das diversas atividades, a turma demonstrou sempre muito entusiasmo, aceitando de bom agrado as instruções. Relevaram uma postura adequada ao contexto de fora e dentro de sala de aula, permitindo-lhes também chegarem aos resultados muito satisfatórios. Efetivamente, inferimos a curiosidade sobre a evolução histórica das localidades, ilustrada com os exemplos dos alunos que nos indicaram que tal fator contribuiu para a consciência da valorização do Meio onde se inserem.

Efetivamente, a utilização de diferentes tipos de atividades relacionadas com a estratégia adotada permitiu-nos identificar o desenvolvimento de competências no domínio das aptidões e capacidades a nível da pesquisa, interpretação e análise de informação, tal como no domínio dos recursos digitais enquanto ferramentas de transmissão do conhecimento histórico desenvolvido ao longo do processo ensino-aprendizagem. Na componente do trabalho de grupo, também reconhecemos a sua importância nos aspetos positivos das tarefas correspondentes. Este cenário foi transversal a todas as atividades concretizadas.

Assim, no que diz respeito ao primeiro objetivo específico, o nosso estudo demonstrou que praticamente todos os alunos conseguiram aprender História de forma prática e interessante. Em relação ao segundo objetivo, o desenvolvimento das aprendizagens foi, certamente, reforçado e beneficiado pelo entusiasmo dos alunos e pela sua vontade de concretizarem as tarefas através de recursos digitais, afastando-os do modelo habitual. Significa que as atividades concretizadas através do uso dos recursos

digitais demonstraram que é possível desenvolver o conhecimento histórico dos alunos, em contacto com a História e o Património Local. Por fim, o terceiro objetivo tencionava conhecer a opinião dos alunos sobre a relevância do estudo do Património Histórico-Local e as atividades realizadas. Neste seguimento, avaliámos que a estratégia utilizada fomentou eficazmente a ligação com a identidade coletiva e cultural, tendo em conta que foi fomentado o sentimento de orgulho e pertença ao Meio que rodeia os alunos, compreendendo melhor as suas origens históricas e a sua identidade como parte de uma comunidade. A turma classificou também as atividades como “muito interessantes” e, dado o seu carácter prático, foi-lhes permitido envolverem-se mais no seu processo de ensino-aprendizagem, considerando, por isso, a temática do Património Histórico-Local relevante para a sua compreensão histórica. A relevância desta estratégia assentou ainda nas razões de valorização do passado, permitindo às gerações futuras compreenderem a influência do pretérito no presente e revelando-se conscientes da salvaguarda do futuro.

No nosso concebimento, as temáticas selecionadas para serem abordadas através da História e Património Local demonstraram, neste estudo de caso, uma escolha acertada. Afinal, como mostram os resultados obtidos, após as duas intervenções pedagógicas descritas no capítulo III, os alunos do 7.º X desenvolveram uma compreensão mais alargada, que se reflete no que consideram ser património histórico, elaborando definições mais complexas e abrangentes.

Por outro lado, diretamente associado à especificidade do tipo de atividades realizadas, recorrendo aos recursos digitais, enquanto suporte de apoio na realização das tarefas, no tópico 2.4.2., registámos a sua importância enquanto estratégia didática do Património e História Local. De facto, o trabalho colaborativo e interativo foi potenciado pelo acesso à informação; pela facilidade de acompanhar em tempo real e partilhar os trabalhos de forma rápida e segura; pelo estímulo à criatividade e, de certo modo, à inovação; pelo *feedback* imediato, porque, ao visualizarem o que os colegas estavam a realizar, permitiu-lhes partilharem ideias, entre si, fomentando o espírito crítico; e pela aprendizagem personalizada, alicerçada na vantagem de os alunos acompanharem o seu progresso, desde o início até ao resultado final, na medida em que podem gravar todo o processo, podendo rever as etapas anteriores e aprender com a experiência de forma mais eficiente. Assim, a utilização dos recursos digitais proporcionou-lhes, sobretudo, um maior envolvimento nas atividades propostas e uma maior apropriação dos conteúdos que desenvolveram. Estas potencialidades conduziram a um tipo de aprendizagem mais individualizada, maioritariamente construtivista. Permitiu um trabalho colaborativo entre

a docente e os alunos, através do qual todos colaboraram para desenvolver o conhecimento histórico. Neste tipo de ambiente, a docente deixou de ser a transmissora do conhecimento e os alunos passaram a ser pesquisadores desse mesmo desenvolvimento. A experiência da aprendizagem centrou-se nos estudantes e naquela que foi, efetivamente, o desenvolvimento do seu conhecimento. A validação destas potencialidades assenta nos resultados das atividades concretizadas pelos alunos, acabando por demonstrar que esta turma beneficiou com o estudo desenvolvido, revelando-se uma estratégia vantajosa para os alunos aumentarem a sua produtividade, desenvolverem mais o seu conhecimento histórico e alcançarem bons resultados. Além disso, tendo em conta um dos motivos pelos quais os docentes de História argumentam que os jovens não têm interesse na disciplina, é certo que este tipo de estratégia aumenta o estímulo dos alunos, o que conduz a melhores resultados.

Ademais, de acordo com a corrente pedagógica construtivista, especialmente no que diz respeito às aulas de História, consideramos que o uso dos recursos digitais ajuda os alunos a tornarem-se mais autónomos no trabalho e a desenvolverem, de forma mais prudente, as suas competências em comunicação histórica. Estas experiências dos estudantes, ao poderem pesquisar, exatamente, os conteúdos que necessitam, modificam a forma como encaram o processo de ensino-aprendizagem, promovendo o seu trabalho individual na busca do desenvolvimento do conhecimento histórico. Os recursos digitais permitem, então, que os alunos desenvolvam o espírito crítico — sabendo distinguir o essencial daquilo que é acessório e sabendo processar, filtrar e validar a nova informação a que acedem —, a capacidade de resolução de problemas e de reagir perante diversas situações.

Em suma, após termos apresentado as conclusões mais relevantes, é pertinente tecer algumas considerações gerais sobre o estudo desenvolvido. Em primeiro lugar, parece-nos que a implementação de várias atividades foi muito benéfica, respeitando o princípio da utilização da História e do Património da região de Coimbra. Posteriormente, julga-se que é fundamental enfatizar a variedade de materiais que foram usados durante as tarefas. As fontes históricas e historiográficas são apenas algumas das que utilizámos neste contexto. Despertando o interesse, a vontade de participar na aula, a curiosidade e a criatividade nos alunos, a implementação de atividades de exploração de conteúdos locais, adaptados aos temas, contribuíram significativamente para a qualidade de resultados obtidos nesta turma, tendo por base a utilização dos recursos digitais. Como elemento revelador da condição da sociedade e das questões que ela encerra, o Património

Histórico-Local tem a finalidade de fazer reviver um passado mergulhado no tempo. Não conseguimos pensar sobre o Património nem assimilar os contextos que nele, atualmente, se refletem sem procurar, previamente, compreender como a sua História foi sendo concebida por fragmentos do passado. À distância de um clique ou de um deslizar de um dedo, os alunos, atualmente, devem ser capazes de resgatar a memória cultural, desenvolvendo os sentimentos de responsabilidade, em relação à conservação, preservação e valorização do Património, e de pertença a comunidades portadoras de memórias imprescindíveis à compreensão do presente e à reflexão crítica sobre o futuro. Assim sendo, verificámos com agrado que o 7.º X de uma escola do AECO conseguiu alcançar resultados muito satisfatórios na generalidade das atividades que concretizaram. Por isso, enquanto ferramenta ao serviço do saber histórico, a didática do Património Histórico-Local, através do uso dos recursos digitais, constitui uma estratégia válida e profícua durante as aulas de História.

Bibliografia/Fontes consultadas

- Alarcão, Jorge. (1988). *Introdução ao estudo da História e Patrimónios Locais. Cadernos de Arqueologia e Arte 2*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. (Retirado de: https://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/2013_Patrimonio, acessível em 10 de novembro de 2022)
- Almeida, E. & Solé, G. (2015). O património histórico como recurso pedagógico para a construção do conhecimento histórico. In Glória Solé (Org.). *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência histórica*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho. (Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/53127>, acessível em 10 de novembro de 2022)
- Alves, Luís Alberto Marques. (2014). *A história local como estratégia para o ensino da História. In Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol.3. Universidade do Porto. (Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>, acessível em 10 de novembro de 2022)
- Araújo, Sílvia. (2017). “*Só se ama o que se conhece...*”: *Contributos da História local no ensino da História*. Universidade do Porto. (<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108721>, acessível em 23 de janeiro de 2023)
- Barca, I.; Solé, G; Pinto, H.; Lopez, R. F.; Martínéz, T.& Sabaté, M. (2015). *Educação histórica e educação patrimonial- novos desafios*. In Glória Solé (Org.). *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho. (Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/53131>, acessível em 10 de novembro de 2022)
- Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. Paris: PUF.
- Batalha, A., Fortunato, A., & Dias-Trindade, S. (2021). Inovação pedagógica: o território como recurso educativo. In S. Dias-Trindade, A. M. R. Cordeiro, M. I. Festas & L. Alcoforado (orgs.) (2021). *Políticas e dinâmicas educativas* (pp. 187-202).

Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2054-1>
(acessível em 30 de junho de 2023)

Castells, M. (2005). A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In Castells, M & Cardoso, G (org.). *A sociedade em Rede – Do conhecimento à ação Política*. Centro Cultural de Belém: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Choay, Françoise. (2015). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Comissão Europeia (2013). *Abrir a Educação: Ensino e aprendizagem para todos de maneira inovadora graças às novas tecnologias e aos Recursos Educativos Abertos* [COM (2013) 654final]. Bruxelas: Serviço de Publicações da Comissão Europeia. (Disponível em <https://secure.ipex.eu/IPEXLWEB/dossier/files/download/082dbcc540a5439001416e3>, acessível em 14 de fevereiro de 2023)

Couto, S. C. (2020). *A História Local e o Património Histórico-Cultural no Ensino da História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Retirado de https://estudogeral.sib.uc.pt/retrieve/201288/SergioCouto_versaofinal.pdf, acessível em 10 de novembro de 2022)

Crompton, H. (2013b). A historical overview of mobile learning: Toward learner- centered education. In Z. L. Berge & L.Y. Muilenburg (Eds.). *Handbook of mobile learning*. New York: Routledge.

Damião, Helena. (2021). *Teoria e desenvolvimento curricular. 1.ª Parte. Teoria curricular*. (Apresentação em *PowerPoint*). Coimbra: Universidade de Coimbra.

Dias-Trindade, S. (2014). *O passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3.o Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*. Coimbra. Tese de doutoramento. (Retirado de: <https://eg.uc.pt/handle/10316/26421>, acessível em 30 de outubro de 2022)

Dias-Trindade, S. & Carvalho, J. R. (2020). *História, tecnologias digitais e mobile learning: ensinar História na Era Digital*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

(Retirado de: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/93218/1/Historia_Era_Digital.pdf, acessível em 17 de novembro de 2022)

Dias-Trindade, S. & Moreira, J. A. (2018). Forge of empires: criação de ambientes online para o desenvolvimento de competências de aprendizagem e para a compreensão da evidência histórica e de anacronismos. *Momentos: diálogos em educação*. 27(1). Universidade Federal do Rio Grande (Retirado de <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/7790/5234>, acessível em 23 de novembro de 2022)

Haydn, T.; Arthur, J. & Huny, M. (2000). *Learning to teach history in the secondary school*. London/New York: Routledge.

Horta, Maria de Lourdes P; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial. (Retirado de: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/guia_educacao_patrimonial.pdf, acessível em 10 de novembro de 2022)

Johnson, L.; Adams Becker, S., Cummins, M., Estrada V., Freeman, A. & Ludgate, H. (2013). *NMC Horizon Report: 2013 K-12 Edition*. Austin, Texas: The New Media Consortium.

Maalouf, A. (1998). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.

Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida. (1994). *Didática da História. Património e História Local*. Lisboa. Texto Editora.

Martins, Guilherme d'Oliveira. (2020). *Património Cultura - Realidade viva*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, José Amado. (2009). *Estudos do Património: Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Moura, A. (2010). *Apropriação do telemóvel como ferramenta de mediação em mobile learning: Estudos de caso em contexto educativo*. Braga: Universidade do Minho. (Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13183>, acessível em 11 de novembro de 2022)
- Moura, A. (2012). Mobile learning: Tendências tecnológicas emergentes. In A. A. Carvalho (Org.). *Aprender na era digital*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Moura, A.; Carvalho, A. A. (2013). Framework for mobile-learning integration into educational contexts. In Z. L. Berge & L. Muilenburg (Eds.), *Handbook of mobile education*. New York: Routledge.
- Neto, M. (2015). Percursos da História Local Portuguesa. Monografias e representações de identidades locais. In *Memória e história local: Atas do colóquio internacional*. Coimbra: CHSC.
- Pestana, M., Dias-Trindade, S., & Moreira, J. A. (2020). Desenhando novas realidades didáticas com o poder motivacional dos aplicativos digitais no Ensino da História. *Acta Scientiarum – Education*, 42(1). (<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.52049>, acessível em 30 de junho de 2023)
- Pinto, M. H. (2011). *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*, Universidade do Minho.
- Pinto, M. H. (2013). “Usos del patrimonio en la didactica de la historia: perspectivas de alumnos y profesores portugueses relativas a identidad y conciencia histórica” in *Educatio Siglo XXI*, Vol. 31, nº 1.
- Pinto, M. H. (2016). *Educação histórica e patrimonial. Conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: CITCEM. (Retirado de: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17511.pdf>, acessível em 23 de novembro de 2022)
- Relatório do Desenvolvimento Humano*. (2004). *Liberdade Cultural Num Mundo Diversificado*, n.d. (Retirado de: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2004-hdr-portuguese.2004-hdr-portuguese>, acessível em 08 de novembro de 2022)

- Ribeiro, A. I., & Dias-Trindade, S. (2016). "Conhecer a UC na era mobile: visitas de estudo guiadas por tablets". Coimbra. (https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/44432/1/artigo_TICEDUCA.pdf, acessível em 18 de dezembro de 2022)
- Ribeiro, A. I. & Trindade, S. M. (2017). O ensino da História e tecnologias – conexões, possibilidades e desafios no espaço das Humanidades Digitais. In Porto, C & Moreira, J. A (org.), Educação no ciberespaço – novas configurações, convergências e conexões. (pp. 133- 146). Santo Tirso: Whitebooks
- Ribeiro, A. I., & Dias-Trindade, S. (2017). O ensino da História e tecnologia – conexões, possibilidades e desafios no espaço das Humanidades Digitais. Santo Tirso: WhiteBooks. (<https://core.ac.uk/download/pdf/144050846.pdf>, acessível em 18 de dezembro de 2022)
- Robinson, K. (2010). *Changing Education Paradigms*.
- Ruas, J. (2017). *Como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e teses*. Maputo: Escolar Editora.
- Santiago, Rodrigo Peronti. (2007). *Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais*. Dissertação de Mestrado. (Retirado de: http://www.nomads.usp.br/pesquisas/cultura_digital/lembrancas_digitais/DISSERTACAO_mestrado_RodrigoPeronti_.pdf, acessível em 08 de novembro de 2022)
- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Monteiro, F., Silva, N, Silva., J., Santos, R., Afonso, C., Piedade, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa. Instituto Universitário Militar.
- Schramm, W. (1971). *Notes on case studies of instructional mediaprojects*. Working paper, the Academy for Educational Development, Washington, DC.

Schwengber, Valdir Luiz. (2011). *Novas tecnologias de informação e arqueologia: contribuições para a educação patrimonial*. Revista *Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio*. Criciúma – SC. Vol. 17.

Solé, M. G. (2009). *A História no 1.º Ciclo do Ensino Básico: a Conceção do Tempo e a Compreensão Histórica das crianças e os Contextos para o seu Desenvolvimento*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, Tese de Doutoramento.

Szlachta Junior, A. M., Rodrigues Junior, O., & Bonete, W. J. (2022). - Entrevista com Sara Dias-Trindade: Ensino de História e Humanidades Digitais: perspectiva e possibilidades potencializadoras para a aprendizagem histórica. *História Hoje*. 11(23). (<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/961/474>, acessível em 30 de junho de 2023)

UNESCO. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris. (Retirado de <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, acessível em 1 de dezembro de 2022)

White, C. (1999). It's not just another new thing: Technology as a transformative innovation for social studies teacher education. *In Journal of Technology and Teacher Education*, 7(1), 3-12.

World Economic Forum (WEF) (2015). *New Vision for Education: Unlocking the Potential of Technology*. Cologny/Geneva: World Economic Forum.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso – Planejamento e Métodos*. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman.

Documentos oficiais e Legislação consultada:

Carta do Porto Santo. (2021). *A Cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. (Retirado de: <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2021/05/carta-do-porto-santo/>, acessível em 08 de dezembro de 2022)

Diário da República, Lei de Bases de Sistema Educativo, Lei nº 46/86 de 14 de novembro, Capítulo I, artigo 3º, 1986. (Retirado de: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>, acessível em 08 de dezembro de 2022)

Diário da República, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, artigo 2º, 2001. (Retirado de: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790>, acessível em 08 de dezembro de 2022)

ICOMOS. (1982). *Denition of Heritage and Preservation in Charter for the Preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration)*, Canada French-Speaking Committee.

Martins, Guilherme d'Oliveira (coord). (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação e Ciência*. (Retirado de: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf, acessível em 08 de dezembro de 2022)

Ministério da Educação e Ciência. (2013). *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História (3.º Ciclo do Ensino Básico)*. (Retirado de: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/doc_de_apoio_mc_de_historia_final.pdf, acessível em 08 de dezembro de 2022)

Ministério da Educação e Ciência. (2018). *Aprendizagens Essenciais do 3º Ciclo do Ensino Básico*. (Retirado de: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>, acessível em 08 de dezembro de 2022)

Ministério de Educação. (2001). *Programa de História do 3º ciclo do Ensino Básico*.

UNESCO. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. (Retirado de: <https://adsdatabase.ohchr.org/IssueLibrary/UNESCO%20Universal%20Declaration%20on%20Cultural%20Diversity.pdf>, acessível em 08 de dezembro de 2022)
Volume I. Lisboa.

ANEXOS

Anexo I – Plano Individual de Formação (PIF)



Plano Individual de Formação

O presente ano letivo 2022/2023 enceta a segunda etapa do percurso que tem vindo a ser trilhado por mim, no âmbito de me tornar, futuramente, professora de História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Depois de obter conhecimentos importantes para uma prática docente eficiente, urge o momento de aplicar as competências e ferramentas adquiridas no primeiro ano do curso de 2.º ciclo que frequento – o Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Associando o grande sentido da responsabilidade aos anseios e às expectativas, almejo colmatar os meus receios e tornar possível o desejo de uma Prática Pedagógica Supervisionada proveitosa. Assim, comprometo-me a dar o meu melhor, sempre.

É a partir deste momento que começo a dar os meus primeiros passos a nível profissional, sem desmerecer, evidentemente, o suporte alcançado por todas as profissionais envolvidos neste processo. Aperfeiçoarei, deste modo, as aptidões que farão de mim a professora que se está, ainda, a formar, tendo como referência os docentes que me incutiram o apreço pela História e me influenciaram a seguir a área do Ensino.

Concernente a esta etapa de aprendizagem prática, além das competências pedagógicas, existem as competências funcionais e científicas que eu considero relevantes e, sob o meu ponto de vista, devem estar presentes neste contexto. Relativamente às competências funcionais, saliento as capacidades autocrítica, autonomia, profissionalismo e competência para gerir situações adversas. No que respeita às competências científicas, destaca-se a constante atualização de conhecimentos, o bom domínio das matérias e a seleção de conteúdos significativos. Dedicar-me-ei, pois, a torná-las uma realidade.

De forma a criar empatia nos alunos, ponderei trabalhar a História Local e a Educação Patrimonial, visto que oferece muitas potencialidades para serem exploradas dentro da sala de aula, e é, exatamente, isso que quero desenvolver ao logo do meu relatório, na esperança de que a temática estimule os alunos, tanto quanto me incentivou até então. Para o efeito, pretendo analisar o processo de aprendizagem dos mesmos com a utilização de exemplos da História Local, interligando as temáticas abordadas ao Património da cidade que os envolve.

Por conseguinte de tudo o que foi supramencionado, surge o presente documento, intitulado *Plano Individual de Formação (PIF)*, como forma de compromisso pessoal com o processo de formação. Por se tratar de uma declaração produzida no início do percurso formativo de cada formando, o *PIF* deve ser realista quanto às atividades letivas e não letivas propostas a desenvolver e a observar no decorrer do ano.

Deste modo, **comprometo-me a exercer as seguintes atividades pedagógicas:**

- Assistir a todas as aulas estipuladas pela Professora Orientadora de Escola (para além das destinadas ao Núcleo de Estágio);
- Exercer a atividade de docente no 7.º ano de escolaridade (turma B) da Escola EB 2,3 Inês de Castro, tal como definido pela Professora Orientadora de Escola;
- À luz do estipulado pelo *Plano Anual de Formação*, lecionar, pelo menos, entre 26 a 29 aulas de 50 minutos ou 12 a 14 aulas de 100 minutos e quantas a Professora Orientadora de Escola considerar pertinente;
- Elaborar e aplicar planificações e recursos didáticos;
- Participar em 75% dos Seminários Pedagógicos semanais dirigidos pela Professora Orientadora de Escola;
- Participar em todas as sessões de auto e heteroavaliação;
- Elaborar matrizes, testes e critérios de correção;
- Corrigir testes;
- Realizar avaliação formativa;
- Participar em todas as sessões de avaliação formativa e sumativa;
- Explorar as ideias tácitas dos alunos;
- Aprimorar o vocabulário dos alunos e esclarecer conceitos relacionados com as temáticas desenvolvidas em sala de aula;

- Didatizar o tema do Relatório Final e explorá-lo em sala de aula – usar a História Local e a Educação Patrimonial como recurso didático, de modo a motivar os alunos, criando aprendizagens significativas na aula de História e como fonte histórica;
- Sempre que possível, variar os recursos na prática letiva, de modo a oferecer uma experiência diversificada aos alunos;
- Comparecer nas atividades e nas reuniões ligadas à gestão escolar, como observador, de acordo com a autorização da Professora Orientadora e da Direção da Escola;
- Assegurar a minha participação em atividades incrementadas pela escola e exequíveis fora do contexto de sala de aula;
- Incentivar o trabalho autónomo por parte dos alunos;

Para além das atividades pedagógicas suprarreferidas, **a nível pessoal e social proponho-me a:**

- Educar e preparar os alunos para o saber fazer e para o saber estar;
- Preparar os alunos para compreenderem os conteúdos, dotando-os de capacidades de compreender melhor problemáticas atuais e conhecer as suas origens;
- Didatizar o tema do relatório e aplicá-lo junto da turma;
- Preparar os alunos para o interrogatório dos conteúdos, estimulando o debate participativo;
- Promover de modo sistemático, dentro da sala de aula e fora da mesma, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, solucionar problemas e tomar decisões com base em valores.

Docentes: _____ Discente: _____

Anexo II – Primeiro teste de Avaliação Sumativa do 7.º X



Escola EB 2,3 Inês de Castro
2022-2023

Ficha de Avaliação Sumativa de História – 7.ºX

Tema: Das sociedades recoletoras às sociedades produtoras

Nome do Aluno: _____ N.º _____

Classificação: _____

Prof.: _____ Enc. de Educação: _____

Atenção!
As tuas respostas devem mostrar que:
Conheces aspetos essenciais do tema
Sabes interpretar fontes
Escreves com rigor, clareza e usas conceitos específicos
Localizas e ordenas no tempo e no espaço os factos apresentados

I – As Sociedades Recoletoras

Fonte A



Fonte B



1. Identifica os tipos de fontes representadas nas Fontes A e B. [7 pontos]

Fonte A: Fonte material

Fonte B: Fonte escrita

Cada identificação correta - 3,5 pontos

Apresenta elemento válido aproximado - 2,1 pontos

2. Associa cada etapa de hominização (Coluna A) à respetiva conquista (Coluna B). Regista cada correspondência (n.º e alínea) na linha abaixo. [12,5 pontos]

Coluna A	Coluna B
1. Australopiteco	a) Invenção da agricultura
2. Homo habilis	b) Produção do fogo.
3. Homo erectus	c) Enterramento dos mortos.
4. Homo sapiens	d) Fabrico de instrumentos
5. Homo sapiens sapiens	e) Início da locomoção bípede.
	f) Arte rupestre

Resposta: 1- e; 2- d; 3- b; 4- c; 5- f [atenção que a) corresponde ao Neolítico]

Cada correspondência correta é cotada com 2,5 pontos.

3. Apresenta duas vantagens do domínio do fogo. [8 pontos]

Entre outras vantagens, o domínio do fogo pelo Homem permitiu:

- aquecer os abrigos, protegendo-o do frio;
- iluminar os abrigos, estendendo o tempo das atividades que desenvolvia;
- cozinhar os alimentos, tornando-os mais saborosos e tenros;
- aguçar alguns instrumentos que produzia;
- afugentar animais ferozes.

O aluno apresenta duas vantagens do domínio do fogo (entre as possibilidades mencionadas ou outras igualmente válidas, de modo especificado - 8-6 pontos

Apresenta duas vantagens, de modo genérico ou uma de modo especificado - 5-4 pontos

Apresenta algum elemento válido, de modo vago/impreciso - 3-2 pontos

4. Completa este texto sobre aspetos importantes do Paleolítico. [20 pontos]

Neste período da História, incluído na era da Pré-História, o Homem vivia da **recolecção**, isto é, daquilo que recolhia da Natureza, como **frutos**, raízes, ovos ou mel. Também se dedicava a outras atividades económicas, nomeadamente a pesca e a **caça**. Quando os alimentos faltavam num certo local, era obrigado a deslocar-se para outro. Por isso, tinha um modo de vida **nómada**.

Neste período da História, também designado por **Idade da Pedra Lascada**, os primeiros homens utilizavam a técnica da **lascagem** da pedra, de modo a produzirem instrumentos, como, por exemplo, os **bifaces**.

Cada palavra correta é cotada com 2,5 pontos

NB: os espaços correspondentes às palavras "frutos" e "bifaces" poderão ser preenchidos com outras igualmente válidas.

Observa atentamente as Fontes.

Fonte C



Fonte D



5. Indica os tipos de arte representados nas Fontes C e D. [8 pontos]

Fonte C: Arte rupestre

Fonte D: Arte móvel

Cada identificação correta é cotada com 4 pontos

Se apresenta elemento válido aproximado - 2-1 pontos

II – Compreendes aspetos essenciais do Neolítico

Fonte E

Aí [no Crescente Fértil] as pessoas começaram a abandonar a sua vida de caçadores nómadas (...). Com o tempo descobriram que, se guardassem algumas dessas sementes e as espalhassem, obteriam novas plantas (...). Tinham começado a cultivar.

David Attenborough, O Primeiro Éden. O Mundo Mediterrânico e o Homem.

1. Identifica:

a) a atividade económica a que a Fonte E se refere. [5 pontos]

A atividade económica que o autor da Fonte E menciona é a agricultura.

O aluno identifica a atividade económica de modo preciso - 5 pontos

Apresenta algum elemento válido, "colado" da fonte ou mais impreciso - 4-1 pontos

b) o novo modo de vida destas comunidades. [5 pontos]

O modo de vida das comunidades do período do Neolítico é sedentário (isto é, passam a viver num local fixo).

O aluno identifica o modo de vida - 5 pontos

Define-o, mas não usa o conceito - 4 pontos

Apresenta algum elemento válido, embora vago - 3 - 1 pontos

2. Relaciona esse novo modo de vida com a economia produtora. [10 pontos]

No final do Paleolítico, o clima tornou-se mais húmido e quente, o que fez recuar os glaciares e aumentar as terras férteis, sobretudo na região do Crescente Fértil.

Observando e experimentando, estas comunidades aprenderam a cultivar e a domesticar animais, começando a produzir os seus alimentos. Assim, adotaram uma economia produtora (através da agricultura e da pecuária), não precisando de continuar a deslocar-se para encontrar alimentos. Fixaram-se em aldeias, tornando-se sedentárias.

O aluno consegue estabelecer a relação pedida através de uma explicação especificada - 10-7 pontos

O aluno estabelece a relação pretendida através de uma explicação genérica - 6-4 pontos

O aluno estabelece a relação pedida através de modo vago/impreciso - 3-1 pontos

Fonte F



3. Indica três inovações técnicas do Neolítico representadas na Fonte F. [7,5 pontos]

A Fonte F ilustra estas inovações técnicas:

3

- cestaria
- cerâmica
- polimento da pedra
- tecelagem

Cada técnica identificada (entre as acima listadas) é cotada com 2,5 pontos.

4. Coloca um V ou um F à frente de cada frase consoante a consideres verdadeira ou falsa, respetivamente. [5 pontos]

- a) No Neolítico os homens prestavam culto à Natureza e aos mortos através de monumentos megalíticos e de esculturas da deusa-mãe. **V**
- b) Os menires são construções em pedra, em altura, que teriam funções funerárias. **F**
- c) As antas ou cromleques são monumentos megalíticos, onde as comunidades se reuniam para prestar culto à Natureza. **F**
- d) Os megálitos mostram elevado grau de organização destas comunidades. **V**
- e) As estátuas da deusa-mãe seriam amuletos que enterravam com os mortos. **F**

Respostas: V F F V F

A classificação correta de cada alínea vale 1 ponto.

5. Corrige as afirmações falsas, nas linhas abaixo, indicando as respetivas alíneas. [5 pontos]

- b) Os menires são construções em pedra, em altura, que teriam funções associadas ao culto da fecundidade.
- c) As antas ou dólmenes são monumentos megalíticos, onde as comunidades enterrariam os seus mortos mais importantes e seus pertences (monumentos funerários) OU Os cromleques são monumentos megalíticos, onde as comunidades se reuniam para prestar culto à Natureza.
- e) As estátuas da deusa-mãe seriam amuletos relacionadas com cultos de fertilidade.

A reformulação correta das alíneas b) e e) vale 1,5 pontos

A reformulação da alínea c) vale 2 pontos.

Fonte G



Mapa Mundi

6. Assinala no mapa (Fonte G), com um círculo, o local onde surgiram as primeiras comunidades produtoras. [7 pontos]

O aluno assinala adequadamente a zona do Crescente Fértil – 7-5 pontos.

O aluno assinala de modo mais ou menos próximo a zona do Crescente Fértil – 4-1 pontos.

A Prof. Manuela Carvalho
25 out 2022

Anexo III – Matriz do primeiro teste sumativo do 7.º X



|ESCOLA EB

7º Ano | Turma X

Data Tempo de realização: 25/27.10.22; 50 minutos

Matriz do Teste de Avaliação Sumativo de História N.º 1- 2022-2023

Objeto de avaliação		Características e estrutura do teste		Critérios gerais de classificação	Estudo
Objetivos gerais/ Competências	Subdomínios (conteúdos)	Tipos de perguntas	Cotação (aprox.)		
<p>Interpretar fontes históricas (textos, imagens).</p> <p>Localizar e sequenciar acontecimentos e processos relevantes – orientação no tempo e no espaço.</p> <p>Mostrar que compreende, aplica e mobiliza, de modo contextualizado e crítico, os aspetos mais relevantes dos temas estudados.</p> <p>Usar linguagem cuidada e identificar/definir/aplicar os conceitos de: Fonte Histórica, Paleolítico, Hominização, Economia Recoletora, Nomadismo, Arte Rupestre, Arte Móvel Neolítico, Economia Produtora, Sedentarização, Megálitos</p>	<p>I- As Primeiras Sociedades Recoletoras (Paleolítico)</p> <ol style="list-style-type: none"> Referir etapas importantes do trabalho de reconstrução do passado pelos historiadores. Distinguir os principais tipos de fontes históricas. Explicar aspetos significativos da origem do Homem, identificando e sequenciando as principais etapas do processo de hominização (Australopiteco...). Explicar/caracterizar as principais mudanças físicas, mentais e sociais ocorridas durante o processo de hominização (bipedia, cerebralização ...). Referir processos de produção do fogo e vantagens do seu uso. Identificar as atividades económicas e o tipo de economia praticada pelos primeiros homens. Relacionar a economia recoletora com o modo de vida nómada. Identificar, distinguir e atribuir significado às primeiras manifestações artísticas: Arte móvel e Arte Rupestre. <p>II- As Primeiras Sociedades Produtoras (Neolítico)</p> <ol style="list-style-type: none"> Relacionar as conquistas humanas e as transformações do clima com a alteração do modo de vida destas comunidades. Identificar/explicar as mudanças características deste período da História (estudar esquema-síntese). Relacionar o surgimento das primeiras aldeias – na região do Crescente Fértil (Próximo Oriente) – com a economia de produção e a sedentarização (Revolução Neolítica). Integrar as novas atividades artesanais (novas técnicas e instrumentos) nas necessidades da economia de produção e das sociedades sedentárias. Identificar, distinguir e atribuir significado às manifestações artísticas deste período (esculturas da deusa-mãe; monumentos megalíticos). 	<p>O teste é constituído por 2 grupos.</p> <p>Grupo I 5-7 Questões de interpretação de fontes, compreensão de histórica/aplicação de conceitos</p> <p>Grupo II 5-7 Questões de interpretação de fontes, compreensão de histórica/aplicação de conceitos e localização espacial e temporal</p> <p>Tipologia de questões - Itens de construção - Texto lacunar - Localização geográfica - V/F</p>	<p>25-30</p> <p>40</p> <p>25-30</p>	<p>Texto lacunar É atribuída a cotação prevista quando a seleção da palavra constante da caixa é a adequada.</p> <p>Itens de construção: constituem critérios gerais no âmbito das competências específicas da disciplina de História, os seguintes parâmetros: - A pertinência da resposta em relação à questão formulada; - O modo como a fonte/ documento é analisada(o), valorizando-se a interpretação e não o simples parafraseamento; - A mobilização de conhecimentos e de conceitos específicos do tema em foco.</p> <p>Localização geográfica: é atribuída a pontuação total quando o espaço solicitado é assinalado com rigor.</p> <p>Verdadeiro/ Falso (V/F): É atribuída a cotação prevista quando se identifica, de forma inequívoca, se a frase está ou não correta.</p>	<p>Caderno diário</p> <p>Materiais fornecidos na aula e na <i>Classroom</i></p> <p>Manual (“História sob investigação 7”) págs. 8 - 27</p> <p>Fichas do caderno de atividades 10-14 (facultativo)</p>

Professora Manuela Carvalho/ Grupo de Estágio
20.10.2022

Anexo IV – Questionário de diagnóstico – Património Histórico-Local



Questionário I - Património Histórico-Local

Este é um questionário anónimo.

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório Final do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pretende dar a conhecer o nível de conhecimentos que os alunos inquiridos apresentam previamente em relação ao Património Histórico-Local.

ana.luisa.vitor.00@gmail.com [Mudar de conta](#)

✉ Não partilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Género: *

- Feminino
 Masculino

2. Idade: *

A sua resposta _____

3. Em que localidade vives? *

A sua resposta _____

4. Numa escala de 1 a 10 avalia o teu interesse pela didática do Património: * Assinala apenas uma opção.

Pouco 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

5. Sabes o que é Património Histórico-Local? *

- Sim
 Não

5.1. Se sim, por palavras tuas, diz o que entendes por Património Histórico-Local. *

A sua resposta _____

6. O que é que consideras como Património Histórico? * Podes escolher mais do que uma opção.

- Fado
 Gastronomia
 Estátuas
 Festas populares
 Mitos e lendas
 Cultura
 Castelos

7. Que Património de Coimbra conheces? * Podes escolher mais do que uma opção.

- Universidade de Coimbra
 Torre de Almedina
 Paço das Escolas
 Biblioteca Geral
 Colégio de São Jerónimo
 Jardim Botânico
 Associação Académica de Coimbra
 Sé Velha
 Mosteiro de Santa Cruz

8. Consideras importante respeitar, salvaguardar e preservar o Património? *

Sim

Não

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



Anexo V – Questionário de diagnóstico – Literacia Digital



Questionário II - Literacia Digital

Este é um questionário anónimo.

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório Final do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pretende dar a conhecer o nível de conhecimentos que os alunos inquiridos apresentam previamente em relação ao Património Histórico-Local.

esf@ua.pt ou esf@ua.pt - [Mudar de e-mail](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Tens computador em casa? *

- Sim
 Não

2. Tens tablet ou iPad em casa? *

- Sim
 Não

3. Tens telemóvel em casa? *

- Sim
 Não

4. Costumas levar alguma destas tecnologias para a escola? *

- Sim
 Não

5. Fora de casa tens acesso à Internet num destes dispositivos móveis? *

- Sim
 Não

6. Que aparelhos tecnológicos estás habituado a usar? *

Podes escolher mais do que uma opção.

- iPad ou tablet
 Computador
 Telemóvel
 Outro

6.1. Utilizas estes dispositivos móveis com que finalidades? *

Podes escolher mais do que uma opção.

- Jogar
 Opção 2
 Fazer trabalhos escolares
 Contactar com os amigos

7. Qual é o recurso que mais gostas de utilizar para aprender História? *

Podes escolher mais do que uma opção.

- Manual
 Ferramentas tecnológicas
 Visitas de estudo

Enviar

[Limpar formulário](#)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Anexo VI – Questionário de auto e heteroavaliação

Auto e heteroavaliação da visita de estudo a Conímbriga 7º

09/07/23, 18:28

Auto e heteroavaliação da visita de estudo a Conímbriga 7º

Caro Aluno,

No dia 14 visitaste o Museu Monográfico de Conímbriga, com o objetivo de melhor conheceres o património histórico-cultural e geomorfológico do local onde se instalaram os romanos há mais de 2 milénios e, assim, articulares e concretizares saberes explorados em sala de aula em diversas disciplinas.

Porque consideramos que a tua voz é importante para podermos melhorar a qualidade das atividades que desenvolvemos, pedimos o teu contributo na avaliação desta atividade, sabendo que irás responder com empenho, honestidade e rigor.

Este inquérito inclui 3 secções. Na primeira pretende-se obter dados sobre quem responde. Na segunda, as tuas ideias sobre diversos domínios da atividade. Por último, na terceira secção, o objetivo é perceber o tipo de aprendizagens que efetuaste e corresponder a alguma dúvida ou sugestão que apresentes.

A prof.,
Manuela Carvalho

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Email *

2. Indica o teu primeiro nome e o último apelido. *

Secção 2 - Avaliação de vários domínios da sessão

Nesta secção pretende-se avaliar diversos domínios da visita. Para cada um dos pontos, escolhe o nível que entendes ser o mais adequado, de 1 a 5, para representar a qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pela atividade. Tem em conta esta escala:

1 – discordo completamente; 2- discordo parcialmente; 3 – concordo parcialmente; 4 – concordo; 5 concordo absolutamente.

https://docs.google.com/forms/d/1EURF5Ry1Tv03FLA5Tx5D8qs_mwErGN6pHkeBHM9_ms8/printform

Página 1 de 5

Auto e heteroavaliação da visita de estudo a Conímbriga 7º

09/07/23, 18:28

3. O tempo dedicado a cada uma das atividades foi o adequado. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

4. A visita decorreu num ambiente de bom comportamento e civismo. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

5. Os objetivos da visita foram atingidos. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

6. Aprendi muito nesta visita. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

https://docs.google.com/forms/d/1EURF5Ry1Tv03FLA5Tx5D8qs_mwErGN6pHkeBHM9_ms8/printform

Página 2 de 5

10. Do que mais gostei na visita foi ... *

11. Proponho esta alteração para melhorar uma próxima atividade ...

12. Deixo aqui outras observações que considero importantes e não se incluem nas resposta anteriores.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

7. Vou aplicar as novas aprendizagens em situações da escola e/ou da vida. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Secção 3 -Avaliação global

Escolhe o nível que entendes mais adequado para representar a qualidade das experiências e aprendizagens proporcionadas pela visita de estudo.


8. No geral, avalio a atividade com o nível... *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

9. Entre o que aprendi de mais importante, destaco ... *

Anexo VII – Questionário de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos sobre a visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga e a construção de um roteiro virtual



Questionário sobre a visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório Final do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pretende aferir o nível de conhecimentos que os alunos inquiridos apresentam em relação ao Património Histórico Local, após a realização de uma visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga.

[Inicie sessão no Google](#) para guardar o seu progresso. [Saiba mais](#)

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Consideras que o que aprendeste durante a visita de estudo ajudou-te a compreenderes melhor os conteúdos lecionados na sala de aula? Justifica a tua resposta.

A sua resposta

2. Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Justifica.

A sua resposta

3. Numa escala de 0 a 10 avalia o quão motivador foi para a tua aprendizagem teres visitado o Museu Monográfico de Conímbriga. Assinala apenas uma opção.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

4. Após a realização da visita de estudo, atribuis outra importância ao espaço que te rodeia? Justifica.

A sua resposta

5. O que é que entendes por Património Histórico-Local? *

A sua resposta

6. Na tua opinião, teres criado um roteiro virtual, através do Padlet, contribuiu para a tua aprendizagem? Justifica.

A sua resposta

7. Na tua opinião, o que achaste das atividades? *

A sua resposta


Enviar **Limpar formulário**

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Anexo VIII – Questionário de autoaprendizagem e de autoperceção dos alunos sobre o *ebook* – Mosteiro de S. Paulo de Almaziva



Questionário sobre o Património Histórico-Local - Mosteiro de S. Paulo de Almaziva

Este é um questionário anónimo.

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório Final do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pretende aferir o nível de conhecimentos que os alunos inquiridos apresentam em relação ao Património Histórico-Local, após a realização de um ebook sobre o mosteiro de S. Paulo de Almaziva.

***Obrigatório**

1. Consideras que o que aprendeste nas aulas ajudou-te a compreenderes melhor a História da tua cidade? Justifica a tua resposta. *

2. Consideras que estudar o Património Histórico-Local foi motivador para a tua aprendizagem? Dá alguns exemplos. *

3. Numa escala de 0 a 10 avalia o quão motivador foi para a tua aprendizagem * teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva?
Assinala apenas uma opção.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

4. Consideras importante conhecer o Património Histórico da tua cidade? Fundamenta a tua resposta. *

5. O que é que entendes por Património Histórico-Local? *

6. Sentes que, ao teres estudado o mosteiro de S. Paulo de Almaziva, ficaste a * conhecer e a gostar mais da cidade? Fundamenta a tua resposta.

7. Na tua opinião, teres criado um ebook ajudou-te a compreenderes melhor o * conceito de Património Histórico-Local? Fundamenta a tua resposta.

8. Na tua opinião, o que achaste da atividade? *

Google Formulários

Anexo IX – Etapa A – Quiz

Questões	Respostas
1. Hoje visitas uma importante cidade da Península Ibérica no tempo dos romanos. Que nome deram os romanos a esta península?	R.: Hispânia.
2. A que província do Império pertenceu Conímbriga, na época imperial?	R.: Lusitânia.
3. Falando de Império, o 1º imperador romano foi: A. Júlio César. B. Octávio César Augusto. C. Tibério César.	R.: B. Octávio César Augusto.
4. Que meses do ano foram batizados com os nomes de Júlio César e de Octávio César Augusto, respetivamente?	R.: Julho e Agosto.
5. Completa o provérbio: “Todos os caminhos...”	R.: “... vão dar a Roma”.
6. Completa também este: “Em Roma...”	R.: “... sê romano”.
7. Nesta visita, pisarás uma secção da rede viária que ligava todas as cidades do Império à sua capital. Como se chamava a via/estrada principal (do território hoje português) a que a cidade estava ligada?	R.: Olissipo Bracara-Augusta
8. Estas estradas tinham, em geral, uma largura de mais de: A. 2 metros.	R.: 4 metros.

<p>B. 4 metros.</p> <p>C. 8 metros.</p> <p>D. 12 metros.</p>	
<p>9. Nas estradas, os marcos miliários indicavam...</p>	<p>R.: Eram marcadores de distância, mil passos, que correspondiam a c. 1480 metros.</p>
<p>10. Por estas estradas, passavam senadores, comerciantes, escravos, legionários, entre outros. Que animal era usado como símbolo do exército e do Império?</p>	<p>R.: A águia.</p>
<p>11. Indica uma máquina de guerra e uma tática usadas pelo exército romano.</p>	<p>R.: Catapulta; aríete; torre de assalto.</p>
<p>12. Nesta cidade, todos falavam a língua dos Romanos. Qual era?</p>	<p>R.: O Latim.</p>
<p>13. Já usaste ou ouviste algumas expressões em latim. Vê se consegues completar esta máxima da educação clássica: “<i>Anima Sana in Corpore...</i>”</p>	<p>R.: “... <i>Sano</i>”.</p>
<p>14. Que relação existe entre esta frase e uma marca de calçado e roupa desportiva?</p>	<p>R.: <i>ASICS</i>, marca de calçado e roupa desportiva.</p>
<p>15. A propósito de desporto e jogos, como se chamava o local onde se realizavam vários tipos de jogos, nomeadamente entre gladiadores?</p>	<p>R.: Anfiteatros.</p>
<p>16. Nos circos havia corridas de carruagens (bigas, quadrigas) e outras competições. O Circo</p>	<p>R.: D. 250 000.</p>

<p>Máximo, de Roma, podia ter este n.º de espectadores:</p> <p>A. 50 000.</p> <p>B. 100 000.</p> <p>C. 150 000.</p> <p>D. 250 000.</p>	
<p>17. Em cada cidade romana, para além dos anfiteatros, não podiam faltar outros edifícios ou equipamentos públicos. Indica 2 deles.</p>	<p>R.: Fórum, termas, templos, aquedutos...</p>
<p>18. Todos os habitantes livres de Conímbriga e do Império passaram a ser considerados cidadãos plenos em 212 d.C, no tempo deste imperador:</p> <p>A. Cláudio.</p> <p>B. Constantino.</p> <p>C. Caracala.</p> <p>D. Teodósio.</p>	<p>R.: C. Caracala.</p>
<p>19. Vais visitar vestígios da praça principal da cidade, que, nas cidades romanas ficava na intersecção do <i>cardus</i> e do <i>decumanus</i>. Como se chamava?</p>	<p>R.: Fórum.</p>
<p>20. Nesta visita, terás a oportunidade de observar vestígios de arte romana. O que é que os romanos usavam para decorar o chão e as paredes das <i>domus</i> e de edifícios públicos.</p>	<p>R.: Mosaicos.</p>

Anexo X – Flyer da Visita de Estudo



Escola EB 2,3 Inês de Castro
Alunos do 7.º Ano

VISITA DE ESTUDO AO MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

14/02/2023

As origens da povoação remontam ao II Milénio a.C. Delimitada pelas escarpas do Rio dos Mouros, a Sul, e instalada sobre o "canhão de origem flúvio-cárstica de formação milenar", a povoação forma quarteirões irregulares, que se mantêm no período romano. Nesta época, seria uma cidade de média dimensão, com cerca de 6 000 habitantes, que atingiu o seu apogeu na 2ª metade do séc. I, quando foram construídos o fórum, as termas públicas e o aqueduto.

Arasada pelas pilhagens e hábitos rústicos do invasor, que se seguiu à conquista dos suevos, em 468, a cidade perde a sede de bispado para Coimbra, cerca de 580, e muita população. Em 986, durante a Reconquista, os exércitos de Almançor incendiaram a cidade, forçando a restante população a deslocar-se para a atual Condeixa-a-Velha.

Os primeiros trabalhos arqueológicos iniciaram-se em 1899, prosseguindo ainda hoje, tendo sido escavada cerca de 17% da extensão da antiga cidade.

Ajusta-te ao calendário juliano e prepara-te para a visita a alguns dos locais a seguir indicados. Lembra-te: "Em Roma [ou noutra cidade do Império], sê ...".



Reconstituição da cidade de Conímbriga



1. A Casa dos Repuxos

Exemplo de "domus" do séc. II, de grande peristilo ajardinado, a sua estrutura assemelha-se a algumas do Palatino, em Roma, com os jogos de água ajardinados, no centro dos peristilos (galerias de colunas), destacando-se os conjuntos de mosaicos, que retratam cenas do quotidiano e da mitologia.

2. As Muralha do Baixo Império

Construída no final do séc. III - início do IV, teve o objetivo de defender a cidade da instabilidade política e militar do Império, substituindo a construída no tempo do Imperador Octávio. O perímetro da cidade foi reduzido aos limites da Idade do Ferro. Edifícios e outras estruturas, doravante extramuros, foram demolidos, servindo de materiais de construção. Com 6 metros de altura, espessura média de 3 metros e equipamento militar destinado a uma guarnição permanente, a nova muralha deveria garantir a defesa da cidade.



3. As Vias

As portas da cidade estabeleciam ligação com a principal via do território correspondente hoje a Portugal, que ligava "Olisippo" (Lisboa) a "Bracara Augusta" (Braga), a qual passava por "Aeminum" (Coimbra). Ao longo desta ampla rede de vias foram edificados marcos miliares, grandes colunas de pedra indicando a distância entre locais (mil passos correspondiam a c. 1480 metros). Os romanos construíram na Península 8 500 km de estradas dos 90 000 que percorriam o Império.



MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

2

3. A Insula do Aqueduto

Construída nos finais do século I a.C., compunha-se de várias residências, ocupadas por pessoas de condição social mais modesta, e por lojas de comércio e artesanato, no rés-do-chão. Era um edifício de grandes dimensões, de 3 pisos. No seu centro, podemos observar um pátio, que servia de zona de circulação e de armazenamento, dando acesso a umas latrinas.



4. Casa atribuída a Cantaber

É uma das mais amplas "domus" do mundo romano ocidental, atribuída ao aristocrata imperial, Cantaber. Foi construída no século I, sobre outro edifício, e resistiu até ao abandono da cidade. Ocupa todo o quarteirão, organizando-se à volta de um eixo principal: entrada, peristilo central, "triclínium", jardim, 4 peristilos laterais. Dispõe de termas privadas, três lagos e um "impluvium", ao redor do qual se situavam os quartos. Dois dos mosaicos ali encontrados estão expostos no Museu.



MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

3

5. O Fórum

Era o centro de qualquer cidade romana e nele se encontrava o grande santuário dedicado ao culto do Imperador, rodeado por um pórtico assente num criptopórtico (fundações semienterradas para nivelar o terreno). Monumentos honoríficos aos magistrados e notáveis da cidade, lojas e tribunal preenchiam o restante espaço.



6. Grandes Termas do Sul

Espaço dedicado ao lazer e aos banhos públicos, do tempo do Imperador Trajano (final séc. I - início do II). Estava dividido em três blocos principais: a palestra/ginásio, na entrada; ao centro, o "tepidarium" e o "caldarium"; no final, numa grande piscina de água fria e zona de passeio, aberta à paisagem.



7. Museu

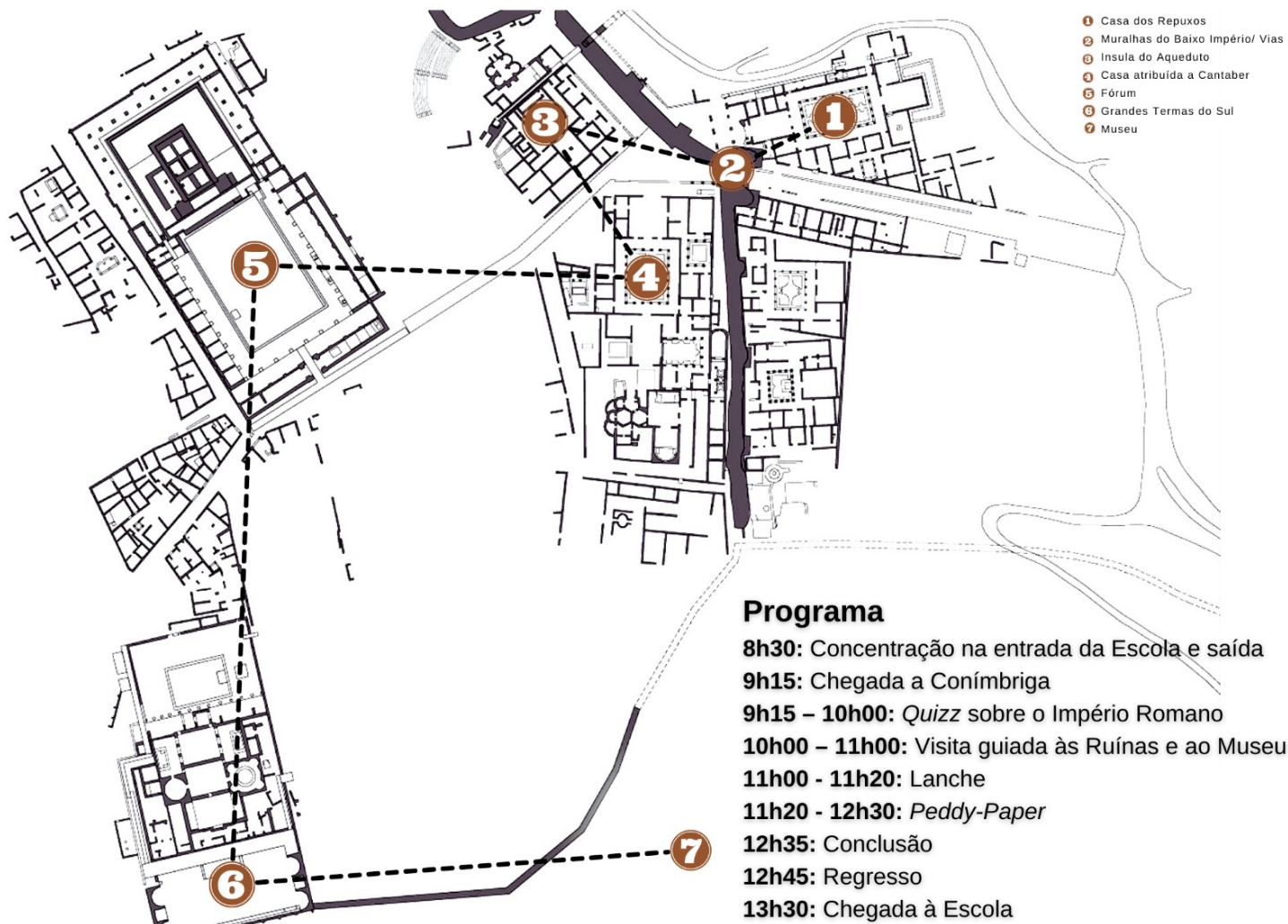
É constituído, maioritariamente, por utensílios da vida quotidiana dos romanos, ligados às atividades agrícolas, artesanais, piscatórias e comerciais. Neste, destaca-se a sala dedicada à arquitetura pública da cidade e a maquete, que reconstitui o monumento central – o fórum – na sua melhor fase, em finais do século I (época flaviana).



Pe! Equipa Organizadora,
Prof. Manuela Carvalho | Grupo de Estágio

MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA

4



Programa

- 8h30: Concentração na entrada da Escola e saída
- 9h15: Chegada a Conímbriga
- 9h15 – 10h00: *Quizz* sobre o Império Romano
- 10h00 – 11h00: Visita guiada às Ruínas e ao Museu
- 11h00 - 11h20: Lanche
- 11h20 - 12h30: *Peddy-Paper*
- 12h35: Conclusão
- 12h45: Regresso
- 13h30: Chegada à Escola

VISITA DE ESTUDO A CONÍMBRIGA - 14.02.2023

Peddy-paper

Esta atividade orienta a tua descoberta de outras marcas importantes do passado desta cidade.

Os teus professores estarão por perto para fornecerem algum esclarecimento adicional. No entanto, lembra-te que deves descobrir as respostas por ti próprio, a partir das pistas fornecidas neste guia. Dialoga com o teu grupo, com as pessoas dos locais e recorda aprendizagens e informações obtidas anteriormente. Marchando e descobrindo, todos têm de estar na praça do Museu às 12H30 (7A, B, C e D).

Desejamos-te um trabalho de pesquisa alegre e produtivo. Um detetive do passado (historiador) nunca desiste de encontrar a resposta adequada para uma pergunta, questionando as fontes (vestígios), sendo persistente e usando o seu raciocínio crítico.

O coordenador de cada grupo deve entregar este guia preenchido à/ao respectiva/o professor/a de História no final da visita, para que possa ser classificado e apurado o grupo vencedor.

Bom trabalho!



Prepara-te, então, para seguir atenta e criticamente o guia dos locais da visita. Acerta o calendário juliano, prepara os materiais de registo escrito e fotográfico e viaja até à Antiguidade Clássica!



1. Antes de mais, caracteriza o estado do tempo hoje (lembra-te do que tens aprendido em Geografia).

2. Indica em que tipo de paisagem geológica se inserem as Ruínas de Conímbriga (usando os teus conhecimentos de Ciências Naturais).

3. Ainda fora das muralhas, caminhando à esquerda, encontrarás vestígios do que, em tempos romanos, foi um edifício longo, construído no início do século I. Era ocupado, quase exclusivamente, por _____, com um possível piso superior destinado à habitação.

4. Seguindo em frente, continuando extramuros, encontrarás importantes vestígios de casas romanas destinadas aos habitantes mais importantes, as quais se designavam _____. Essas casas têm detalhes particularmente interessantes ...



Página 1

Anexo XI – Peddy-paper da Visita de Estudo

5. Na primeira casa, destacam-se os elementos decorativos do pavimento (chão). Olha bem. Detetas algum elemento decorativo familiar? Qual? _____ O que terá a ver com os romanos?

6. Mais adiante, na mesma direcção, encontrarás outra casa, à qual se deu um nome fúnebre. Indica-o: _____. Explica porque lhe terá sido dado este nome:



7. Voltas para trás e diriges-te ao lado direito da entrada das muralhas. Estás agora em frente à casa representada na imagem ao lado. Aqui existe um importante mosaico, que evoca a mitologia grega. Procura-o e identifica a lenda que lhe está associada: _____

Sem entrares no labirinto, faz um registo fotográfico desse mosaico.

8. Agora, entra no espaço muralhado da cidade de Conímbriga. Estás a caminhar em cima de uma _____

romana, que estabelecia ligação com a principal via construída pelos romanos no território que vem a ser português. Como se chamava esta estrada?

9. Ao longo da visita, observaste vários tipos de rochas sedimentares. Lembrando-te, outra vez, do que aprendeste em Ciências Naturais, refere três tipos destas rochas.



Verifica as horas. _____ em ponto!



A missão termina na entrada do Museu, às 12H30

Mas, já chegaste ao Museu. Observa atentamente alguns dos vestígios reveladores dos costumes e atividades quotidianas dos habitantes desta cidade (nas duas salas do Museu), para corresponderes também aos desafios finais.

Página 2



10. Indica três províncias do Império Romano, para além da Hispânia. _____

11. Percorre as vitrinas. Entre muitos outros vestígios ou fontes históricas, podes observar mais de uma centena de moedas, descobertas na cidade. Indica o nome de uma moeda de prata _____ e outra de bronze _____ O seu uso nesta cidade, _____

permite concluir que a economia dos romanos era _____ e _____.

12. Também as atividades artesanais eram importantes na cidade, especialmente a olaria. Indica uma peça de olaria usada na iluminação: _____.

13. Como sabes, a História inicia-se com a invenção da escrita, que permitiu, entre outros factores, a criação das primeiras civilizações. Indica dois materiais de escrita utilizados pelos romanos: _____ e _____.

14. Por último, podes registar outro(s) elemento(s) que tenha(m) parecido importante(s) ou intrigante(s): _____

Turma _____

Nomes dos membros do grupo _____

Classificação _____

Acerta o calendário gregoriano e regressa ao presente!

Pel' Os Professores Organizadores,
Manuela Carvalho/ Grupo de Estágio

Página 3

Anexo XII – Resultados do *peddy-paper*

Grelha de correção														
Questão														Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Cotação	7,5	5	5	5	10	10	7,5	7,5	7,5	10	12,5	5	7,5	100
N.º	Nome													
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	81,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	88,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	81,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	81,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	5	6,7	10	5	7,5	78,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	5	6,7	10	5	7,5	78,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	81,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	88,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	12,5	5	7,5	91,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	88,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	5	6,7	10	5	7,5	78,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	12,5	5	7,5	91,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	10	5	7,5	88,7
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	12,5	5	7,5	91,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	7,5	7,5	7,5	6,7	12,5	5	7,5	91,2
	7,5	5	5	5	8,5	6	0	7,5	5	6,7	10	5	7,5	78,7
Respostas certas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%	75,0%	100,0%	25,0%	100,0%	100,0%	
Respostas incompletas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	75,0%	0,0%	0,0%	
Respostas erradas / não dadas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	

Anexo XIII – Guião de preparação da Exposição

OS ROMANOS, NO PASSADO E NO PRESENTE

Preparação da Exposição sobre a Visita de Estudo a Conímbriga

O que vamos fazer?

No passado dia 14.02.2023, viajámos no tempo e percorremos diversos edifícios, públicos e privados, usados pelos romanos, há mais de 2 milénios, na antiga cidade de Conímbriga. Admirámos elementos do seu rico património histórico-cultural e reconhecemos a importância de preservar esta estação arqueológica de forma a compreendermos a presença da civilização romana em Portugal.

Depois desta viagem, é tempo agora de reunir conhecimentos e partilhá-los com a comunidade escolar através da organização de uma exposição, na qual serão expostos trabalhos de alunos das quatro turmas envolvidas na atividade. Assim, cada aluno, através dos seus trabalhos, pode contribuir para valorizar e ajudar a preservar essa nossa herança comum, demonstrando a importância do património histórico.

Como poderás colaborar?

1ª FASE

1. Deves trazer fotos e apontamentos tirados no dia da visita de estudo.
2. Com o teu par escreves uma legenda adequada à fotografia que vos for atribuída, isto é, devem escrever um texto explicativo sobre o que está presente na imagem, relacionando-a com as aprendizagens estudadas em diversas disciplinas. Para tal, deves usar os elementos já referidos, o manual e outras fontes adequadas, que deves registar aquando da consulta, para escrever este dado abaixo do texto (na bibliografia). O trabalho deve seguir o **exemplo abaixo, respeitante à foto.**



A Casa dos Repuxos [Legenda]

Exemplo de *domus* do século II, com grande peristilo (galeria de colunas) ajardinado. A sua estrutura assemelha-se à de algumas do Palatino, em Roma, com os jogos de água ajardinados, no centro dos peristilos. Destacam-se também os conjuntos de mosaicos, que retratam cenas do quotidiano e da mitologia. [Texto com informação sobre o monumento ou local, usando conhecimentos de diversas disciplinas, sempre que possível, numa linguagem cuidada, que inclua vocabulário específico]

Foto de [Autor da fotografia: 1º nome e último apelido, Ano e Turma]

Bibliografia [fontes ou obras consultadas]

Nomes dos autores do texto [1º nome e último apelido de cada elemento do grupo, Ano e Turma]

Disciplinas e data [em que elaboraram o trabalho e data de finalização]

Anexo XIV – Dois trabalhos elaborados por dois grupos



Mosaico do Servo

Foto de:

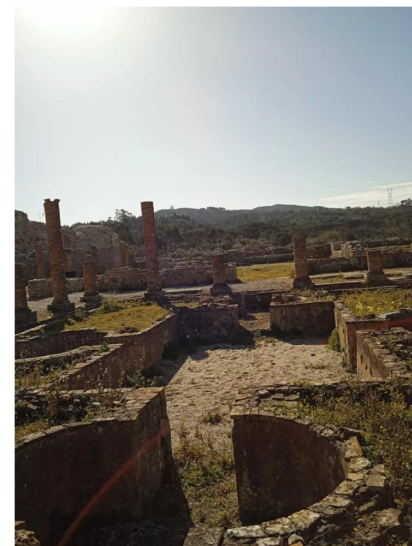
Nesta fotografia está registado um exemplo de um mosaico romano, presente na Casa dos Repuxos, intitulado *Mosaico do Servo*. Neste mosaico está presente um servo (escravo) dessa mesma casa, que carrega consigo um animal, o que revela que está a trabalhar. Com estas observações, compreendemos que a sociedade romana era estratificada e desigual, porque estava dividida em diferentes grupos sociais e com diferentes privilégios; e escravagista, pois utilizava mão-de-obra escrava. Os mosaicos eram muito importantes na decoração do interior dos espaços romanos, representando cenas do quotidiano e da mitologia. Foram uma de muitas importantes heranças romanas para a atualidade, dado ainda hoje utilizámo-los para decorar diversos espaços, como pisos e paredes.

Fontes consultadas: <https://www.conimbriga.pt/guias2/21/pt> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mosaico>

Nomes dos autores do texto: .

Disciplinas e data: História e Cidadania e Desenvolvimento

21/04/2023



Casa atribuída a Cantaber

Foto de:

A casa cujo nome é Cantaber foi a maior residência encontrada pelos arqueólogos na área de Conimbriga. A casa atribuída a *Cantaber*, com dimensões impressionantes para o período da Antiguidade Clássica, dividida em cinco setores, foi construída no último quartel do século I e sobreviveu até ao abandono da cidade de Conimbriga. Caracterizada como uma *domus*, esta pertencia a um importante aristocrata de Conimbriga do século V. Tal como aprendemos nas nossas aulas de História, uma *domus* era um tipo de habitação pertencente aos romanos mais ricos e poderosos. Estas eram espaçosas, com peristilos em redor de um pátio interior, tinham jardins interiores e termas privadas. Recordamo-nos de ter observado nesta *domus*, atribuída a *Cantaber*, vários hipocaustos que serviam de aquecimento para as suas termas privadas. A sua fachada Norte possuía um pórtico monumental aberto para uma praça. Nesta fotografia podemos observar, também, formas geométricas, como os semicírculos e os cilindros. A casa atribuída a *Cantaber* é importante, pois com a sua conservação, preservação e valorização podemos ficar a saber mais sobre os antepassados de Coimbra, como a presença dos povos romanos neste território.

Fontes consultadas: <https://www.conimbriga.pt/guias2/8/pt> e caderno de História

Nomes dos autores do texto:

Disciplinas e data: História e Cidadania e Desenvolvimento

25/04/2023

Anexo XV – Guião de preparação do Roteiro Virtual

Ficha de trabalho | 7.ºX
Tema: Os Romanos no Passado e no Presente

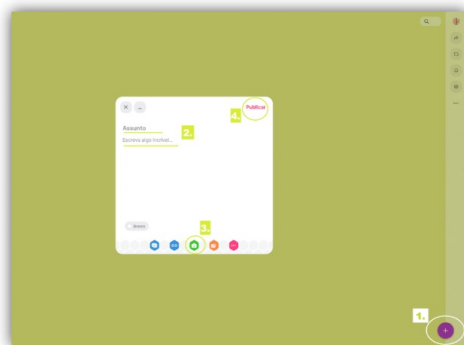
Roteiro Virtual

Objetivos:

- Plataforma *Padlet* como recurso digital para o desenvolvimento da didática do Património Histórico-Local
- Criar um projeto *online*, adicionando textos e fotografias, num ambiente dinâmico e familiar para os alunos
- Aprender a navegar e interagir com uma plataforma *online*
- Criar conteúdo multimédia
- Partilhar as descobertas e aprendizagens dos alunos de forma responsável, colaborando virtualmente

A. Utilizando a plataforma *Padlet*, cria um Roteiro Virtual sobre a visita de estudo ao Museu Monográfico de Conímbriga:

1. Acede a este *link*: https://padlet.com/alc_v/os-romanos-no-passado-e-no-presente-5v5g8wm3jb86d8n6
2. Insere o código: 7BVE
3. Segue os passos, de acordo com as seguintes instruções:



Fonte própria

Anexo XVI – Fotografias da Exposição na Escola



Anexo XVIII – Roteiro de aula

 | ESCOLA EB 2,3 INÊS DE CASTRO
7.º Professora estagiária Ana Vítor

Tempo: 100 minutos

História – Plano de Aula

2022/2023 | 2.º Período

História – 7.º

Aulas n.º 67 e 68 | 23/03/2023

Sumário

O clero – caracterização e quotidiano; função dos mosteiros.

O mosteiro de S. Paulo de Almaziva: consciencialização para a importância do Património Cultural – criação de um *ebook*.

Tema

- A formação da cristandade ocidental e a expansão ocidental
- 3.3. A sociedade europeia nos séculos IX a XII

Ideias-chave

No âmbito da caracterização da sociedade medieval, concretamente, do grupo social do clero, incidindo sobre importância dos mosteiros enquanto centros religiosos, polos de cultura e focos de dinamização económica, nesta aula, pretende-se que os alunos compreendam as razões pelas quais o clero era tratado com grande reverência e escutado com muita atenção. Tendo por base o estudo do mosteiro de S. Paulo de Almaziva, espera-se, também, que ocorra a compreensão da valorização do Património Histórico-Local, pelo que os alunos deverão ficar consciencializados sobre a importância de respeitar um legado da convivência em comunidade, através da perceção dos seus valores e cultura.

Aprendizagens Essenciais/ Objetivos

A. Conteúdos e conceitos (conhecimento substantivo)

- Identificar a composição do clero na Idade Média.
- Analisar o papel dos mosteiros enquanto centros religiosos, polos de cultura e focos de dinamização económica.
- Relacionar a reverência ao clero com as funções que desempenhavam.
- Descrever o quotidiano dos monges.
- Identificar a importância do mosteiro de S. Paulo de Almaziva para o Património Histórico-Local.
- Identificar estratégias para a valorização e preservação do Património Histórico-Local.
- Definir / aplicar os conceitos de cultura monástica, mosteiro e Património Histórico-Local.

B. Competências (conhecimento de segunda-ordem) de:

- Orientação no tempo e no espaço (localizar e datar o surgimento dos mosteiros na Europa medieval e em Portugal, concretamente, em Coimbra).
- Aperfeiçoamento da competência de interpretação de fontes (*Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense. São Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra) – séculos XIII-XVI* – colaboração dos alunos na realização de um *ebook*: deverão interpretar de forma contextualizada a fonte, enquanto evidência histórica, recorrendo ao cruzamento do texto, subtítulo e contexto).
- Comunicação/ investigação, de modo personalizado e fundamentado, da informação extraída da fonte, devendo os alunos comunicar o seu conhecimento com correção linguística e de forma estruturada e criativa (os alunos realizarão um *ebook*, identificando a localização espaciotemporal – datar e localizar a fundação –, o patrono do mosteiro de S. Paulo de Almaziva, a sua extinção, os elementos constituintes deste espaço religioso e respetiva função, a composição do seu relicário e, por último, explicar duas estratégias de proteção e valorização do Património).

C. Operacionalização da interpretação de fontes:

De modo a envolver os alunos no estudo da importância do Património Histórico-Local e visando, de igual modo, o desenvolvimento da competência de interpretação de fontes, incentivando, simultaneamente, à sua participação e capacidade das aprendizagens estudadas, propõe-se a análise de vários excertos referentes ao mosteiro de S. Paulo de Almaziva, a partir dos quais:

- O aluno extrai da fonte as principais ideias;
- O aluno relaciona o contexto identificado na fonte com a reverência ao clero, precisamente, com a importância dos monges para a religião, cultura e economia;
- O aluno explica e comunica, utilizando o vocabulário científico, com correção linguística, de forma estruturada e criativa, a fundação do mosteiro no tempo e no espaço, o seu patrono, a extinção, assim como identifica os seus espaços constituintes e as respetivas funções. Além disso, enumera os bens que integram o relicário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva e, por último, refere e explica duas estratégias para a valorização patrimonial Histórico-Local de âmbito administrativo, financeiro e educativo.

Estrutura da aula

1.º Momento:

Hoje, vamos criar um livro digital. A docente explicará a atividade que pretende que os alunos elaborem, tendo por base o mosteiro de São Paulo de Almaziva, mas não sem antes contextualizar brevemente a composição do grupo social do clero. Nos séculos XI e XII, a religião desempenhava um papel importante na vida das pessoas, pelo que muitos homens tomavam-se padres paroquiais, enquanto milhares de outros se entregavam à vida religiosa, ingressando em mosteiros. Por sua vez, o clero subdividia-se no clero secular – constituído por clérigos que viviam nas aldeias, vilas e cidades – e no

clero regular – obedecia a regras de condutas e mantinha-se afastado do povo, vivendo em comunidades isoladas, como os monges.

Para a prossecução da atividade, dividir-se-á a turma em oito grupos:

Grupo I – Localização espaciotemporal (fundação) e patrono do mosteiro (Pp.14-18)	Grupo II – Extinção do mosteiro (P. 101)	Grupo III – Elementos constituintes deste espaço religioso e respetiva função (Pp. 79-80)	Grupo IV – atividades económicas (Pp. 79-80)	Grupo V – Relicário (P.79)	Grupo VI – Duas estratégias administrativas (P.5 – link)	Grupo VII – Duas estratégias financeiras (Pp.6-7 – link)	Grupo VIII – Duas estratégias educativas (P.7 – link)
---	--	---	--	----------------------------	--	--	---

Dispondo de 30 minutos, um elemento de cada grupo deverá aceder, através do computador, à plataforma *Canva* e elaborar os textos no documento partilhado pela docente. Após a elaboração dos textos, deverão atribuir um título ao *ebook*. Os grupos VI, VII e VIII deverão consultar os seguintes links:

- <https://culturanorte.gov.pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>
- <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/17%20Recomendacao%20protecao%20nacional%20do%20patrimonio%20-%20UNESCO%201972.pdf> (p. 5 – estratégias administrativas –; pp.6 e 7 – estratégias financeiras –; e estratégias educativas – p.7).

Por fim, o porta-voz de cada grupo apresentará a turma a sua atividade.

2.º Momento:

De seguida, partindo do registo dos alunos, a docente passará a explicar a organização da vida monástica. *No nosso dia a dia, observamos objetos ou construções religiosas. Além das Igrejas, que outros espaços religiosos encontramos em Coimbra, próximos de nós?*

Como seria a vida nos mosteiros? Os monges estavam sujeitos a uma Regra, que ditava e orientava o seu quotidiano nos mosteiros. A Regra de S. Bento serviu de modelo na regulamentação da organização da vida religiosa comunitária dos mosteiros medievais, pelo que a realização de diversas funções a que os monges estavam sujeitos seguia horários rigorosos, desde o nascer ao pôr-do-sol. *Como podem imaginar*, o dia a dia no mosteiro não variava muito, cujas rotinas dos monges passavam pela oração e pelo trabalho nos campos e nas oficinas – tarefas que se repetiam dia após dia. Os monges acordavam às duas horas da madrugada, dirigindo-se, apressadamente, pelos corredores frios de pedra, para o primeiro dos seis serviços diários na igreja – quatro horas eram destinadas aos serviços religiosos, outras quatro de meditação individual e seis de trabalho braçais nos campos ou nas oficinas. As horas de oração e de trabalho eram intercaladas com períodos de meditação; por fim, os monges deitavam-se, geralmente, pelas 6:30h da tarde. *A título de curiosidade*, no verão, era-lhes servida, apenas, uma refeição diária, sem carne. No inverno, havia uma segunda refeição para os ajudar a resistir ao frio. Esta era, então, a vida segundo a Regra de São Bento, estabelecida no século VI por Bento de Núrsia.

Visando demonstrar as funções que os monges desempenhavam, elucidar-se-á os espaços constituintes de um mosteiro, através da apresentação de uma reconstituição. *Vamos descobrir como é que era constituído um mosteiro!* Para a demonstração dos mosteiros enquanto importantes centros religiosos, polos de cultura e focos de dinamização, a docente “percorrerá” os corredores, apresentando uma imagem alusiva à reconstituição de um mosteiro medieval. A construção do edifício está relacionada de acordo com a própria organização da vida monástica. Eram construídos em zonas isoladas, assumindo-se como centros autónomos e autossuficientes. A primeira obrigação era, sem dúvida, o ofício divino, mas o trabalho manual era, também, muito valorizado. Deste modo, um mosteiro era constituído por várias dependências distribuídas por quatro alas do claustro, sendo que cada ala tinha a sua função. Seguidamente, descrever-se-á mais ao pormenor cada espaço que integrava um mosteiro. De um mosteiro fazia parte a horta – alguns monges dedicavam-se ao cultivo de plantas com fins medicinais, que ajudavam a tratar questões de saúde física e mental; o pomar – destinado ao cultivo da fruta, servia de complemento à horta; o dormitório – era uma das áreas comunitárias mais relevantes do mosteiro. Era construído próximo à igreja, permitindo o rápido acesso para o ofício noturno, que consistia num conjunto de vigílias, cujo sono era interrompido para a oração. A música e o canto faziam parte das cerimónias religiosas. *Curiosamente*, o canto permitia aos monges assemelharem-se a anjos, pois, durante a Idade Média, acreditava-se que os anjos cantavam para Deus no Paraíso; o claustro – era o eixo central de circulação no acesso às várias alas ou dependências. Tratava-se de um espaço descoberto, com um jardim no centro, favorável à meditação individual dos monges; a igreja – local reservado à celebração da missa comunitária e aos ofícios do dia e, por isso, era o centro da vida religiosa do mosteiro; a hospedaria – era a área do mosteiro onde os monges acolhiam os peregrinos que por ali pernoitavam; a enfermaria ou hospital – era o espaço exclusivamente dedicado a pessoas enfermas, cujos tratamentos, apesar de rudimentares, proporcionavam aos doentes algum conforto; o refeitório – local onde, em silêncio, os monges faziam as suas refeições, estando, assim, reservado para momentos privilegiados da vida em comunidade; e, por último, o *scriptorium* (palavra em latim para escritório) – era o espaço onde os monges copistas copiavam manuscritos, decorando-os com iluminuras e resgatando, deste modo, os grandes sábios do Mundo Clássico.

Portanto, um mosteiro estava organizado de maneira que tudo quanto fosse necessário existisse, garantindo a subsistência dos próprios monges, o que significa que todos os ofícios estavam organizados de modo que os mesmos não sentissem a necessidade de sair para o exterior do mosteiro, evitando, assim, o perigo para a sua alma.

3.º Momento:

No último momento, visando o envolvimento dos alunos na compreensão do Património Histórico-Cultural, colocar-se-á uma questão: *Porque é que estes espaços religiosos integram a lista de Património Histórico-Cultural?*

A docente começará por definir o conceito de Património. Por Património entenda-se uma herança de gerações antepassadas, que se reveste por um importante valor para a humanidade, criando uma identidade individual e coletiva/social. O património cultural português é constituído por todos os bens

4

materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

O extraordinário e distinto papel que o mosteiro conimbricense de S. Paulo de Almaziva cumpriu ao longo de muitos séculos, assim como a enorme riqueza móvel e imóvel que o patrono do mosteiro fez a esta instituição e o acentuado ato de compra de propriedades fundiárias permitiu que alcançasse o estatuto de Património Cultural. A transformação em Igreja paroquial de S. Paulo de Frades aconteceu no século XVII, sendo um dos *ex-libris* culturais da freguesia. Atualmente, o mosteiro de São Paulo de Almaziva acolhe a Igreja Matriz de São Paulo de Frades e a casa paroquial, desempenhando funções de apoio à Igreja, ao Corpo Nacional de Escutas (CNE) e apoio de atividades recreativas e culturais da população local.

Portanto, existem diversas formas de conhecer a História do nosso lugar e da cultura em que nos inserimos, e uma delas é conhecer o nosso Património Cultural, repletos de histórias dos nossos antepassados. Mas, a memória de um passado só se mantém viva com a preservação dos elementos aos quais se atribui um valor, independentemente de qual seja.

Por fim, elucidar-se-á sobre a consciencialização da importância do Património. Porém, o Património eclesial, isto é, concernente à religião, encontra-se em perigo iminente, no que respeita o campo da defesa e preservação do Património, abrangendo um leque amplo, ao nível da titularidade dos bens, a segurança, a conservação e, por último, o restauro. Para que o Património passe de geração em geração, como herança recebida, é estritamente necessária uma correta conservação. É um problema que, infelizmente, ainda decorre nos dias atuais, cuja importância não deve ser menosprezada. A sensibilização é o único meio para a consciencialização do valor e importância do Património Cultural e da sua inerente conservação. Por resultado do empenho da consciencialização do valor do Património Histórico-Cultural dos povos, a Santa Sé criou, na Cúria Romana, uma Comissão Pontifícia, que tem a seu cargo cuidar do Património Histórico toda a Igreja, auxiliando os bispos no trabalho de defesa e promoção desses bens.

Materiais

Computador com acesso à *Internet*;
 Projetor multimédia;
Ebook (acesso à plataforma *Canva*);
 Manual (páginas 102-103; 120-121);
 Quadro.

Bibliografia (didática e científica)

ALARCÃO, Jorge. (1988). Introdução ao estudo da História e Patrimónios Locais. Cadernos de Arqueologia e Arte 2. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. (Retirado de: https://www.uc.pt/fluc/iaraq/pub_online/pdfs_online/2013_Patrimonio, acessível em 18 de março de 2023)

AMARAL, Cláudia; ALVEZ, Bárbara; TADEU, Tiago; VILAÇA, Olanda. (2022). *HIS: História Sob Investigação – 7.º Ano*. Porto Editora.

CHOAY, Françoise. (2015). Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, Lda.

5

MAIA, Ana Margarida; CAMAREZ, Ana Margarida; MAIA, Cristina; ARAÚJO, Jorge Pereira. (2022).

Vamos à História – 7.º Ano. Porto Editora.

PEDROSA, Alcino; TRAVASSOS, António; MAGANO, Teresa. (2022). *Somas História – 7.º Ano*. Areal Editoras.

SANTOS, Maria José. (1998). *Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense. S. Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra) – séculos XIII-XVI*. Edições Colibri.

AV| 23.03.2023

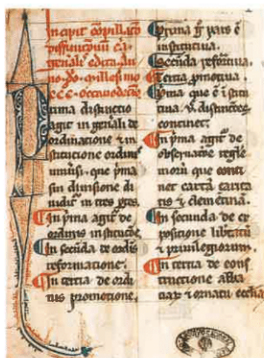
6

Anexo XIX – Bibliografia fornecida aos alunos alusiva ao Mosteiro de S. Paulo de Almeziva

Maria José Azevedo Santos

VIDA E MORTE DE UM MOSTEIRO CISTERCIENSE

S. PAULO DE ALMAZIVA - SÉCULOS XIII-XVI



Edições Colibri

14

Maria José Azevedo Santos

I – Fundação ou filiação*

A questão tem sido colocada desnecessariamente, pois existem documentos que, pelo seu conteúdo, esclarecem as condições do aparecimento do mosteiro de S. Paulo como comunidade cisterciense.

Refira-se primeiramente uma carta de doação de 1 de Janeiro de 1220⁷, pela qual Fernando Peres⁸ doa à «Ordem» de Cister, além do lugar de Almaziva, muitos bens móveis e imóveis. As razões da doação estão omissas⁹ e o objectivo do acto está ambiguamente expresso. Com efeito, quando lemos no documento: «... ut fiat ibi abbatia ejusdem Ordinis...» não podemos concluir, sem cair em erros grosseiros, que estamos em presença de uma fundação, isto é, do ponto de partida para a criação de um mosteiro. Se aquela frase, só por si, bem como o documento em que se insere, pode levar ao que acabamos de referir, a associação deste documento a outros provar-nos-á o contrário. Assim, além de possuírmos o texto do Estatuto 65 da Sessão do Capítulo Geral de Cister de 1220¹⁰, dispomos de um documento do bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, de Janeiro de 1220¹¹, e da bula *Religiosam vitam eligentibus*, de Honório III, de 20 de Dezembro de 1221¹².

Pelo texto da sessão 65 do Capítulo Geral de Cister verificamos, apenas, a intervenção do chantre de Lisboa¹³, certamente Fernando Peres, e o processo que o Capítulo utilizava para fundar ou filiar uma abadia¹⁴. É, pois, no documento de D. Pedro Soares e na bula de Honório III que

* Quando se trata de uma fundação nada existe. Numa filiação há já um estabelecimento religioso (Dom Maur Cocheril, «L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique», in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. I, 1964, p. 222).

⁷ Veja-se apênd., doc. 1.

⁸ Adiante falaremos desta figura.

⁹ Como à frente diremos, elas certamente prenderam-se com o desejo de praticar a pobreza evangélica que, a dada altura, assaltou Fernando Peres.

¹⁰ «*Petitio cantoribus de Ulixbona de construenda abbatia in possessione sua ut sit filia Alcobatiae, committitur abbatibus de Ursaria, de Oia et de Belone qui accedant ad locum, et consideratis omnibus quae ad construendam abbatiam sunt necessaria, quaecumque viderint et invenerint, sequenti Capitulo generali studeant munitere*», P. Joseph Canivez, *Statuta Capitulum generalium Ordinis Cisterciensis ab anno 1116 ad annum 1768*, vol. I, Louvain, 1933, pp. 529-530.

¹¹ Veja-se apênd., doc. 2.

¹² Veja-se apênd., doc. 3.

¹³ Nesta data, Fernando Peres já não era chantre.

¹⁴ «*Il envoyait sur place deux, ou trois abbés pour enquêter et c'est au vu de leur rapport qu'il se prononçait*», Dom Maur Cocheril, *Routier des abbayes cisterciennes...*, pp. 182-183.

Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense

15

existem referências concretas ao mosteiro de S. Paulo antes deste adoptar a Observância de Cister. Com efeito, se o bispo de Coimbra, pelo documento já referido, autoriza o mosteiro de S. Paulo a observar a Reforma de Cister, o papa Honório III, pela bula acima citada, dirigindo-se ao abade e religiosos de S. Paulo, confirma-lhes a posse dos bens que esta comunidade «... antequam Cisterciensium fratrum instituta susciperet, possidebat». Assim, atendendo a estes dados, podemos concluir que o mosteiro de S. Paulo foi, indubitavelmente, uma filiação. Na verdade, existia em Almaziva, antes de 1220, uma pequena comunidade religiosa, provavelmente beneditina, para a qual Fernando Peres, naquele ano, pede a adopção da Observância de Cister¹⁵. Como não possuímos a resposta do Capítulo Geral de Cister ao pedido de Fernando Peres, desconhecemos o ano exacto em que se verificou a filiação. Contudo, admitimos, como Dom Maur Cocheril, que ela se tenha verificado no ano de 1221¹⁶, atendendo a que as formalidades preliminares, para o estabelecimento de um mosteiro, demoravam, pelo menos, um ano¹⁷.

II – A primitiva comunidade religiosa

Da vida do mosteiro, antes de 1220, dispomos apenas de notícias díspares e desprovidas de fundamentação de autores antigos, como Gaspar Jongelino¹⁸ ou João Baptista de Castro¹⁹, que apontam o ano de 1163 como data da fundação, talvez, do mosteiro de S. Paulo, comunidade não cisterciense a que já nos referimos. Aliás, essa comunidade era conhecida por mosteiro de S. Paulo e a ela foram doadas oliveiras e um bacelo, em S. Romão, no ano de 1217²⁰. Porém, e pelo que já expusemos, não podemos estar de acordo com Artur Gusmão²¹, que afirma, com base naqueles

¹⁵ Dom Maur Cocheril, *ob. cit.*, p. 182, com base em Pedro Álvares Nogueira – que afirma que o bispo de Coimbra «deu um mosteiro» – admite que este já existia, mas estava submetido àquela autoridade episcopal. Nós aceitamos a hipótese de Dom Maur Cocheril, atendendo ao documento de Janeiro de 1220 pelo qual, como já dissemos, D. Pedro autoriza o mosteiro de S. Paulo a adoptar a «Ordem» de Cister.

¹⁶ «*L'acceptation du chapitre ne put avoir lieu avant l'année suivante, soit en 1221...*», *ob. cit.*, p. 183.

¹⁷ Dom Maur Cocheril, *Recherches sur l'ordre de Cîteaux...*, pp. 40-41.

¹⁸ *Notitiae abbatiarum Ordinis Cisterciensis...*, Colónia, 1640.

¹⁹ *Mapa de Portugal*, 2ª ed., t. II, Lisboa, 1763, p. 65.

²⁰ Tratou-se de uma doação feita por Gonçalo, cozinheiro da rainha D. Urraca, e sua esposa (T.T.-C.R.-Almaziva (S. Paulo), m. 1, doc. 20 e *Cartulário do mosteiro de S. Paulo de Almaziva*, doc. 18).

²¹ *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956, p. 178.

autores, que o mosteiro foi fundado em 1163 por Fernando Peres; por lapso, cremos, refere-o como chantre de Évora, aceitando o ano de 1221 para o ano da filiação. Por outro lado, Dom Maur Cocheril, embora cite aqueles e outros autores antigos, escreve que cerca de 1181 alguém fundou um mosteiro em Almaziva²², o qual, sob proposta de Fernando Peres, foi filiado na «Ordem» de Cister em 1221. Porquê 1181? Desconhecemos as razões que levaram aquele autor a apontar esta data.

Na impossibilidade, portanto, de tecer algumas considerações sobre os primórdios desta comunidade, atentemos na figura do responsável pela adopção, da Observância de Cister.

III – O patrono do mosteiro de S. Paulo

Falemos, pois, de Fernando Peres. Quem era este homem? D. Rodrigo da Cunha define-o assim: «Tinha alem da nobreza do sangue, letras e prudencia, com que de todos se fazia amar e estimar...»²³. Por sua vez, Fr. Luís de Sousa escreve: «Era dom Fernando Pires muito nobre, e rico, cercado de parentes do melhor do reino, posto em dignidade, e renda de Chantre da Sé de Lisboa»²⁴. Da família de Fernando Peres sabemos que era parente, muito próximo, de S. Fr. Gil²⁵ e sobrinho do chanceler Julião²⁶. Estudos recentes, de Ribeiro Soares e de José Antunes, fornecem elementos importantes para se estabelecer, ainda que hipoteticamente, a descendência de Fernando Peres. A principal novidade reside no facto de, para Ribeiro Soares, Julião Pais ser filho de Paio Delgado, fundador da linhagem dos Albergarias. Mais, o célebre chanceler teve dois irmãos Martim Pais e Pero Pais²⁷. Assim como seria bom se os documentos auxiliassem, poderemos concluir que Fernando Peres, sobrinho de Julião Pais, era filho de Pero Pais. Para José Antunes, esta filiação é, tão-só, lógica, tendo, ainda assim, elaborado o elucidativo e rigoroso esquema genealógico que, a seguir, reproduzimos. Resta, então, man-

²² Routier..., p. 183.

²³ *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, fl. 157.

²⁴ Fr. Luís Cácegas e Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, 1866, p. 166.

²⁵ Fr. Luís Cácegas e Fr. Luís de Sousa, *ob. cit.*, p. 167.

²⁶ T. T. – Sé de Coimbra, Documentos Régios, m. 2, nº 42, publicado em gravura por P.º Avelino de Jesus da Costa, *Album de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, I, 6ª ed., 1997, grav. 68.

²⁷ Cfr. José Mattoso, *Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, II – Composição*, Lisboa, 1995, p. 105.

ter como certo que Fernando Peres era sobrinho de Julião Pais. Todavia, como não há provas de que é filho de Pero Pais, teremos que continuar a considerar a hipótese de ele ser filho de um outro irmão ou irmã de Julião Pais ou de irmãos de sua esposa, D. Maior Mendes²⁸. Com respeito à região donde seria originário faltam-nos documentos e notícias que nos possam esclarecer²⁹.

Porém, o facto de sabermos que o patrono do mosteiro de S. Paulo era sobrinho do notável chanceler Julião Pais permite-nos identificá-lo com o Fernando Peres notário da chancelaria de D. Sancho I³⁰ cargo, aliás, perfeitamente consentâneo com a sua inegável formação intelectual e jurídica. Para além de ter desempenhado esta função – cuja primeira notícia que possuímos data de Abril de 1196³¹ e a última de 24 de Junho de 1200³² – Fernando Peres exerceu durante algum tempo o chantrado na Sé de Lisboa³³. Nobre e eclesiástico, vemo-lo bem empenhado na política régia e eclesiástica da sua época, participando directamente na solução de conflitos no seio do Clero e entre este e a Coroa³⁴.

²⁸ José Antunes, *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e teólogos)*, Coimbra, 1995, pp. 129-134 (tese de doutoramento).

²⁹ O facto de adquirir muitos bens fundiários na região de Coimbra faz supor que ele ou seus familiares fossem naturais desta zona. Complete-se com o que dizemos na página 55, deste livro.

³⁰ «*Julianus cancellarius curie, Fernandus Petri eius soprinus eam scripsit*», Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra, 1979, doc. 128, p. 200. Vejam-se ainda os docs. n.ºs 90, 92, 93, 96, 97, 102, 104, 107, 113, 114, 115, 131, 132 e 134. Passaremos a citar esta obra por *D.D.S.* Cf. P. Avelino de Jesus da Costa, «La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle», in *Revista Portuguesa de História*, t. XV, Coimbra, 1975, p. 156.

³¹ *D.D.S.*, doc. 90, p. 146.

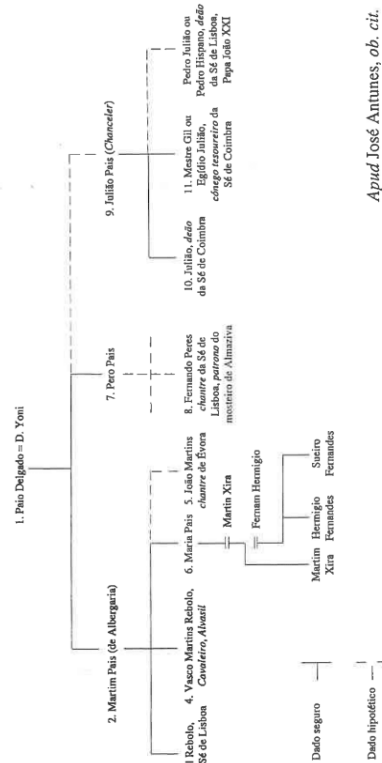
³² *D.D.S.*, doc. 131, p. 204.

³³ Dos anos de 1208 (*D.D.S.*, doc. 179, p. 272) e de 1214 (*O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva*, doc. 4) datam, respectivamente, o primeiro e último documentos – que conhecemos – em que Fernando Peres é referenciado como chantre da Sé de Lisboa. Porém, em 1217 (António Domingues de Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, p. 169 (296), 1218 (*idem*, p. 68 (147) e 1219, (*O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva*, doc. 85) é já referido como *outrora* chantre de Lisboa. Assim, o Estatuto 65 do Capítulo Geral de Cister de 1220, que atrás transcrevemos, ao identificar Fernando Peres ainda como chantre fá-lo indevidamente.

³⁴ Em 24 de Janeiro de 1213 participa na sentença sobre as dívidas de frutos eclesiásticos entre o bispo de Lisboa, D. Soeiro, e o Clero de Santarém (D. Rodrigo da Cunha, *ob. cit.*, fl. 119v.); em Março do mesmo ano, juntamente com o deão D. Vicente, – válido de D. Afonso II e eclesiástico eminente na política régia, – pronuncia-se sobre as causas que corriam entre o bispo D. Soeiro e o Cabido (*idem*); em 1217 surge-nos

19.11.1181

FERNANDO PERES – DESCENDENTE DA FAMÍLIA DE PAIO DELGADO?
ESQUEMA GENEALÓGICO



Apud José Antunes, *ob. cit.*

Era, então, a Coroa chamada a dotar de bens e rendimentos mais uma instituição de ensino. O processo seguido vai ser algo semelhante ao utilizado, em 1543, na busca de mais rendas para a Universidade. Tirar a uns para dar a outros. No primeiro caso, foram retiradas ao mosteiro de Santa Cruz, as valiosíssimas rendas dos bens do seu priorado-mor, entretanto extinto. Agora, busca-se em Almaziva idêntico meio para atingir um mesmo fim⁸⁸. Com uma grande diferença que, facilmente, se explica. Os crúzios, com o seu poder, reagiram violentamente à determinação régia e prolongaram, até inícios do séc. XVII, uma enorme contenda contra a Universidade⁸⁹. Os monges de S. Paulo, pelo contrário, não ofereceram resistência à anexação dos seus bens ao colégio. Tratava-se, no fundo, de uma extinção-anexação que tinha a contrapartida de ver criada uma instituição de ensino que iria significar prestígio e cultura para a mesma ordem, a de Cister. O abade de Almaziva partiu para Tarouca e os seus últimos monges provavelmente foram para Coimbra ou mantiveram-se no mosteiro⁹⁰.

Em 1552, D. João III solicitou ao papa Júlio III que transferisse, para o novo Colégio, os bens do mosteiro de S. Paulo. Assim, aquele pontífice, pela bula de 1554, já atrás citada, defere o pedido do rei português e o mosteiro, por bula de 1555, Setembro, 23, é unido, perpetuamente, ao Colégio do Espírito Santo⁹¹.

Cister aceitou a determinação pontifícia e encerrou, no vale de Almaziva, as portas de um mosteiro de exploração agrícola para permitir que, na cidade vizinha, se abrissem as portas da ciência e do estudo num colégio que, em 1560, seria incorporado na Universidade⁹².

⁸⁸ Juntaram-se às rendas de S. Paulo de Almaziva as do mosteiro de Tamarães, em 1554, e as do de Ermelo, em 1560. Mais tarde, as do mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, pois por carta de 1579, Maio, 12, Alcobaça, é também definitivamente unido ao Colégio de S. Bernardo (T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, m. 7, doc. 257. Comparativamente, estas casas eram bem mais pobres que o mosteiro de S. Paulo de Almaziva.

⁸⁹ Sobre este assunto veja-se Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, «Contenda entre a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do séc. XVI», sep. do vol. 3º das *Actas do Congresso História da Universidade* (5-9 Março de 1990), Coimbra, 1991, pp. 39-61.

⁹⁰ Dom Maur Cocheril refere que o reitor do Colégio de S. Bernardo colocou em S. Paulo um monge para assegurar as necessidades espirituais das populações, tendo-se mantido esta situação até 1834, data da extinção das ordens religiosas (*Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, p. 185).

⁹¹ T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, Documentos Eclesiásticos, m. I, doc. 14.

⁹² José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, vol. II, 1969, pp. 587, 595-596.

mente, a edição crítica do cartulário do mosteiro cisterciense de S. Paulo de Almaziva e ainda o estudo das origens daquela casa religiosa¹.

Ao abandonar o centro da cidade de Coimbra, em direcção ao Norte, tomemos, antes de entrar na moderníssima estrada que nos levará à cidade do Porto, a popularmente conhecida «estrada» de Coselhas. Percorramos-la. Passemos pelo lugar de Lordemão e logo, logo a seguir, assomando a um pequeno alto desçamos até àquele vale, outrora designado pelo topónimo Almaziva². Topónimo que, pelo menos desde meados do séc. XVIII, foi, irreversivelmente, substituído pelo de S. Paulo de Frades, numa clara alusão à presença dos monges, naquele lugar. Bastaram, pois, pouco mais de 5 minutos para ali chegarmos. Como que a receber os visitantes está a igreja paroquial, ostentando, na sua fachada seiscentista, e num pequeno nicho, a imagem de S. Bernardo. O edifício acumula restauros e construções de várias épocas sendo famosos, como revestimento da capela-mor, os seus azulejos sevilhanos, do século XVI³. A torre do mosteiro, documentada em 1458⁴, a sala do capítulo, referida também no séc. XV⁵, as celas e dormitório, de que ainda em 1747 o Padre Luíz Cardoso⁶ falava, tudo foi destruído. Apenas algumas paredes daquelas antigas dependências sustentam hoje casas de habitação que, infelizmente, bem desfiguram a área vizinha da igreja. Mas se os edifícios e os homens não resistiram ao inexorável devir do tempo, a Natureza, essa lá está. Como no-la descreveu Claude de Bronseval⁷ no séc. XVI e como desponta, aqui e ali, de simples cartas de compra-venda ou doação que a ela se referem.

Assim, o cunho marcadamente rural do meio domina a paisagem. Lá estão, passando nas traseiras da igreja, a pequena ribeira de S. Paulo de

¹ «O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva», edição crítica, sep. de *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIX, Coimbra, 1981, pp. 5-206; «As origens do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva», *ibidem*, vol. XXX, Coimbra, 1982, 51 págs.

² Grafado de várias formas (Almazeva, Almazova, Almaziva, Almazuva, Almazena, etc.) é de origem árabe e o seu significado etimológico, «pequeno curso de água», está, por certo, relacionado com a ribeira de S. Paulo a que mais à frente aludiremos (cfr. José Pedro Machado, *Vocabulário Português de origem árabe*, Círculo de Leitores, 1997, s.v. Almaziva, p. 63).

³ Sobre o aspecto artístico desta igreja veja-se *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV: *Distrito de Coimbra*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1953. Particularmente sobre os azulejos veja-se J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal – séc. XV e XVI*, Lisboa, 1969.

⁴ T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, m. 5, doc. 190.

⁵ T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, m. 6, doc. 214.

⁶ Pe. Luíz Cardoso, *Dicionário Geográfico...*, t. I, Lisboa, 1747, s.v. Almaziva.

⁷ Fr. Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, abbé de Clairvaux, en Espagne et Portugal (1531-1533)*, vol. II, Paris, 1970, p. 487.

que nos fala ainda Claude Bronseval, bem como as sete colinas, revestidas por um manto muito verde de pinheiros, que transmitem ao vale um ar mais puro e um silêncio mais profundo. Árvores de fruto, oliveiras, culturas várias e algum gado e aves completam o quadro. E que não se esqueça a fonte de S. Paulo, pertinho da igreja, cuja água ainda hoje é famosa pela sua frescura e sabor.

Características naturais, fertilidade, isolamento, emprestaram ao local condições muito favoráveis para o estabelecimento af, pelo menos desde os primórdios do séc. XIII, de uma pequena comunidade de religiosos da qual pouco se sabe. Em 1217, o cozinheiro de D. Urraca, D. Gonçalo, e esposa oferecem ao abade e convento do mosteiro de S. Paulo um campo com bacelo e oliveiras, em S. Romão (c. Coimbra)⁸.

A esta comunidade beneditina, ou de características eremíticas, como tantas outras que antecederam mosteiros que vieram a adoptar a observância de Cister, ainda encontramos referências noutros documentos.

Cite-se a carta do bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, datada de Janeiro de 1220 e a bula *Religiosam vitam eligentibus*, do papa Honório III, de 20 de Dezembro de 1221⁹. Pela primeira, o mosteiro de S. Paulo obtém permissão para adoptar os costumes de Cister, pela segunda, vê confirmados todos os bens adquiridos antes da nova regra. S. Paulo de Almaziva foi, pois, uma filiação cuja data, como já tivemos ocasião de pormenorizadamente explanar em trabalho atrás citado, deverá situar-se pelo ano de 1221¹⁰.

Como marco importantíssimo no processo de filiação, forçoso é salientar a carta de doação, entre outros bens, do lugar de Almaziva, que Fernando Peres¹¹ fez à Ordem de Cister, no primeiro dia do ano de 1220¹².

Por aquele documento se testemunha a enorme riqueza móvel e imóvel que Fernando Peres entrega ao mosteiro de S. Paulo. De livros litúrgicos, em número de onze, às vestes sagradas num total de dezassete. Dos mais variados objectos de culto a candelabros e até uma arca com relíquias. Na área doméstica, contam-se muitas alfaias de mesa, de cozinha e mobiliário. A actividade agro-pecuária, dominante num senhorio

⁸ O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva, doc. 18.

⁹ Veja-se o nosso trabalho «As origens do mosteiro de S. Paulo de Almaziva», e, em apêndice documental, os documentos 2 e 3 que são a transcrição integral das referidas carta e bula.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ Sobre esta nobre figura, designada normalmente como *quondam cantoris Ulixbonensis*, veja-se, além do trabalho citado na nota anterior, um pequeno estudo biográfico que lhe dedicámos: «Fernando Peres, ex-chantre da Sé de Lisboa».

¹² A publicação desta carta, bem como o seu estudo pormenorizado encontra-se em «As origens do mosteiro de S. Paulo de Almaziva».

como seria o de Fernando Peres, facilmente se reconstitui quer através das alfaias e produtos agrícolas, gado e outros animais, quer mesmo pela especificação da condição social da mão-de-obra, e suas capacidades profissionais, que também é incluída na doação¹³.

A comunidade

Os abades e constituição do património

Personificando a autoridade espiritual e temporal na micro-sociedade que todo o mosteiro cisterciense constituía, encontramos o abade. O abade que, por direito e honra, possui «criados», «homens» e até escrivão¹⁴.

Durante o largo período abrangido pelo nosso trabalho, pudemos detectar nos actos escritos uma evolução nas fórmulas que designam o abade e a comunidade monástica.

Diga-se, então, que o séc. XIII apresenta-nos, predominantemente, o abade como autor ou destinatário nas cartas de doação, de compra e sob as expressões «vobis domno F. abbatí et conventui Sancti Pauli de Almaziva» ou «nos abbas domnus F. et conventus Sancti Pauli de Almaziva»¹⁵.

Contudo, registam-se algumas excepções devidas mais à persistência de concepções antigas do que, talvez, ao reflexo de realidades jurídicas diferentes. É o caso de documentos em que o abade e convento são englobados na pessoa jurídica que constituía o mosteiro ou a abadia «abbatie Sancti Pauli»¹⁶ ou «monasterio Sancti Pauli»¹⁷.

¹³ *Ibidem*. Maria Helena da Cruz Coelho, em *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Lisboa, 2.ª ed. 1989, p. 276, mesmo antes de termos publicado aquele trabalho, salientava bem o contributo da referida carta de doação para um melhor conhecimento de um senhorio territorial dos começos de Duzentos. Mais tarde, José Mattoso procedeu de igual forma, na obra *Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I, Lisboa, 1985, pp. 252 e 374.

¹⁴ Escrivão do abade identificámos, apenas, António Rodrigues, escrivão de D. Fr. Aparicio (1403, Junho, 5-T.T.-C.R., Santa Cruz de Coimbra, pasta 2, nº 23). Sobre a pessoa do abade, seus poderes, sistema de eleição e outros aspectos veja-se, por todas, a «Regra» e a «Carta de Caridade»: Fr. C. Henríquez, *Regula, constitutiones et privilegia ordinis cisterciensis item congregationum monasticorum et militarum quae cisterciense institutum observant*. Antuerpiae, 1630 e R. Berga Rossel, *Exordio parvo y Carta de caridad*, Monasterio de Poblet, 1963. Para o nome e cronologia dos «criados» e «homens» do abade veja-se, *Apêndices*, Catálogo Geral. Sobre as ligações de tipo pessoal em relação aos clérigos, de que os «homens» e os «criados» dão testemunho, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Nova História de Portugal, vol. IV, Lisboa, 1986, pp. 236 e 263.

¹⁵ Muito raramente surge apenas *frater*. Por exemplo, em 1260, Maio, 11 (T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, m. 2, doc. 93).

¹⁶ 1224, Outubro (T.T.-C.R., S. Paulo de Almaziva, m. 1, doc. 35).

Anexo XX – Bibliografia fornecida aos alunos alusiva às estratégias para conservar, preservar e valorizar o Património

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

29. Cada Estado membro deverá realizar, com a maior brevidade possível, um inventário de proteção do seu património cultural e natural incluindo os bens que, embora não possuam importância excepcional, façam parte integrante do meio para cuja caracterização contribuem.
30. A informação obtida pelo inventário do património cultural e natural deverá ser coligida de forma apropriada e regularmente atualizada.
31. Para assegurar o reconhecimento do património cultural e natural, a todos os níveis de planeamento, os Estados Membros deverão preparar mapas e documentação, a mais completa possível, sobre os bens culturais e naturais em questão.
32. Os Estados Membros deverão encontrar funções adequadas para os conjuntos históricos que perderam o seu uso original.
33. Deverão ser estabelecidos planos para a proteção, a conservação, a valorização e a reabilitação dos conjuntos de interesse histórico e artístico, os quais deverão incluir zonas circundantes de proteção, fixar as condições de utilização do solo e mencionar os imóveis a conservar e as condições dessa conservação. Estes planos deverão ser inseridos nos planos de urbanização e de ordenamento do território das zonas consideradas.
34. Os planos de reabilitação deverão determinar quais os usos a dar aos edifícios históricos e quais as relações entre a zona a reabilitar e o tecido urbano que a rodeia. As autoridades locais e os representantes dos habitantes deverão ser consultados sobre o estabelecimento de áreas a reabilitar.
35. Qualquer obra, que possa modificar o estado existente dos imóveis numa zona protegida, só poderá ser autorizada pelos serviços responsáveis pelo ordenamento do território depois do parecer favorável dos serviços responsáveis pela proteção do património cultural e natural.
36. As modificações interiores em edifícios antigos e a instalação de equipamentos modernos deverão ser autorizadas se forem necessárias para o bem-estar dos seus ocupantes e desde que não alterem drasticamente os elementos realmente característicos desses edifícios.
37. Os Estados Membros deverão pôr em prática planos de curto e longo prazo baseados nos inventários do seu património natural, de modo a criar um sistema de conservação que responda às necessidades de cada país.
38. Os Estados Membros deverão criar um serviço consultivo com a missão de orientar as organizações não-governamentais e os proprietários quanto às políticas nacionais de conservação compatíveis com uma utilização produtiva da terra.

5

VI. AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL

60. As Universidades, os estabelecimentos de ensino, a todos os níveis, e os estabelecimentos de formação contínua, deverão organizar cursos regulares, conferências, seminários, etc., sobre história da arte, arquitetura, meio ambiente e urbanismo.
61. Os Estados Membros deverão empreender ações educativas com vista a despertar o interesse do público e para estimular o respeito pelo património cultural e natural. Deverá ser feito um esforço contínuo para informar o público sobre a proteção do património cultural e natural e para desenvolver o apreço e o respeito pelos valores intrínsecos desse património. Para este efeito deverão ser utilizados, segundo as necessidades, todos os meios de informação.
62. Tendo em consideração o grande valor económico e social do património cultural e natural, deverão ser tomadas medidas para promover e reforçar o seu alto valor cultural e educativo, o qual constitui a motivação fundamental para a sua proteção, conservação e valorização.
63. Todas as intervenções a favor dos bens do património cultural e natural deverão ter em conta o valor cultural e educativo inerente à própria condição de testemunho de meios ambientes, arquiteturas e urbanismos criados à escala humana.

MEDIDAS FINANCEIRAS

49. As autoridades centrais e locais deverão, na medida do possível, consagrar uma certa percentagem do seu orçamento, proporcional à importância dos bens protegidos que constituem o seu património cultural ou natural, com o objetivo de manter, conservar e valorizar os bens de que são proprietários, bem como para apoiar financeiramente os trabalhos que se realizem noutros bens protegidos que sejam propriedade de outras entidades públicas ou privadas.
50. As despesas com a proteção, conservação e valorização dos bens do património cultural e natural que pertençam a proprietários privados deverão ser suportadas, sempre que possível, por estes, ou pelos seus utilizadores.
51. Regimes fiscais privilegiados, doações ou empréstimos acordados em condições favoráveis, poderão ser concedidos aos proprietários privados, na condição de que estes procedam aos trabalhos de proteção, conservação, valorização e reabilitação dos seus bens, e na condição de que os trabalhos sejam efetuados de acordo com as normas reconhecidas na matéria.
52. Se necessário, poderão ser concedidas indemnizações, aos proprietários dos sítios culturais e naturais protegidos, por prejuízos que tenham sofrido em consequência da realização de programas de proteção.
53. As vantagens financeiras concedidas aos proprietários privados deverão, eventualmente, ser subordinadas à observância de certas condições impostas para benefício do público, tais como: permitir o acesso aos parques, jardins e sítios, consentir a visita total ou parcial aos sítios naturais, e ao interior dos monumentos ou conjuntos bem como o direito de fotografar, etc.
54. Deverão ser previstas dotações financeiras especiais nos orçamentos das entidades públicas destinadas à proteção do património cultural e natural posto em perigo por grandes obras públicas ou privadas.
55. Para aumentar os meios financeiros à sua disposição, os Estados Membros poderão instituir um ou mais «Fundos para o património cultural e natural», legalmente constituídos como organismos públicos, autorizados a receber doações de particulares, nomeadamente de empresas industriais e comerciais.
56. Poderão igualmente ser concedidos regimes fiscais privilegiados a quem faça doações para aquisição, restauro ou conservação dos elementos específicos do património cultural ou natural.
57. A fim de facilitar as operações de reabilitação do património cultural e natural, os Estados Membros tomarão medidas especiais, nomeadamente sob a forma de empréstimos para o restauro e a reabilitação, e poderão também estabelecer as medidas regulamentares necessárias para evitar a subida especulativa dos preços de terrenos nas zonas consideradas.
58. Para evitar a substituição das populações, nos imóveis ou conjuntos reabilitados, em detrimento dos habitantes menos favorecidos, poderão ser concedidos subsídios compensatórios dos aumentos das rendas, com vista a permitir a esses habitantes manterem-se nos seus alojamentos. Estas compensações deverão ser temporárias e determinadas em função dos rendimentos dos interessados, de modo a permitir fazer face aos encargos acrescidos inerentes às obras realizadas.
59. Os Estados Membros poderão facilitar o financiamento das obras, qualquer que seja a sua natureza, realizadas em benefício do património cultural e natural, instituindo «Fundos de empréstimos», suportados por instituições públicas e organismos de créditos privados, para conceder empréstimos aos proprietários a taxas de juro reduzidas e com prazos de reembolso alargados.

Anexo XXI – Ebook elaborado pelos alunos

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-LOCAL



AECO | Escola 2,3 Inês de Castro
2022/2023

Índice

1. A fundação do mosteiro de S. Paulo de Almaziva e o seu patrono	3
2. A extinção do mosteiro	4
3. Os espaços do mosteiro e respetivas funções	5
4. As atividades económicas praticadas no mosteiro	6
5. O relicário do mosteiro	7
6. Estratégias para conservar, preservar e valorizar o Património	8
a. Estratégias administrativas	8
b. Estratégias financeiras	9
c. Estratégias educativas	10



A fundação do mosteiro de S. Paulo de Almaziva e o seu patrono

A turma B do 7º ano vai contar-vos uma história da Idade Média passada num mosteiro da nossa cidade.

Há muito, muito tempo atrás, o mosteiro de São Paulo de Almaziva foi um importante mosteiro masculino, que pertenceu à ordem de Cister. Localizava-se na antiga freguesia de São Paulo de Frades, concelho de Coimbra.

A sua fundação remonta ao ano de 1221, em 20 de dezembro. Em vista do diretor do coro, um senhor muito rico, de seu nome Fernando Peres, ter comprado terras neste importante edifício religioso, tornou-se no seu patrono. Atualmente, resta a Igreja, que preserva elementos de diversas épocas.

3

A extinção do mosteiro

Passado muito tempo, o mosteiro de S. Paulo de Almaziva caiu já que tinha poucos monges e clérigos. O mosteiro também tinha dificuldades a criar produtos agrícolas então não podia sustentar os seus próprios residentes o que dava aos monges fazer sair desta instituição religiosa, porque iam em busca da sua sobrevivência numa época em que a Europa atravessa problemas de segurança e económicos.

Sofrendo com a crise e o abandono que crescia dia após dia, no século XVI, D. João III pediu ao Papa Júlio que mudasse para o novo Colégio os bens do mosteiro de S. Paulo de Almaziva. Ora tenha sido feita a sua vontade, os bens mudaram então para um novo sítio.

4

Os espaços do mosteiro e respetivas funções

O mosteiro de São Paulo de Almaziva é muito importante por ser constituído por espaços que permitiam os monges desempenharem diversas funções importantes para a religião e para as populações, como por exemplo a torre do mosteiro, sendo documentada em 1458, a sala do capítulo, que era o mais importante espaço para os monges, as celas e os dormitórios de que ainda o Padre Luís Cardoso falava no outro dia. Tal azar que em 1747, tudo foi destruído. Apenas algumas paredes do mosteiro sustentam hoje casas de habitação. Infelizmente, desfiguraram a área vizinha da igreja. Os edifícios e os homens não resistiram a esta horrível tragédia. Que nunca ninguém tenha o azar de passar pelo mesmo.

Pois bem caros leitores! Transportando-me para aquela época e vestindo as roupas de um monge, a minha vida no dia-a-dia desde o nascer ao pôr do sol era controlada pelo relógio das horas canónicas. Se não sabem o que isto significa é uma boa oportunidade para investigarem como os historiadores fazem. Vamos começar pelo trabalho espiritual. Conto-vos que a música e o canto faziam parte da minha rotina e eu gostava muito destas cerimónias religiosas, porque era comparado a um anjo. Também tive a oportunidade de meditar no claustro do jardim. Era um espaço muito silencioso, só se ouvia a brisa do vento e sentia-se o aroma das pétalas das flores, que frescura só de me recordar das horas serenas que lá vivi. Mas não pensem que eu só rezava também me dedicava aos trabalhos manuais e quem cuidava da horta mais rica era eu. Ah pois! Nós monges também plantávamos árvores de frutas no pomar e produtos agrícolas na nossa horta. Assim garantimos a nossa sobrevivência e não precisávamos de sair para a rua nem contactar com as outras pessoas. Sabias que produzíamos vinho, e doces? Mas espera só mais um pouco. Vou-te contar que também éramos dedicados à leitura e à escrita e ensinávamos as pessoas. Fomos nós os responsáveis pelo ensino na Idade Média. Não sabias, pois não!? Nós éramos os mais espertos da sociedade! No nosso escritório ou "scriptorium", se preferires o latim, resgatámos a literatura clássica. Não sabes o que é, não é!? Nós copiávamos livros à mão, os chamados manuscritos que falavam sobre a Grécia e Roma Antiga. E sabes que mais? Utilizávamos penas para escrever. Quem me dera que voltássemos a escrever com nos mosteiros.

Já te contámos sobre o escritório, os dormitórios, a igreja onde rezávamos a Deus, as hortas e os pomares mas ainda não te descrevemos o espaço da enfermaria. Sabes para o que é que servia? Vai investigar como um historiador faz! Nós também dávamos assistência aos peregrinos e às pessoas doentes, porque como éramos os mais inteligentes tínhamos conhecimentos sobre as plantas que cuidavam das feridas. Já sabes como tão importante o mosteiro era. Prestava auxílio à população doente, garantindo-lhes assim a sua saúde.

Mas não penses que fazíamos as coisas com liberdade. O nosso dia-a-dia era disciplinado e vigiado pelo abade, um superior nosso.

5

As atividades económicas praticadas no mosteiro

A paisagem onde se inseria o mosteiro de São Paulo de Almaziva tinha sete colinas revestidas por um manto muito verde de pinheiros, que transmitiam ao vale um ar puro e um silêncio mais profundo. Consegues imaginar uma paisagem pintada apenas pela cor verde e azul? Agora a cidade está cheia de fumo dos carros e é pintada em tons de cinza. Nós contemplávamos todos os dias esta paisagem que nos transmitia paz. Era rodeado por árvores de fruto e oliveiras para nos podermos alimentar e não precisar de sair para o exterior. Caro leitor tu sabes o motivo de nos situarmos no cima das colinas? Não sabes, mas eu vou-te explicar que ficávamos cá em cima, porque numa época de muitas invasões se ficássemos nos pontos altos o acesso era mais difícil e as pessoas procuravam abrigo, refúgio e proteção junto de nós, no mosteiro de S. Paulo de Almaziva. Rezando muito a população acreditava que afugentava os invasores e tudo poderia voltar ao normal.

Nós praticávamos algumas atividades económicas como a agricultura, a pecuária e o artesanato. Fazíamos dinheiro com isso mas também ajudávamos os mais pobres, não pensem que éramos egoístas.

6

O relicário do mosteiro

Por relicário entende-se as riquezas que um mosteiro possui. Eis a melhor explicação que encontrei para vos dizer que nós éramos muito ricos.

O mosteiro de São Paulo de Almaziva contém um relicário com diversas riquezas, como 11 livros litúrgicos, 17 vestes sagradas, 1 arca com relíquias, objetos de culto, candelabros, assim como alfaias de mesa, de cozinha e de mobiliário. Era pá! Já viste a quantidade de riqueza que temos? Somos uns sortidos. Sortidos!? Calma aí que te estou a enganar um pouquinho! O mosteiro foi pilhado há muito tempo atrás, porque os vikings queriam as nossas coisas valiosas. Esses povos bárbaros destruíram os nossos pomares e as nossas hortas, mataram alguns dos nossos companheiros e ainda roubaram muitos cálices de prata. Ricos são eles nós ficámos sem quase nada. Mas isso demonstra que nós éramos importantes.

7

Estratégias para conversar, preservar e valorizar o Património Histórico-Local

Estratégias administrativas

Cada Estado membro deve colocar em prática algumas estratégias administrativas ao serviço da conservação, preservação e valorização do Património Histórico-Local. Evitará a sua degradação e o apagamento da sua História ao longo do tempo. Algumas dessas estratégias são:

- A criação de planos de proteção, conservação, valorização e reabilitação dos patrimónios de interesse histórico e artístico, que devem ser inseridos nos planos de urbanização do território das zonas consideradas;
- Qualquer obra que tenha de ser efetuada, neste caso, no espaço do antigo mosteiro de S. Paulo de Almaziva, terá de ser autorizada pelos serviços responsáveis por esse território.

8

Estratégias financeiras

As medidas financeiras são importantes para a conservação, preservação e valorização do Património Histórico-Local, neste contexto, do antigo mosteiro de São Paulo de Almaziva, porque ajuda-nos a manter viva e a perceber a História dos nossos antepassados próximos. Algumas dessas estratégias são:

- As autoridades centrais e locais estão a apoiar o Património Histórico-Local ao conceder fundos monetários, ou seja, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia devem de apoiar financeiramente estes espaços patrimoniais para podermos visitá-los em boas condições e conhecermos a sua História;
- Caso exista prejuízo, devem conceder indemnizações aos proprietários do mosteiro, pois, assim, ajudarão na sua reabilitação e restauro patrimonial e estarão a contribuir para que a História da localidade se mantenha viva.

9

Estratégias educativas

Cada Estado membro deve cumprir medidas relativas à ação educativa.

- O ensino no geral (Universidades, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de formação, etc.) deve organizar cursos regulares, conferências, seminários sobre a História da Arte, arquitetura, meio ambiente e urbanismo no qual está inserido, neste caso de estudo, o mosteiro de São Paulo de Almaziva.
- A cidade de Coimbra deverá empreender ações de forma a despertar o interesse do público e estimular o respeito pelo Património Histórico-Local. Poderá ser feito um esforço contínuo com o objetivo de informar o público sobre a conservação, preservação e valorização do Património Histórico-Local, que desenvolverá o apreço e o respeito pelos valores intrínsecos desse Património, permitindo aos habitantes das localidades deste concelho conhecerem a história que os rodeia e descobrir a sua identidade individual e coletiva.

10

